CAP1_2tortura.indd 2 13.03.10 16:52:42

CAP1_2tortura.indd 2 13.03.10 16:52:42

Direito à Memória e à Verdade

LUTA, SUBSTANTIVO FEMININO

Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura

CAP1_2tortura.indd 3 13.03.10 16:52:42

CAP1_2tortura.indd 4 13.03.10 16:52:42

Direito à Memória e à Verdade

LUTA, SUBSTANTIVO FEMININO

Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura

Secretaria Especial de
Políticas para as Mulheres

Secretaria Especial
dos Direitos Humanos

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS E TODAS
GOVERNO FEDERAL

Organização dos Estados Ibero-americanos
Para a Educação, a Ciência e a Cultura

caros amigos editora

CAP1_2tortura.indd 5 13.03.10 16:52:42

Copyright © 2010 by Secretaria Especial dos
Direitos Humanos da Presidência da República

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Merlino, Tatiana
Ojeda, Igor
orgs:
Direito à memória e à verdade : Luta, substantivo feminino
Tatiana Merlino. - São Paulo : Editora Caros Amigos, 2010.

Bibliografia.

1. Abuso de poder - Brasil 2. Brasil - História - 1964-1985 3. Militarismo - Brasil 4. Movimentos sociais - Brasil 5. Mulheres - Biografia 6. Prisioneiros políticos - Brasil - Memórias I. Título.

10-01560 CDD-322.42092

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Mulheres : Presas políticas : Biografia 322.42092

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Secretaria Especial dos Direitos Humanos

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS E TODAS
GOVERNO FEDERAL

OEI Organização dos Estados Ibero-americanos Para a Educação, a Ciência e a Cultura

caros amigos editora

ÍNDICE

Apresentação 11
Introdução 15
Contexto histórico 19
Resistência e dor 27
Do golpe aos anos "linha-dura" (1964-1974) 35
Labibe Elias Abduch (1899-1964) 37
Catarina Helena Abi-Eçab (1947-1968) 37
Alceri Maria Gomes da Silva (1943-1970) 41
Marilena Villas Boas Pinto (1948-1971) 43
Heleny Ferreira Telles Guariba (1941-1971) 46
Iara Iavelberg (1944-1971) 48
Nilda Carvalho Cunha (1954-1971) 52
Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão (1950-1972) 54
Ísis Dias de Oliveira (1941-1972) 59
Miriam Lopes Verbena (1946-1972) 61
Lígia Maria Salgado Nóbrega (1947-1972) 64
Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo (1938-1972) 64
Ana Maria Nacinovic Corrêa (1947-1972) 71
Esmeraldina Carvalho Cunha (1922-1972) 73
Aurora Maria Nascimento Furtado (1946-1972) 77
Lourdes Maria Wanderley Pontes (1943-1972) 80
Soledad Barret Viedma (1945-1973) 84
Pauline Philipe Reichstul (1947-1973) 87
Anatália de Souza Melo Alves (1945-1973) 89
Maria Augusta Thomaz (1947-1973) 93
Ranúsia Alves Rodrigues (1945-1973) 97
Sônia Maria de Moraes Angel Jones (1946-1973) 101

A Guerrilha do Araguaia 107
Maria Lúcia Petit da Silva (1950-1972) 109
Helenira Resende de Souza Nazareth (1944-1972) 113
Lúcia Maria de Souza (1944-1973) 118
Jana Moroni Barroso (1948-1974) 122
Maria Célia Corrêa (1945-1974) 126
Dinaelza Santana Coqueiro (1949-1974) 129
Luiza Augusta Garlippe (1941-1974) 131
Áurea Eliza Pereira (1950-1974) 134
Dinalva Oliveira Teixeira (1945-1974) 136
Suely Yumiko Kanayama (1948-1974) 139
Telma Regina Cordeiro Corrêa (1947-1974) 142
Walquíria Afonso Costa (1947-1974) 146
Da distensão ao fim da ditadura (1974-1985) 153
Ieda Santos Delgado (1945-1974) 155
Ana Rosa Kucinski Silva (1942-1974) 159
Jane Vanini (1945-1974) 163
Neide Alves dos Santos (1944-1976) 166
Zuleika Angel Jones (1923-1976) 171
Maria Auxiliadora Lara Barcellos (1945-1976) 175
Therezinha Viana de Assis (1941-1978) 180
Mónica Susana Pinus de Binstock (1953-1980) 183
Liliana Inés Goldemberg (1953-1980) 185
Lyda Monteiro da Silva (1920-1980) 187
Solange Lourenço Gomes (1947-1982) 189
Depoimentos
Rose Nogueira 45
Izabel Fávero 51
Maria Diva de Faria 57
Dulce Chaves Pandolfi 58

CAP1_2tortura.indd 8 13.03.10 16:52:43

Maria Luiza Flores da Cunha Bierrenbach 69
Dulce Maia 70
Hecilda Fontelles Veiga 76
Marise Egger-Moellwald 83
Lilian Celiberti 92
Yara Spadini 96
Maria do Socorro Diógenes 100
Inês Etienne Romeu 105
Ignez Maria Raminger 112
Lenira Machado Dantas 117
Damaris Lucena 121
Jessie Jane 125
Dilea Frate 128
Elza Lobo 133
Áurea Moretti 148
Eleonora Menicucci de Oliveira 149
Cecília Coimbra 157
Lúcia Coelho 158
Maria Amélia de Almeida Teles 162
Lylia Guedes 170
Rioko Kayano 174
Darcy Andozia 179
Gilse Cosenza 192
Bibliografia 194
Expediente 196
Créditos 199

CAP1_2tortura.indd 9 13.03.10 16:52:43

CAP1_2tortura.indd 10 13.03.10 16:52:43

APRESENTAÇÃO

Este livro é o terceiro filho do relatório *Direito à memória e à verdade*, cujo lançamento, em agosto de 2007, numa audiência coordenada pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, fortaleceu o debate democrático sobre a questão dos mortos e desaparecidos durante o regime iniciado em 1964.

Em junho de 2009, durante a 2ª Conferência Nacional do Direito à Igualdade Racial, foi lançada, em parceria com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, liderada pelo ministro Edson Santos, uma publicação com a história de quarenta afrodescendentes, herdeiros de Zumbi, que morreram na luta contra a ditadura.

Na 8ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em dezembro de 2009, foi apresentado o livro *História de meninas e meninos marcados pela ditadura*, que focaliza violações de direitos humanos cometidas pelo aparelho da repressão política contra crianças, bem como casos de adolescentes torturados e mortos nos mesmos porões.

Agora, como parte das celebrações do mês internacional da mulher, numa parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – liderada pela ministra Nilcéa Freire, que assina a introdução deste livro –, é lançado o terceiro rebento daquele volumoso relatório de 2007, tendo como centro a dimensão feminina.

CAP1_2tortura.indd 11 13.03.10 16:52:43

Além do registro da vida e morte de 45 mulheres brasileiras que lutaram contra a ditadura, este livro inclui o testemunho de 27 sobreviventes que narram com impressionante coragem as brutalidades das quais foram alvo, incluindo quase sempre torturas no âmbito sexual, alguns casos de partos na prisão e até episódios de aborto.

Esses depoimentos das sobreviventes da tortura estão distribuídos ao longo do livro, entremeados das histórias das 45 mulheres mortas. Alguns boxes explicativos fornecem informações pertinentes às narrativas. Os textos introdutórios de cada capítulo buscam resumir o contexto de cada fase da repressão política. O artigo "Resistência e dor", de Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, focaliza aspectos da subjetividade hedionda da tortura, bem como a força decisiva das mulheres na luta para superar esse triste período da nossa vida nacional.

Só através de uma eficiente Comissão Nacional da Verdade – se a sociedade brasileira e o Poder Legislativo assim decidirem – será possível contabilizar com precisão quantas foram as mulheres mortas e torturadas durante a ditadura militar. Onde, quando, como e por quem.

Este livro não inclui todas as que morreram naquele período, por ater-se às investigações da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos em quinze anos de atividade. Lutadoras como Maria Regina Marcondes Pinto, exilada do Brasil desde 1970, militante do Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) chileno e morta na Argentina em 1976, ou a líder sindical Margarida Maria Alves, assassinada na Paraíba, em 1983, por pistoleiros a serviço de fazendeiros, ou as vítimas da repressão a passeatas e de balas perdidas nos "tiroteios" forjados pelos DOI-Codis não tiveram requerimentos apresentados àquela Comissão Especial. Mas ficam todas aqui lembradas e homenageadas, em seu número até hoje incerto.

CAP1_2tortura.indd 12 13.03.10 16:52:43

É nossa convicção que a leitura desta publicação jogará novas luzes sobre uma história que o Brasil não deve apagar da memória. E pode mudar opiniões de quem ainda resiste à elucidação profunda de todos esses episódios como passo necessário a uma reconciliação nacional pautada pelo respeito a todos os direitos humanos.

Não quero deixar de agradecer aos jornalistas Tatiana Merlino e Igor Ojeda pelo empenho e dedicação com que trabalharam na coordenação e edição deste livro.

PAULO VANNUCHI,
ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

CAP1_2tortura.indd 13 13.03.10 16:52:43

CAP1_2tortura.indd 14 13.03.10 16:52:43

INTRODUÇÃO

Se nos impuséssemos o exercício de mapear os dez nomes que mais aparecem nos livros de história, dificilmente aparecerá um de mulher entre eles. Com a honrosa exceção da princesa Isabel, que aparece sistematicamente como "libertadora" e nunca como "governante", o Brasil parece ter tido sua história parida exclusivamente por homens. O relato oficial sobre a nossa trajetória como nação é estritamente masculino; nos retratos oficiais, nossos heróis têm, quase sempre, barba e bigode.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) tem se imposto a tarefa de contribuir para a mudança desse cenário, de forma a dar às mulheres o crédito que merecem pelo muito que trabalharam pelo desenvolvimento do Brasil. Ao longo de seus quase sete anos de existência, a SPM/PR apoiou e fomentou iniciativas que buscam dar visibilidade ao papel das brasileiras na construção política e cultural de nosso país: entre outras ações, apoiamos a realização do livro *Mulheres e movimentos*, que trata da participação das mulheres nos movimentos sociais brasileiros, e viabilizamos a produção do livro e da exposição "Mulheres negras do Brasil", que resgata e relata a importância do papel das negras no processo constitutivo do país. Além disso, por ocasião da XI Conferência Nacional de Direitos Humanos, que se realizou em Brasília, em dezembro de 2008, a SPM/PR produziu e apresentou o documentário *Um X na questão*, que faz um levantamento sobre a participação das brasileiras na lutas não apenas pelos direitos das mulheres, mas pelos direitos humanos em geral.

CAP1_2tortura.indd 15 13.03.10 16:52:43

Estamos certas de que contar essas histórias favorece a ampliação da participação feminina em todas as dimensões da sociedade e, portanto, contribui para o fortalecimento da igualdade entre os sexos e da democracia em nosso país. Por tudo isso, a iniciativa da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) expressa nesta publicação é recebida por nós com o mais sincero respeito e aplauso. Abrir os arquivos da ditadura que assolou o nosso país entre 1964 e 1985, dando voz às suas vítimas e construindo um relato alternativo ao "oficial" sobre o período, seria, só por isso, uma atitude de justiça histórica. Fazer esse exercício de forma a garantir espaço às vozes femininas que lá estiveram é não apenas se comprometer com a construção de uma narrativa histórica mais completa e complexa possível, mas principalmente reconhecer o fundamental papel feminino nas lutas de resistência à ditadura.

Segundo relato de Heleieth Saffioti no documentário *Um X na questão*, o Estado brasileiro e seus aparelhos de repressão viam as mulheres como tolas, bobas, incapazes de se incorporar à luta política naquele momento. Esse preconceito acabou por fazer com que elas pudessem transitar mais facilmente na cena política, atuando na transmissão de informações e absorvendo tarefas que os homens tinham mais dificuldade de realizar. Isso, no entanto, não significou que tenham ficado dentro dos "aparelhos", varrendo o chão ou fazendo café. Elas estiveram em todas as frentes da resistência. Foram muitas as que optaram pela luta armada e, sem que se julgue aqui o mérito de suas escolhas ideológicas e políticas, empunharam armas e foram literalmente à luta. Outras muitas, ainda que sem armas, colocaram em risco suas vidas e as de seus filhos e maridos ao estabelecerem também as suas estratégias de luta. Outras tantas já não estão entre nós para contar suas histórias. Ousadas demais, foram silenciadas.

A tortura tem sido historicamente utilizada como mecanismo de controle dos indivíduos e de manutenção dos sistemas de organização social vigentes. Existem relatos dessa prática em quase todas as socie-

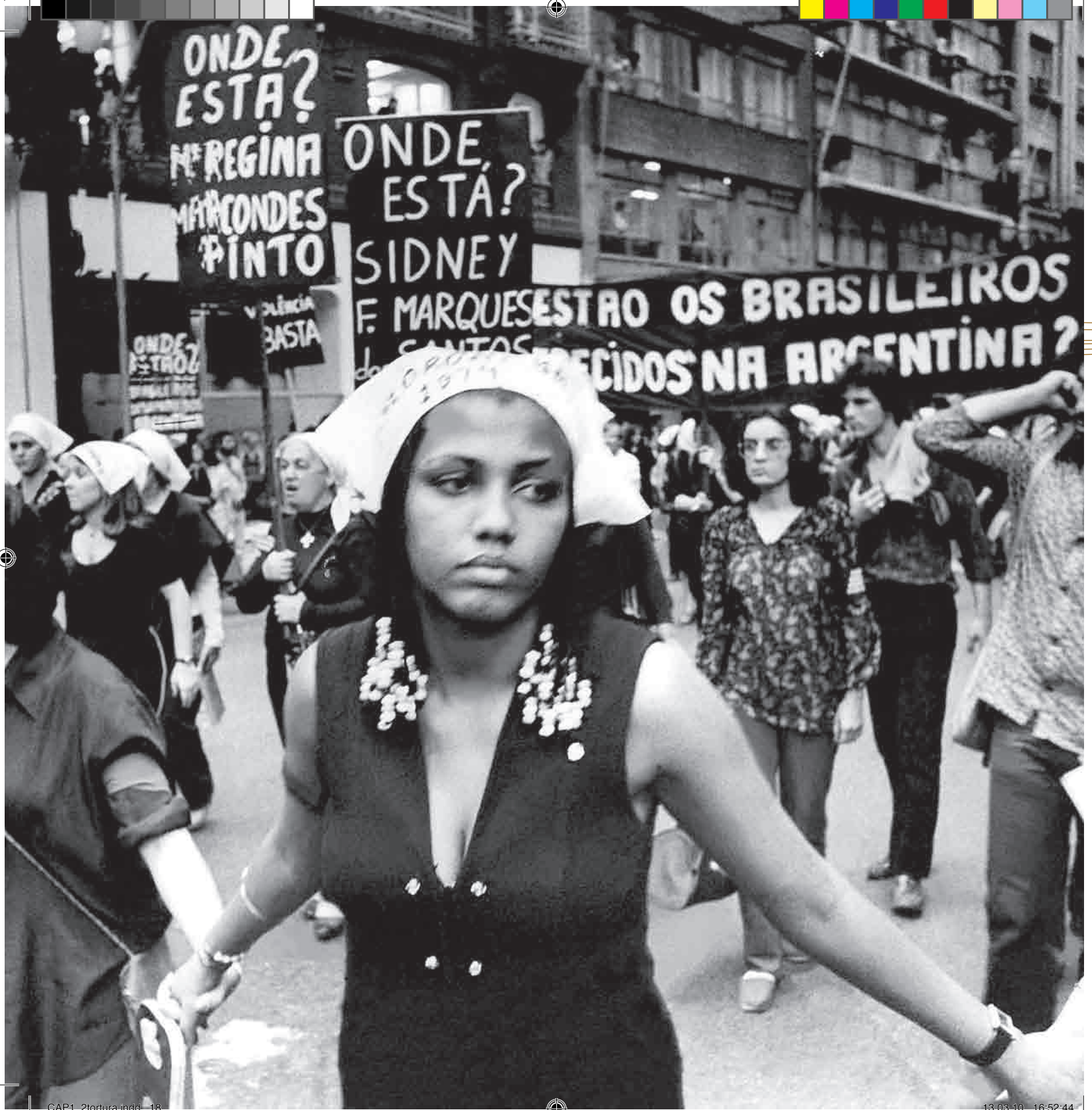
CAP1_2tortura.indd 16 13.03.10 16:52:43

dades, independentemente de sua origem étnica, localização geográfica, matrizes religiosas. Entretanto, para dar conta de realizar sua tarefa, o algoz precisa desconstruir qualquer identidade ou laço entre si e a sua vítima, convencendo-se de que aquele corpo onde ele aplicará a tortura não contém um "ser humano", mas um animal, uma "coisa". Talvez por isso se explique o fato de que é contra as mulheres que essa prática adquire seu formato mais cruel e, como precisa ser, sua forma mais desumana. Para fazer de uma mulher uma vítima de tortura é preciso não apenas que seu algoz retire dela toda a sua dignidade como ser humano, mas que estraçalhe a sua "humanidade feminina", que retire do corpo a ser supliciado qualquer traço de relação com os outros corpos femininos que o remetem ao aconchego e ao afeto maternal, por exemplo. Os relatos contidos neste livro são exemplos disso.

A superação dos fantasmas que ainda assombram nossa história recente exige confrontá-los. Para exorcizá-los, será preciso retirá-los dos lugares onde estão escondidos, nomeá-los, olhá-los nos olhos e compreender os mecanismos que os permitem surgir, de forma a certificar-nos de que não terão nenhum espaço para ressuscitar. Por isso, devemos agradecer às bravas jovens que se insurgiram naquele momento e às corajosas mulheres que agora emprestam suas histórias para que entendamos o quanto é preciosa a democracia que elas ajudaram a restabelecer. As falas dessas mulheres contidas nesta publicação cumprem assim um duplo e significativo papel histórico: fazem justiça às brasileiras, dando ao seu papel na história do Brasil a relevância que efetivamente tem, e servem como um instrumento de luta pelo fortalecimento das liberdades democráticas. A simples leitura de seus relatos dá ao leitor a imediata certeza de que, pela democracia, nenhum filho ou filha deste país fugirá à luta.

NILCÉA FREIRE,
ministra da Secretaria Especial de Políticas
para as Mulheres da Presidência da República

CAP1_2tortura.indd 17 13.03.10 16:52:43



CAP1_2tortura.indd 18 13.03.10 16:52:44

CONTEXTO HISTÓRICO

A ditadura militar brasileira não foi um fato isolado na história da América Latina. Na mesma época, regimes semelhantes em outros países do continente nasceram de rupturas da ordem constitucional pelas Forças Armadas, que assumiram o poder em consonância com a lógica da Guerra Fria. O mundo pós Segunda Guerra Mundial estava dividido em dois grandes blocos: um deles comandado pelos Estados Unidos e o outro pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Algumas iniciativas de independência em política e diplomacia vieram à luz, como, por exemplo, a criação do bloco dos países não alinhados, a partir de 1955, o cisma sino-soviético dos anos 1960 e a resistência do líder francês Charles de Gaulle a uma liderança absoluta dos Estados Unidos. Na América Latina, entretanto, tais iniciativas de autodeterminação avançaram pouco.

Assim é que, na região, os anos 1960 e 1970 foram marcados por um nítido fortalecimento, no âmbito do poder político, das forças que haviam resistido aos governos de orientação nacionalista dos anos 1950, como o de Vargas, no Brasil, de Perón, na Argentina, de Paz Estenssoro, na Bolívia, e de Jacobo Arbenz, na Guatemala.

Os países latino-americanos que haviam participado com tropas na Segunda Guerra Mundial lutaram como aliados dos Estados Unidos e sob seu comando militar, iniciando assim uma cooperação operacional que avançaria nas décadas seguintes. Tal aliança gerou unidade de

CAP1_2tortura.indd 19 13.03.10 16:52:46

doutrinas, treinamento conjunto na formação de quadros e estreita identidade ideológica.

A partir de 1959, a Revolução Cubana e sua aproximação com a URSS marcou profundamente a política exterior dos Estados Unidos, que anunciaram não mais tolerar insurgências que desafiassem sua hegemonia na região. Para garantir que os governos do continente permanecessem como aliados, o Departamento de Estado passou a apoiar ou patrocinar golpes militares de exacerbado conteúdo anticomunista.

Esse contexto histórico regional trouxe, então, a generalização de regimes políticos repressivos nos países do Cone Sul: Brasil (1964), Argentina (1966 e 1976), Uruguai (1973) e Chile (1973) – a ditadura de Alfredo Stroessner, no Paraguai, já havia se iniciado em 1954. O controle da classe trabalhadora por parte desses governos pautou-se por forte coerção sobre os sindicatos, quando não por intervenções diretas e prisão ou assassinato de lideranças. Em quase todos os casos, os partidos políticos preexistentes foram extintos e os parlamentos submetidos a severas limitações, quando não simplesmente fechados.

Como regra geral, tais ditaduras buscaram estreitar, no plano econômico, a associação com seus aliados do capital externo, sob tutela militar nacional, e incorporaram plenamente a estratégia norte-americana de contenção do comunismo, sintetizada na Doutrina de Segurança Nacional.

Tal doutrina, idealizada no Brasil especialmente pelo general Golbery do Couto e Silva, principal teórico do regime, assentava-se na tese de que o inimigo da pátria não era mais externo, e sim interno. Para enfrentar esse novo desafio, era urgente estruturar um novo aparato repressivo por meio da integração completa dos organismos de segurança.

Nesse sentido, foi montada em São Paulo, em 1969, a Operação Bandeirante (Oban), composta por efetivos do Exército, Marinha, Aeronáutica, Delegacias Estaduais de Ordem Política e Social (Dops),

CAP1_2tortura.indd 20 13.03.10 16:52:46

Departamento de Polícia Federal, Força Pública, Guarda Civil e até por civis paramilitares.

A experiência foi aprovada pelo regime, que resolveu estender seu formato a todo o país. Nasceu então o Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna, o temível DOI-Codi. Com dotações orçamentárias próprias e chefiado por um alto oficial do Exército, o órgão assumiu o primeiro posto na repressão política no país.

No entanto, os Dops e as delegacias regionais da Polícia Federal, bem como o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa) e o Centro de Informações da Marinha (Cenimar) mantiveram ações repressivas independentes, prendendo, torturando e eliminando opositores.

Com base na Doutrina de Segurança Nacional, a ditadura militar brasileira decretou sucessivas Leis de Segurança Nacional sob a forma de Decretos-Leis (DL) – uma em 1967 (DL 314) e duas em 1969 (DL 510 e DL 898) – de conteúdo draconiano, que funcionaram como pretenso marco legal para dar cobertura jurídica à escalada repressiva. O espírito geral dessas três versões da Lei de Segurança Nacional indicava que o país não podia tolerar antagonismos internos e identificava a vontade da nação e do Estado com a vontade do regime.

Se o alvo inicial eram apenas os opositores no plano partidário e na luta política clandestina, a lei terminaria fulminando também a liberdade de imprensa. Ao estabelecer que jornais e emissoras de rádio e televisão deveriam contribuir para o fortalecimento dos objetivos nacionais permanentes, a norma abria caminho para proibi-los de divulgar críticas contra autoridades governamentais, já que não poderiam indispor a opinião pública contra elas.

Por outro lado, as Forças Armadas passaram a adaptar-se para o enfrentamento da guerra de guerrilhas. A estrutura de informação montada fortaleceu sua capacidade de travar a guerra surda que se

CAP1_2tortura.indd 21 13.03.10 16:52:46

deu por meio dos interrogatórios com tortura, das investigações sigilosas, da escuta telefônica e do armazenamento e processamento de informações sobre atividades consideradas subversivas. Diferentes conceituações de guerra – guerra psicológica adversa, guerra interna, guerra subversiva – foram utilizadas para submeter os presos políticos a julgamentos na Justiça Militar.

Remanescentes do Grupo Permanente de Mobilização Industrial, responsável pela articulação do setor empresarial nos preparativos para o golpe de Estado de 1964, colaboraram financeiramente para essa reestruturação do aparato repressivo, inicialmente de forma semiclandestina.

A ditadura militar brasileira atravessou pelo menos três fases distintas. A primeira estendeu-se do golpe de Estado, em abril de 1964, à consolidação do novo regime. A segunda começou em dezembro de 1968, com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), e desdobrou-se nos chamados anos de chumbo, quando a repressão atingiu seu mais alto grau. A terceira e última fase abriu-se com a posse do general Ernesto Geisel, em 1974, que iniciou uma lenta abertura política, mantida durante o governo Figueiredo até o fim do período de exceção, em 1985.

No entanto, ao longo dos 21 anos de regime, em nenhum momento a sociedade brasileira deixou de manifestar seu sentimento de oposição. Já nas eleições de 1965, adversários da ditadura venceram a disputa para os governos estaduais de Minas Gerais e da Guanabara, levando os militares a decretar, em outubro, o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que eliminou o sistema partidário existente e forçou a introdução do bipartidarismo: só estavam permitidos a governista Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o opositor Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Entre 1966 e 1979, este último atuou como frente legal das oposições, alternando sua conduta entre fases pragmáticas de conformismo

CAP1_2tortura.indd 22 13.03.10 16:52:46

e momentos de enfrentamento corajoso. Foi vítima de ciclos vingativos de cassação de mandatos e sofreu a edição de pacotes com regras casuísticas que buscavam perpetuar a supremacia do partido governista, comprovando que o regime só aceitava o resultado das urnas quando este lhe era favorável.

Atingido com dureza já nos primeiros dias do novo governo, quando a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi incendiada na praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, o movimento estudantil começou a manifestar-se com energia, em todo o país, a partir de 1965. A UNE desafiou abertamente a proibição das entidades estudantis autênticas, imposta pelo primeiro ministro da Educação do regime militar, Flávio Suplicy de Lacerda.

Essas manifestações cresceriam até atingir seu auge nas grandes passeatas de 1968. Entraram em refluxo após a decretação do AI-5, em dezembro daquele ano, e voltaram a crescer a partir de 1977. Em fevereiro de 1969, o governo Costa e Silva chegou a baixar um dispositivo específico para reprimir a oposição política e a atividade crítica nas universidades: o Decreto 477, que previa o desligamento de estudantes, professores e funcionários envolvidos em atividades subversivas.

Os sindicatos de trabalhadores, fortemente golpeados pelo regime já nos primeiros dias de abril de 1964, conseguiram se reerguer gradualmente e realizar importantes greves em 1968, em Osasco (SP) e Contagem (MG), retornando a um patamar de fermentação discreta até atingir novo salto em 1978, quando, no ABC paulista, voltaram as mobilizações de massa que dariam início à construção de um novo sindicalismo no Brasil.

A área intelectual e artística representou outro polo de resistência. A música, o cinema, o teatro, a literatura, distintos segmentos da vida cultural brasileira tornaram-se arena de contestação ao regime autoritário, agindo muitas vezes como ousada trincheira que exigia o resgate

CAP1_2tortura.indd 23 13.03.10 16:52:46

da liberdade de criação. O setor enfrentou, como represália, períodos de vigorosa censura e mesmo a prisão de grandes expoentes artísticos, especialmente nas semanas que se seguiram à decretação do AI-5.

Além disso, no contexto de endurecimento do regime a partir de 1968, algumas organizações partidárias de esquerda optaram pela luta armada como estratégia de enfrentamento ao poder dos militares. Nasceram diferentes grupos guerrilheiros, compostos, em grande maioria, por estudantes, mas incluindo também antigos militantes comunistas, militares nacionalistas, sindicalistas, intelectuais e religiosos.

Essas organizações político-militares adotaram táticas de assaltos a bancos, sequestros de diplomatas estrangeiros para resgatar presos políticos, atentados a quartéis e outras modalidades de enfrentamento, que, por sua vez, também produziram inúmeras vítimas entre agentes dos órgãos de segurança e do Estado.

Quando o aparelho de repressão concluiu que a resistência armada já havia sido aniquilada, passou a concentrar-se, com idêntica violência, no extermínio do PCB. No final dos anos 1970, entretanto, o regime entrou em nítido processo de fragilização e decidiu controlar com rigidez uma transição política que levaria à posse de um presidente civil (José Sarney) em 1985.

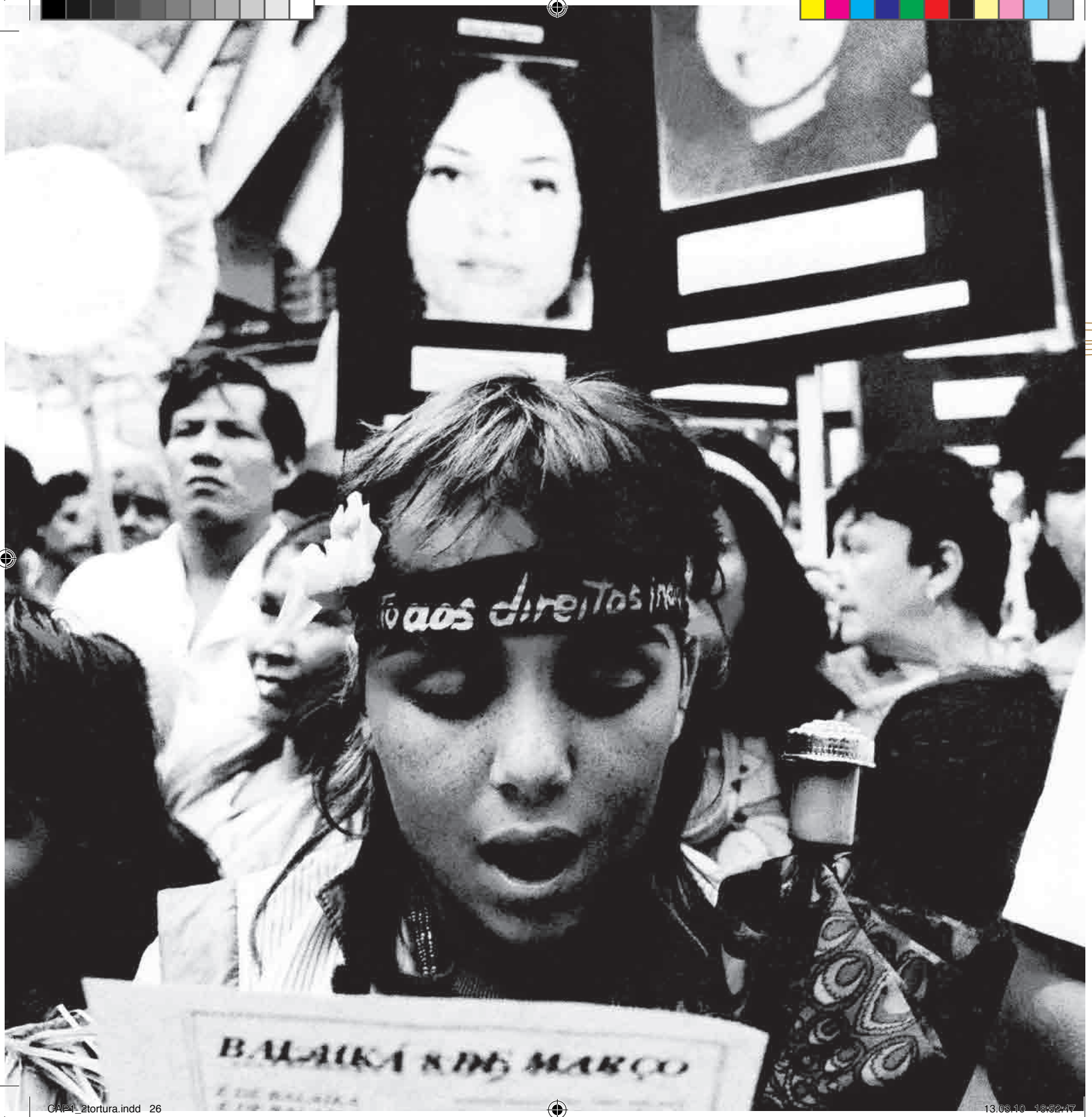
Outros países do Cone Sul que passaram por regimes ditatoriais semelhantes, atingindo, no caso argentino, a cifra trágica de 30 mil mortos e desaparecidos, estabeleceram diferentes mecanismos de apuração das violações de direitos humanos no contexto da repressão política. Torturadores, chefes militares e até autoridades dessas ditaduras foram levados ao banco dos réus, envolvendo acirradas controvérsias políticas e judiciais. O Brasil não encetou procedimentos semelhantes para examinar as violações ocorridas em seu regime de exceção, mesmo tendo oficializado – com o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal de 1988, a Lei nº 9.140 sobre

CAP1_2tortura.indd 24 13.03.10 16:52:46

mortos e desaparecidos políticos, de 1995, e a Lei nº 10.559, de 2002, que criou a Comissão de Anistia – o reconhecimento da responsabilidade do Estado sobre estas.

O Programa Nacional de Direitos Humanos – 3, lançado no dia 21 de dezembro de 2009 pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, inclui, entre as 521 ações recomendadas aos Ministérios, o envio de um anteprojeto de lei ao Poder Legislativo para instituir uma Comissão Nacional da Verdade que supere essa lacuna.

CAP1_2tortura.indd 25 13.03.10 16:52:46



CAP1_2tortura.indd 26 13.03.10 16:32:47

RESISTÊNCIA E DOR

A dor de Antígona nos alcança não só como um símbolo de liberdade de consciência, mas de devoção filial, de desafio feminino às amarras sociais, de amor fraterno e até mesmo de autossacrifício. MARTHA ROBLES

Memória e história andam juntas e são ambas produções singulares e, ao mesmo tempo, sociais. A história é tecida por acontecimentos que foram registrados e que, ao serem narrados, são afetados pelo tempo decorrido, e, no tempo presente, oferecem novas possibilidades de compreensão.

A dor de Antígona cantada na tragédia de Sófocles atravessa o tempo, fascina e intimida, porque expressa a determinação de uma mulher diante do poder do tirano. Seu crime: enterrar o irmão caído em batalha.

> Pela metade da noite, quando sozinha cobria a sepultura com ritos que deviam ser celebrados em honra do falecido, os guardas a detêm por haver violado as leis da cidade. Creonte a condena a morrer enterrada viva em uma caverna, apesar dos rogos de seu próprio filho Hémon, prometido em casamento a Antígona.[1]

[1] Martha Robles, *Mulheres, mitos e deusas: o feminino através dos tempos* (trad. William Lagos e Débora D. Vieira, São Paulo, Aleph, 2006), p. 131.

CAP1_2tortura.indd 27 13.03.10 16:52:48

A irreverência de Antígona, mito trágico, repetiu-se como fato em incontáveis momentos históricos, com outras mulheres, em outros séculos, em outras lutas de contestação do poder.

A própria escolha do dia 8 de março como Dia Internacional da Mulher foi determinada por acontecimentos que ocorreram em 1857, em Nova York: 129 mulheres operárias foram trancadas vivas dentro de uma fábrica que foi incendiada. Morreram carbonizadas. Seu crime: lutavam por melhores condições de trabalho, por salários equiparados aos dos operários homens, pela redução da jornada de trabalho de dezesseis para dez horas diárias e por licença maternidade.

NO BRASIL, APÓS 1964

Ao longo da história do Brasil, a luta de resistência das mulheres é recorrente. Durante a ditadura civil-militar, implantada com o golpe de 1964, as mulheres também foram protagonistas, como militantes da resistência e como organizadoras da sociedade civil para o retorno do país à democracia.

Ao homenagear mulheres brasileiras que resistiram à tirania do poder e o enfrentaram, resgata-se a memória de acontecimentos singulares e iluminam-se lacunas ainda existentes em nossa história.

O golpe militar, em 1º de abril de 1964, institucionalizou a detenção, a prisão e o sequestro, o banimento, a tortura, o assassinato e o desaparecimento, deixando um legado sinistro: mortos e desaparecidos políticos, uma legião incontável de militantes – homens e mulheres – presos e torturados e histórias de vida truncadas. A política de repressão é praticada quando o poder político, aliado ao poder policial e militar, outorga-se o direito sobre o corpo, a mente, a vida e a morte dos cidadãos. Exercer continuadamente atos que sustentam essa política é um gesto que, aos poucos, torna-se sobre-humanamente desumano, e apaga, devagar, a repugnância inata ao crime.

CAP1_2tortura.indd 28 13.03.10 16:52:48

Os militantes que ficaram no Brasil durante a vigência da ditadura civil-militar tornaram-se, quase todos, clandestinos políticos, única possibilidade de prosseguir a luta de resistência. Abandonaram a casa paterna, seus nomes de família, seu emprego e profissão, seus documentos de identidade, e fizeram-se anônimos, sem sobrenome, sem explicar para os filhos, crianças ainda, o que realmente faziam. Eram homens reservados e mulheres discretas. As relações entre os familiares e os amigos ficaram entrecortadas, esparsas, feitas de silêncios. Muitos souberam, tempos depois, do falecimento de seus próprios pais; outros receberam, meses depois, notícias sombrias de amigos e conhecidos. Esse anonimato desconcertante, e um jeito evasivo de ser, foi passando para os filhos, e certamente ficou inscrito como uma sensação indizível e, por isso, tornada inesquecível. A clandestinidade escolhida como forma de sobrevivência dentro do país foi, no princípio, uma defesa para o militante, mas, como um bumerangue, tornou-se um ponto vulnerável: a repressão aproveitou o anonimato dos militantes capturados, com seus nomes frios e identidades fabricadas, para negar, às famílias e aos advogados, o verdadeiro nome do preso. Dessa forma, eliminou-os, enterrou-os, fê-los desaparecer com nomes frios, como indigentes, *nenhum nome*, os NN. São os corpos insepultos de que Sófocles falara em sua Antígona.

A viscosidade da memória desses fatos ultrapassou o tempo, ficou aderida no corpo e na alma de quem o viveu, permanece como uma herança transgeracional. O silêncio sobre as próprias experiências, os próprios medos e dúvidas mantém-se como um enclave sombrio e pulsante, que só o tempo, quem sabe, ajudará a resolver.

CORPOS TORTURADOS

A principal meta do torturador é despir o corpo e tentar alcançar a alma do torturado, estabelecer uma cunha entre o corpo e a mente com o propó-

CAP1_2tortura.indd 29 13.03.10 16:52:48

sito de desconstruir a inteireza, a integridade e a privacidade do seu alvo.

O corpo da mulher, sempre objeto de curiosidade, tornou-se presa do desejo maligno do torturador e ficou à deriva em suas mãos. Autorizado por seus superiores e mandantes a torturar, o servidor torturador incorporou ingredientes próprios e piores ao ato que, por delegação, lhe foi solicitado e previamente permitido. Cumpria ordens.

A tentativa de destituir a mulher de seu lugar feminino, de mulher, de mãe, não encontrou nos porões da ditadura qualquer trégua. O lugar de cuidadora e de mãe foi vulnerado com a ameaça permanente aos filhos também presos ou sob o risco de serem encontrados onde estivessem escondidos. O aviltamento da mulher que acalentava sonhos futuros de maternidade foi usado pelos torturadores com implacável vingança, questionando-lhe a fertilidade após sevícias e estupros. A devastação da tortura não tem parâmetros materiais. Ao recolher, 40 anos depois, testemunhos dessas histórias e depoimentos possíveis, o propósito é, entre outros, permitir que se saiba o que ocorreu em nosso país, para que não volte a ocorrer.

Falar sobre a própria tortura não é fácil. Reunir em um livro várias histórias permitirá aos que o lerem o acesso ao que ainda está velado. E expressa a relação assimétrica e desigual que durante a ditadura se estabeleceu entre os que a sustentavam e os que a combatiam. Essas histórias singulares e, ao mesmo tempo, essencialmente coletivas materializam a convicção de que a produção social da história é feita de atos, palavras e, sobretudo, gestos nunca imaginados.

Aqui também estão os relatos e a homenagem às mulheres que foram assassinadas. Algumas foram cingidas com uma cinta de aço que, paulatinamente apertada, levou-as à morte; outras foram assassinadas a sangue frio; muitas foram estupradas, mutiladas e atingidas pelas armas. Algumas enlouqueceram pela dor e pela brutalidade e não sobreviveram aos choques elétricos. Todas, em sua provável maioria, foram despidas à força em algum

CAP1_2tortura.indd 30 13.03.10 16:52:48

momento. São brasileiras que fazem parte da galeria de mulheres combatentes e destemidas, muitas delas ainda insepultas por estarem desaparecidas.

NA SOCIEDADE CIVIL: MULHERES SE ORGANIZAM

Ao mesmo tempo em que esses fatos ocorriam, outras mulheres da sociedade civil e de organizações sociais se organizavam em movimentos de protesto e de indignação, nas ruas e nas praças, dentro das universidades e das escolas, em igrejas, nos sindicatos, nas fábricas, na cidade e no campo. Algumas se agigantaram em ações determinantes para que setores da sociedade se reunissem em movimento de crítica e de campanha pelo fim da ditadura.

Entre esses movimentos, a luta pela anistia se impôs como uma decisão política que se pronunciava pública e organizadamente contra os civis e militares no poder. Inicialmente organizada por mulheres com o Movimento Feminino pela Anistia e, depois, pelos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs), a campanha pela anistia foi fruto da indignação de vários setores da sociedade brasileira e do desejo de um basta à ditadura. O programa mínimo desses comitês exigia: libertação imediata de todos os presos políticos; volta de todos os exilados, banidos e cassados; reintegração política, social e profissional dos funcionários públicos ou privados demitidos por motivos políticos; fim radical e absoluto da tortura; revogação da Lei de Segurança Nacional, desmantelamento do aparato repressivo; esclarecimento das mortes e dos desaparecimentos por motivação política; julgamento dos responsáveis.

Organizados em 1978 no Rio de Janeiro e, a seguir, em São Paulo,

> os CBAs foram resultado de vários esforços isolados e dispersos nos anos anteriores, em defesa dos perseguidos políticos pelo regime militar. Já desde 1973 iniciativas, ora pessoais, ora de comissões, procuravam cha-

CAP1_2tortura.indd 31 13.03.10 16:52:49

> mar a atenção da opinião pública para o avanço da ditadura. Em 1975, por iniciativa das mulheres e de Terezinha Zerbini, um abaixo-assinado com 16 mil assinaturas propunha a anistia. Inicialmente pensada como perdão e esquecimento nos anos de 1976 e 1977, novos acontecimentos contribuíram para a organização de uma proposta política mais ampla de repúdio à ditadura.[2]

Muitas mulheres se uniram à campanha como mães, irmãs, esposas e amigas de atingidos e também como militantes até então clandestinas. O lugar da mãe, da esposa e da irmã são, em si, lugares que se qualificam por sua condição subjetiva inquestionável:

> a história de Antígona, que lutou pelo sepultamento do irmão Polinice; a mãe que diante de Salomão não permitiu dividir seu filho ao meio; Ifigênia, filha de Agamenon, que aceitou ser sacrificada pela causa da Grécia; são figuras, entre outras, que fazem parte do imaginário cultural milenar como defensoras de entes queridos ou de seu país. No século 20, entre outras, as avós e as mães da Praça de Maio são protagonistas de uma permanente campanha de busca de seus filhos e de seus netos, e exigindo esclarecimento sobre os 30 mil desaparecidos na Argentina.[3]

O I Congresso pela Anistia, realizado em novembro de 1978, em São Paulo, foi um marco na consolidação dos comitês de anistia, que chegaram a ser sessenta em todo o Brasil. O evento foi antecedido de reuniões no Instituto Sedes Sapientiae, com a autorização de Madre Cristina Sodré Dória, destacada apoiadora do movimento de resistência à ditadura. A abertura solene foi feita no teatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, o Tuca, durante a reitoria da professora Nadir Gouvêa Kfouri, que, um ano antes, em setembro de 1977, defendera

[2] M. A. A. C. Arantes, "Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo (CBA/SP), memória e fragmentos", em *A luta pela anistia* (São Paulo, Unesp/ Imprensa Oficial/ Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2009), p. 83-99.

[3] Idem, ibidem, p. 83-99.

CAP1_2tortura.indd 32 13.03.10 16:52:49

com altivez o campus da universidade durante sua invasão pela Polícia Militar, sob o comando do coronel Erasmo Dias. O encerramento das atividades ocorreu no teatro de Ruth Escobar – ela integrava a comissão executiva do Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo.

Em 1980, o CBA/SP organizou uma manifestação comovente, só de mulheres, nas ruas de São Paulo, durante a visita ao Brasil do ditador argentino Jorge Rafael Videla. Elas se reuniram na escadaria do Teatro Municipal e seguiram pelo Viaduto do Chá até o Largo São Francisco. Ruth Escobar, como diretora de cena, propôs que todas se vestissem de preto e caminhassem em silêncio. Na cabeça, lenços brancos com os nomes dos desaparecidos e, nas mãos, matracas tocando vigorosamente. Nos vários cartazes portados, estavam os nomes dos militantes desaparecidos na Argentina e no Brasil.

Hoje, estão reintegradas à cena social, política e cultural do país mulheres que foram atingidas mais duramente pela ditadura civil-militar. Muitas que protagonizaram movimentos sociais de libertação e/ou estiveram clandestinas e exiladas continuam, em diferentes patamares, sustentando novos projetos para o país.

Há familiares que seguem buscando seus desaparecidos, aliados às mulheres e aos homens que continuam acreditando que o Brasil pode avançar na direção de um resgate pleno, lúcido e inquestionável de nossa história, para que, enfim, os brasileiros possam se olhar frente a frente, sabendo quem são e quais foram os lugares que ocuparam na construção de nossa história recente.

MARIA AUXILIADORA DE ALMEIDA CUNHA ARANTES,
Coordenadora-geral de Combate à Tortura da Secretaria Especial
dos Direitos Humanos da Presidência da República

CAP1_2tortura.indd 33 13.03.10 16:52:49

CAP3_tortura.indd 34 13.03.10 16:54:20

DO GOLPE AOS ANOS "LINHA-DURA" (1964-1974)

Na fase inicial da ditadura, o setor militar que prevaleceu na disputa interna para comandar o aparato estatal foi o proveniente da Escola Superior de Guerra (ESG), que tinha como principal líder o marechal Humberto de Alencar Castello Branco, primeiro presidente do regime.

O primeiro Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, determinou a cassação de mandatos, a suspensão dos direitos políticos, a demissão de servidores públicos, o expurgo de militares, as aposentadorias compulsórias, a intervenção em sindicatos e a prisão de milhares de brasileiros. Em 1967, como tentativa de legalizar o novo sistema, Castello Branco promulgou uma nova Constituição.

No mesmo ano, o general Arthur da Costa e Silva assumiu a presidência como representante da chamada "linha dura" militar. Assim, em 1968, teve início uma escalada repressiva, especialmente contra os estudantes, que ficou marcada pela morte de Edson Luís Lima Souto, em 28 de março de 1968, no Rio de Janeiro; pelo assassinato de quatro pessoas na chamada "sexta-feira sangrenta", em 21 de junho, também no Rio; pela morte de José Guimarães durante enfrentamento entre estudantes da USP e policiais e alunos da Universidade Mackenzie, em São Paulo, em 3 de outubro; e pela invasão, em 12 de outubro, do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna, no interior paulista.

Em 13 de dezembro, o governo militar decretou o Ato Institucional nº 5, AI-5, considerado um verdadeiro "golpe dentro do golpe".

CAP3_tortura.indd 35 13.03.10 16:54:23

O Congresso Nacional foi fechado, as cassações de mandatos foram retomadas, a imprensa passou a ser completamente censurada e foram suspensos os direitos individuais. A chamada "linha dura" assumia o controle completo no interior do regime.

Ações de guerrilha urbana ganharam volume. Com o afastamento de Costa e Silva, em agosto de 1969, por motivos médicos, uma junta militar ocupou de forma provisória o poder e, no mês seguinte, editou uma nova Lei de Segurança Nacional, com elevação drástica de seu conteúdo repressivo e introdução da pena de morte.

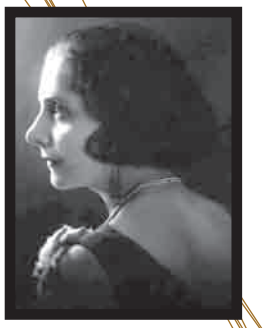
Em 30 de outubro de 1969, o general Emílio Garrastazu Médici tomou posse e abriu a fase de maior repressão dos 21 anos de regime. A Constituição de 1967 foi trocada, por decreto, pela de 1969, que desdobrou as imposições contidas no AI-5. A partir de então, a ditadura lançou uma ofensiva fulminante contra as organizações armadas de oposição. Em 1974, já havia derrotado os grupos de guerrilha urbana e completava a última campanha militar de aniquilamento da Guerrilha do Araguaia. A repressão não poupou as organizações clandestinas que não haviam aderido à luta armada, como o PCB, e nem mesmo os religiosos que se opuseram ao regime sem ter filiação com qualquer organização.

No entanto, as denúncias sobre torturas já vinham se acumulando desde 1969 e geravam forte desgaste da imagem do Brasil no exterior. Além disso, com o evidente esgotamento do chamado "milagre econômico", os grupos militares de origem castellista conseguiram recuperar força, impondo Ernesto Geisel como próximo Presidente da República.

CAP3_tortura.indd 36 13.03.10 16:54:23

LABIBE ELIAS ABDUCH (1899-1964)

Filiação: Helena Elias Carneiro e João Carneiro



Data e local de nascimento:
1899, Síria
Data e local da morte:
1/4/1964, Rio de Janeiro (RJ)

A sexagenária Labibe Elias Abduch era casada com Jorge Nicolau Abduch, com quem teve três filhos. Foi morta por um disparo de bala em 1º de abril de 1964, quando caminhava pela Cinelândia, no Rio de Janeiro, interessada em obter informações sobre o movimento militar no Rio Grande do Sul, onde se encontrava um filho seu.

Narrando a cena e os fatos desse dia, a revista *O Cruzeiro*, em edição extra de 10 de abril do mesmo ano, traz o seguinte relato: "14 horas. É o sangue. A multidão tenta mais uma vez invadir e depredar o Clube Militar. Um carro da PM posta-se diante do Clube. O povo presente vaia os soldados. Mais tarde, choque do Exército [...] dispersam os agitadores, que voltam à recarga, pouco depois. Repelidos a bala, deixam em campo, feridos, vários manifestantes: entre eles Labib Carneiro Habibude [sic] e Ari de Oliveira Mendes Cunha, que morreram às 22 horas no pronto-socorro".

O corpo de Labibe deu entrada no Instituto Médico Legal (IML) no dia 2 de abril, de onde foi retirado para sepultamento pela família. De acordo com o legista Nelson Caparelli, a *causa mortis* foi "ferimento transfixante do tórax, por projétil de arma de fogo, hemorragia interna".

CATARINA HELENA ABI-EÇAB (1947-1968)

Filiação: Helena Elias Xavier Ferreira e Trajano Xavier Ferreira

Data e local de nascimento:
29/1/1947, São Paulo (SP)
Data e local da morte:
8/11/1968, Vassouras (RJ)

Nascida na capital paulista, Catarina, militante da ALN, era casada, desde maio de 1968, com João Antônio Santos Abi-Eçab, também integrante da organização. Eles se conheceram quando estudavam filosofia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. João era ativista estudantil.

Morreram no dia 8 de novembro de 1968, na BR-116, altura da cidade

CAP3_tortura.indd 37 13.03.10 16:54:24

de Vassouras (RJ). Durante três décadas, não havia sido possível contestar a versão oficial de que os dois teriam falecido em virtude de um acidente de carro. No veículo, teriam sido encontradas armas e grande quantidade de munição. Os legistas Pedro Saullo e Almir Fagundes de Souza estabeleceram como *causa mortis* "fratura de crânio com afundamento (acidente)".

Os processos de Catarina Helena Abi-Eçab e de João Antônio Santos Abi-Eçab na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) foram analisados em conjunto, porque uma única solução deveria ser dada aos dois pedidos. A Comissão recebeu documentos dos órgãos de repressão sobre o caso, arquivados no Superior Tribunal Militar (STM), e cópia do processo instaurado pelo Estado do Rio de Janeiro, buscando coletar informações sobre as circunstâncias das mortes.

AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN)

Nascida da cisão do PCB, a ALN foi a organização de maior expressão e contingente entre os grupos de guerrilha urbana que atuaram entre 1968 e 1973. Sua história está indissoluvelmente ligada ao nome de Carlos Marighella, antigo dirigente do PCB. Crítico da linha oficial desse partido, propôs a resistência armada após 1964 e, no campo das alianças, a troca do binômio burguesia-proletariado pelo proletariado-campesinato. Desde seu nascimento, a ALN estabeleceu fortes laços com Cuba. "A ação faz a vanguarda" torna-se lema central da organização, que passa a realizar operações de forte impacto, como o sequestro do embaixador americano no Brasil, em conjunto com o MR-8. A escalada repressiva que se seguiu, no entanto, terminou por atingir Marighella, executado em 4 de novembro, em São Paulo. Sua morte abalou a capacidade de ação da ALN, que passa a dar ênfase à implementação de uma "Frente Revolucionária" com as demais organizações de guerrilha urbana, conhecida como "Frente Armada". Mas a sequência de prisões e a ferocidade da repressão acabariam comprometendo a sobrevivência do grupo, que se desarticulou definitivamente entre abril e maio de 1974.

CAP3_tortura.indd 38 13.03.10 16:54:24

Apesar da referência à realização de exame necroscópico nos corpos, nem o material vindo do Estado do Rio de Janeiro nem o pesquisado no STM trouxe essa prova. Não há registro de perícia do local ou dos veículos, apenas da metralhadora encontrada. Os documentos oficiais afirmam a tese do acidente – o carro em que viajavam colidiu com a traseira de um caminhão, na BR-116, às 19h35. A polícia foi avisada às 20 horas, providenciando a remoção dos cadáveres e o recolhimento dos pertences das vítimas. Além de metralhadora e munição, teriam sido encontrados dinheiro, livros e documentos pessoais.

No boletim de ocorrência que registrou o acidente, consta: "foi dado ciência à polícia às 20 horas de 8/11/68. Três policiais se dirigiram ao local, constatando que na altura do km 69 da BR-116, o VW 349884-SP, dirigido por seu proprietário João Antônio dos Santos Abi-Eçab, tendo como passageira sua esposa, Catarina Helena Xavier Pereira (nome de solteira), havia colidido com a traseira do caminhão de marca De Soto, placa 431152-RJ, dirigido por Geraldo Dias da Silva, que não foi encontrado. O casal de ocupantes do VW faleceu no local. Após os exames de praxe, os cadáveres foram encaminhados ao necrotério local".

Em abril de 2001, entretanto, denúncias feitas pelo repórter Caco Barcellos, veiculadas no *Jornal Nacional*, da TV Globo, derrubaram tal versão e mostraram que João e Catarina foram executados com tiros na cabeça. O jornalista entrevistou o ex-soldado do Exército Valdemar Martins de Oliveira, que relatou algumas missões atribuídas a ele pelo órgão militar de segurança – entre elas a infiltração em grupos de teatro –, e a prisão, tortura e execução de um casal de estudantes pelo chefe da operação militar. A suspeita era de participação desses jovens na execução do capitão do Exército norte-americano Charles Chandler.

Valdemar reconheceu Catarina como presa, torturada e morta em um sítio em São João do Meriti (RJ), e afirmou que os órgãos de repressão, após a execução, teriam forjado o acidente. Com base nesses

CAP3_tortura.indd 39 13.03.10 16:54:25

relatos, Caco Barcellos entrou em contato com a família de Catarina, que concordou em exumar os restos mortais. Os laudos da exumação concluíram que a morte foi consequência de "traumatismo crânio-encefálico", causado por "ação vulnerante de projétil de arma de fogo".

O relator do caso na CEMDP, na tentativa de obter o laudo necroscópico realizado em 9 de novembro de 1968, fez diligência no Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro e conseguiu entrevistar, por telefone, o médico Almir Fagundes de Souza, cujo nome consta do Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos como legista do exame necroscópico no casal. Ele declarou que, "[...] admite a possibilidade de o dr. Pedro Saullo, diante das informações prestadas pela polícia e dada sua pouca experiência, nem sequer ter necropsiado a calota craniana. [...] que acredita que esse caso possa ser um dos primeiros casos analisados de Pedro Saullo [...]".

COMISSÃO ESPECIAL

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) foi criada pela Lei 9.140, em dezembro de 1995, com as atribuições de examinar os casos de assassinados e desaparecidos políticos na ditadura, avaliar a concessão de indenizações e localizar os restos mortais das vítimas que não foram sepultadas. Formada por representantes do governo federal, Forças Armadas, Ministério Público Federal, familiares dos mortos e desaparecidos e Câmara dos Deputados, a Comissão Especial analisou, investigou e julgou 339 casos, garantindo a indenização para as famílias de 221 vítimas e indeferindo 118 pedidos. Além desses, 136 outros mortos e desaparecidos já constavam do anexo à Lei 9.140, sendo considerados deferidos "ex ofício". O levantamento das informações foi feito com base em depoimentos de ex-presos políticos e de agentes dos órgãos de repressão da época, e em documentos dos arquivos secretos já localizados e abertos para consulta.

CAP3_tortura.indd 40 13.03.10 16:54:25

A prova dos autos, segundo o relator, não autorizava a tese de acidente. Nenhum indício aponta para qualquer detonação de explosivos, hipótese que também foi aventada. A reportagem de Caco Barcellos e as providências que se seguiram introduziram duas novas possíveis versões: a primeira delas, de que o casal teria sido preso, torturado e executado e, em seguida, os militares teriam forjado uma cena de acidente; a segunda, de que o carro de ambos teria sido perseguido por agentes do Estado, que teriam efetuado os disparos fatais.

ALCERI MARIA GOMES DA SILVA (1943-1970)

Filiação: Odila Gomes da Silva e Oscar Tomaz da Silva

Data e local de nascimento:
25/5/1943, Cachoeira do Sul (RS)
Data e local da morte:
17/5/1970, São Paulo (SP)

Gaúcha e afrodescendente, Alceri trabalhava no escritório da fábrica Michelletto, em Canoas, onde começou a participar do movimento operário e filiou-se ao Sindicato dos Metalúrgicos. Em setembro de 1969, visitou sua família em Cachoeira do Sul para informar que estava de mudança para São Paulo, engajada na luta contra o regime militar como integrante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

A família de Alceri viveu um verdadeiro processo de desestruturação após sua morte, que ocorreu juntamente com a de Antônio dos Três Reis de Oliveira, militante da ALN. O pai, desgostoso, morreu menos de um ano depois de saber, por um delegado de Canoas, que a filha fora morta em São Paulo. Uma de suas irmãs, Valmira, também militante política, não suportou a culpa que passou a sentir por ter permitido que a irmã saísse de sua casa. Suicidou-se ingerindo soda cáustica.

Depoimento dos presos políticos de São Paulo denunciou o assassinato de Alceri e Antônio por agentes da Operação Bandeirante (Oban), chefiados pelo capitão Maurício Lopes Lima. Ambos foram enterrados no Cemitério da Vila Formosa e seus corpos nunca foram resgatados, apesar

CAP3_tortura.indd 41 13.03.10 16:54:26

das tentativas feitas em 1991 pela Comissão de Investigação da Vala de Perus. As modificações na quadra do cemitério, realizadas em 1976, não deixaram registros do local para onde foram os corpos exumados.

Apesar da prisão ou morte de Antônio ter sido negada pelas autoridades de segurança, no relatório do Ministério da Aeronáutica de 1993 consta que ele morreu no dia 17 de maio de 1970, no bairro do Tatuapé, em São Paulo, quando uma equipe dos órgãos de segurança averiguava a existência de um "aparelho".

Alceri foi morta nas mesmas circunstâncias, com quatro tiros. De acordo com o laudo necroscópico assinado pelos legistas João Pagenotto e Paulo Augusto Queiroz Rocha, duas balas atingiram o braço e o peito, enquanto as outras duas penetraram pelas costas, alcançando a coluna.

VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR)

A VPR nasceu em 1968 como um grupo praticamente paulista, resultante da fusão entre uma ala esquerda da Política Operária (Polop) e remanescentes de grupos militares de inspiração brizolista. Ao longo desse ano, realizou inúmeras operações guerrilheiras e, em junho de 1969, fundiu-se com o Colina (Comando de Libertação Nacional) de Minas Gerais, resultando na constituição da VAR-Palmares. Mas, em setembro, ocorreria uma nova divisão, com o ressurgimento da VPR, que passou a ter como principal expoente a figura de Carlos Lamarca, um dos principais responsáveis pelo estabelecimento de uma área de treinamento de guerrilha no Vale do Ribeira, interior paulista, desbaratada pelo Exército entre abril e junho de 1970. Com a estrutura da VPR desarticulada em São Paulo, seus remanescentes seguiram para o Rio de Janeiro, onde a organização executaria, ainda em 1970, os sequestros dos embaixadores da Alemanha e da Suíça. Tensões internas culminaram com a saída de um grupo que depois se ligou ao MR-8, incluindo Lamarca. Uma última tentativa de rearticulação da organização foi abortada pelo chamado "Massacre da Chácara São Bento", em janeiro de 1973.

CAP3_tortura.indd 42 13.03.10 16:54:27

MARILENA VILLAS BOAS PINTO (1948-1971)

Filiação: Avelina Villas Boas Pinto e Feliciano Pinto

Data e local de nascimento:
8/7/1948, Rio de Janeiro (RJ)
Data e local da morte:
3/4/1971, Rio de Janeiro (RJ)

Estudante do segundo ano de Psicologia da Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro (RJ), Marilena passou a viver na clandestinidade a partir de 1969. Juntamente com seu companheiro Mário de Souza Prata, ela foi presa e morta nos primeiros dias de abril de 1971, no Rio de Janeiro. Ambos eram integrantes do MR-8, com militância anterior na ALN.

A versão oficial divulgada pelos órgãos de segurança registrava que, em 2 de abril, os dois teriam entrado em enfrentamento com agentes da Brigada de Paraquedistas do Exército, na rua Niquelândia, nº 23, em Campo Grande. Mário teria morrido na hora, enquanto Marilena, ferida, teria falecido posteriormente. Segundo as autoridades do regime militar, também morreu na operação o major José Júlio Toja Martinez Filho, que teria sido baleado por Marilena. Além disso, um capitão também teria ficado ferido.

A morte dos dois somente foi divulgada em junho, dois meses após o ocorrido. Mas a versão oficial já existia antes, conforme a informação nº 624/71-G do Ministério do Exército, 2ª seção, datada de 23 de abril de 1971, localizada nos arquivos do Dops. Segundo relatório de prisão feito por Inês Etienne Romeu em 1981, Marilena foi levada para um sítio clandestino em Petrópolis (RJ), que ficou conhecido como "Casa da Morte".

Em abril de 1997, Inês confirmou tal informação: "A pedido, confirmo integralmente o meu depoimento de próprio punho, sobre fatos ocorridos na casa em Petrópolis-RJ, onde fiquei presa de 8/5 a 11/8 de 1971. Esse depoimento é parte integrante do processo nº MJ-7252/81 do CDDPH, do MJ. Nesse depoimento está registrado que o 'dr. Pepe' contou ainda que Marilena Villas Boas Pinto estivera naquela casa e que fora, como Carlos Alberto Soares de Freiras, condenada à morte e executada. Declaro ainda que estive internada no HCE, no Rio de Janeiro-RJ, de 6 a 8/5, que Marilena Villas Boas Pinto havia chegado morta ao HCE; que no dia 8/5, na

CAP3_tortura.indd 43 13.03.10 16:54:27

casa de Petrópolis, o 'dr. Pepe' disse que Marilena havia morrido exatamente na mesma cama de campanha onde eu me encontrava, afirmando também que, embora baleada, Marilena tinha sido dura".

O corpo de Marilena foi entregue à família, em caixão lacrado, cinco dias depois da data da morte, e foi enterrado no cemitério São Francisco Xavier, no Caju. O atestado de óbito registra a morte em 3 de abril de 1971, no Hospital Central do Exército. A *causa mortis* foi estabelecida como "ferimento penetrante de tórax com lesões do pulmão direito e hemorragia interna".

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) não conseguiu apurar as reais circunstâncias das duas mortes e se realmente houve o alegado enfrentamento na rua Niquelândia, já que não foi localizada perícia de local e tampouco o laudo necroscópico de Mário Prata.

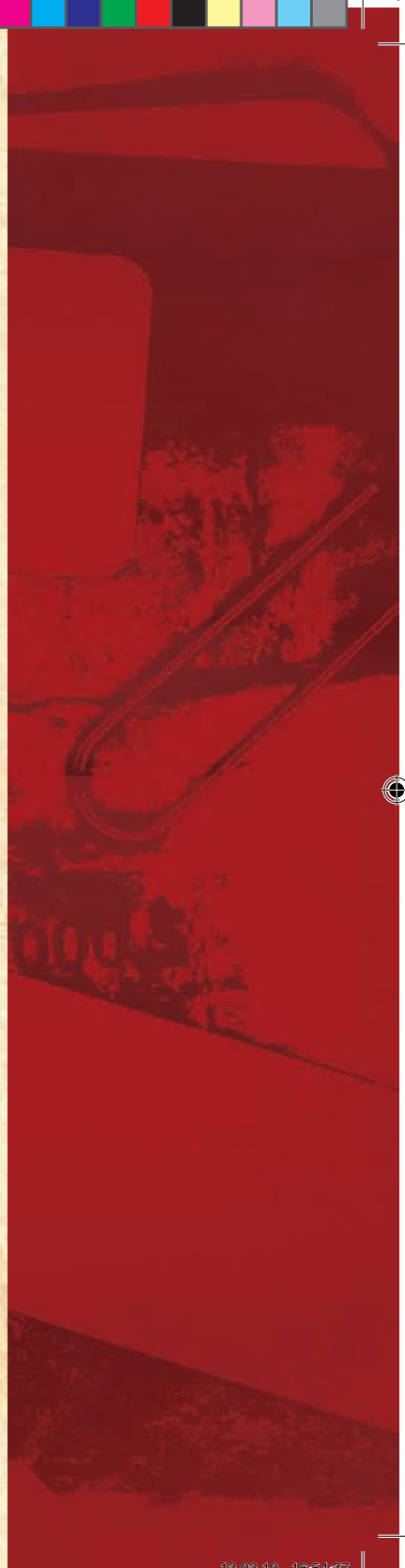
MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8)

O grupo começou a nascer em 1966 como "DI da Guanabara", ou seja, Dissidência da Guanabara do PCB. Contrário à aliança com a burguesia brasileira, defendida pelo partido, a organização via os estudantes como "vanguarda tática", que não deveria nem substituir os operários na condução da luta pelo socialismo nem esperá-los para poder fazer alguma coisa. A partir de 1969, o acirramento da repressão levou à militarização de sua estrutura e à execução de operações armadas, como o sequestro do embaixador americano Charles Elbrick, realizado conjuntamente com a ALN em setembro daquele ano. Em 1971, o MR-8 passou a debater a necessidade de se manter ou não as ações armadas, gerando um racha na organização. O grupo remanescente definiu uma linha de autocrítica da fase anterior e lançou um projeto de reunificação dos comunistas brasileiros. No entanto, em 1976, o MR-8 aprovou uma resolução política que assumia novamente a defesa de um caminho insurrecional ao socialismo. Por volta de 1978, porém, o MR-8 promoveu nova reviravolta em sua linha política, dando cada vez mais peso às lutas democráticas. A data 8 de outubro homenageia Che Guevara.

CAP3_tortura.indd 44 13.03.10 16:54:28

"'Sobe depressa, Miss Brasil', dizia o torturador enquanto me empurrava e beliscava minhas nádegas escada acima no Dops. Eu sangrava e não tinha absorvente. Eram os '40 dias' do parto. Na sala do delegado Fleury, num papelão, uma caveira desenhada e, embaixo, as letras EM, de Esquadrão da Morte. Todos deram risada quando entrei. 'Olha aí a Miss Brasil. Pariu noutro dia e já está magra, mas tem um quadril de vaca', disse ele. Um outro: 'Só pode ser uma vaca terrorista'. Mostrou uma página de jornal com a matéria sobre o prêmio da vaca leiteira Miss Brasil numa exposição de gado. Riram mais ainda quando ele veio para cima de mim e abriu meu vestido. Picou a página do jornal e atirou em mim. Segurei os seios, o leite escorreu. Ele ficou olhando um momento e fechou o vestido. Me virou de costas, me pegando pela cintura e começaram os beliscões nas nádegas, nas costas, com o vestido levantado. Um outro segurava meus braços, minha cabeça, me dobrando sobre a mesa. Eu chorava, gritava, e eles riam muito, gritavam palavrões. Só pararam quando viram o sangue escorrer nas minhas pernas. Aí me deram muitas palmadas e um empurrão. Passaram-se alguns dias e 'subi' de novo. Lá estava ele, esfregando as mãos como se me esperasse. Tirou meu vestido e novamente escondi os seios. Eu sabia que estava com um cheiro de suor, de sangue, de leite azedo. Ele ria, zombava do cheiro horrível e mexia em seu sexo por cima da calça com um olhar de louco. No meio desse terror, levaram-me para a carceragem, onde um enfermeiro preparava uma injeção. Lutei como podia, joguei a latinha da seringa no chão, mas um outro segurou-me e o enfermeiro aplicou a injeção na minha coxa. O torturador zombava: 'Esse leitinho o nenê não vai ter mais'. 'E se não melhorar, vai para o barranco, porque aqui ninguém fica doente.' Esse foi o começo da pior parte. Passaram a ameaçar buscar meu fillho. 'Vamos quebrar a perna', dizia um. 'Queimar com cigarro', dizia outro."

ROSE NOGUEIRA, ex-militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), era jornalista quando foi presa em 4 de novembro de 1969, em São Paulo (SP). Hoje, vive na mesma cidade, onde é jornalista e defensora dos direitos humanos.



CAP3_tortura.indd 45 13.03.10 16:54:37

Data e local de nascimento: 13/3/1941, Bebedouro (SP)
Data e local do desaparecimento: 12/7/1971, Rio de Janeiro (RJ)

HELENY FERREIRA TELLES GUARIBA (1941-1971)

Filiação: Pascoalina Ferreira e Isaac Ferreira Caetano

Paulista de Bebedouro, Heleny foi casada com Ulisses Telles Guariba, professor de história na USP, de quem tinha sido colega na Faculdade de Filosofia da mesma universidade. Tiveram dois filhos. Ela se especializou em cultura grega, trabalhou em teatro e deu aulas na Escola de Arte Dramática de São Paulo (EAD).

Em 1965, Heleny recebeu uma bolsa de estudos do Consulado da França em São Paulo, especializando-se na Europa até 1967. Fez inúmeros cursos, inclusive em Berlim, onde estudou a obra do dramaturgo Bertold Brecht e estagiou como assistente de direção. Ao voltar ao Bra-

MÉTODOS DE TORTURA

Durante a ditadura militar, os órgãos de repressão utilizaram-se de inúmeros métodos de tortura contra seus opositores. Dentre os mais conhecidos, estavam o pau de arara, a cadeira do dragão, a coroa de cristo, o telefone, a palmatória, o choque elétrico e a sala frigorífica (geladeira). O pau de arara, já utilizado durante a escravidão no Brasil, consiste em uma barra de ferro presa a dois cavaletes; o preso é amarrado nu, tendo a barra de ferro atravessada entre seus punhos e joelhos. Tal método era geralmente utilizado com outros "complementos", como choques elétricos, palmatória, pancadas, queimaduras e afogamento. O telefone consistia em golpear simultaneamente os dois ouvidos do preso, com as mãos em forma de concha. A cadeira do dragão era geralmente uma cadeira revestida de zinco, onde os presos sentavam nus, com os pés e as mãos amarrados; fios elétricos eram ligados ao seu corpo, transmitindo descargas na língua, ouvidos, olhos, pulsos, seios e órgãos genitais. A coroa de cristo é um torniquete de aço que vai sendo gradativamente apertado, esmagando o crânio do prisioneiro na região frontal e temporal.

CAP3_tortura.indd 46 13.03.10 16:54:38

sil, foi contratada pela Prefeitura de Santo André para dirigir o grupo de teatro da cidade.

Ali desenvolveu inúmeros trabalhos culturais, montando uma peça de Molière com os alunos das escolas municipais. Com o AI-5, seu trabalho foi interrompido. Ingressou então na Aliança Francesa, em São Paulo, onde também montou e dirigiu peças de teatro em francês.

Em março de 1970, foi presa pela primeira vez, em Poços de Caldas (MG), por sua militância na VPR. Heleny foi torturada na Operação Bandeirante (DOI-Codi/SP) pelos capitães Albernaz e Homero. Ficou internada no Hospital Militar dois dias, em razão de hemorragia provocada pelos espancamentos, até ser transferida para o Dops/SP e depois para o Presídio Tiradentes, onde foi assistida pelo advogado José Carlos Dias, que seria mais tarde presidente da Comissão Justiça e Paz de São Paulo e, posteriormente, ministro da Justiça.

Solta em abril de 1971, a militante preparava-se para deixar o país quando, três meses depois, em 12 de julho, foi presa no Rio de Janeiro por agentes do DOI-Codi/RJ, juntamente com Paulo de Tarso Celestino da Silva, da ALN.

Seus familiares e advogados fizeram buscas persistentes por todos os órgãos de segurança. Um brigadeiro chegou a confidenciar a uma amiga de parentes de Heleny ter visto o nome dela numa lista de presos da Aeronáutica.

Apesar do silêncio e da negativa sistemática das autoridades, as provas acerca da prisão e do desaparecimento dos dois militantes foram sendo coletadas. Inês Etienne Romeu, em seu relatório de prisão, testemunhou que, durante o período em que esteve sequestrada no sítio clandestino em Petrópolis (RJ), conhecido como "Casa da Morte", ali estiveram, no mês de julho de 1971, dentre outros desaparecidos, Walter Ribeiro Novaes, Paulo de Tarso e uma moça, que acredita ser Heleny. Lá, ela foi torturada durante três dias, inclusive com choques elétricos na vagina.

CAP3_tortura.indd 47 13.03.10 16:54:38

Data e local de nascimento:
7/5/1944, São Paulo (SP)
Data e local da morte:
20/8/1971, Salvador (BA)

IARA IAVELBERG (1944-1971)

Filiação: Eva Iavelberg e David Iavelberg

Durante muito tempo, prevaleceu a versão de que Iara Iavelberg se matou, disparando contra o próprio coração, para evitar as torturas a que certamente seria submetida se fosse apanhada viva no apartamento da Pituba, em Salvador, em 20 de agosto de 1971, onde estava encurralada pelos órgãos de segurança do regime ditatorial, entre eles, agentes do DOI-Codi/RJ deslocados para aquele estado na perseguição final a Carlos Lamarca, morto no mês seguinte.

No momento de sua morte, Iara Iavelberg era uma das pessoas mais procuradas pelos órgãos de repressão política em todo o país, na medida em que já era conhecida sua relação amorosa com Lamarca, inimigo número 1 do regime naquela época. Na mesma operação de cerco, foi presa Nilda Carvalho Cunha, de 17 anos, que morreria em novembro do mesmo ano, logo após ser solta com profundos traumas decorrentes das torturas.

Nascida em uma família judia estabelecida no bairro do Ipiranga, em São Paulo, Iara Iavelberg sempre foi tida como pessoa muito inteligente e precoce, tendo interesse por diversificadas áreas da vida cultural, além de ser valorizada pela sua beleza física. Estudou na Escola Israelita do Cambuci, na capital paulista, casou-se pela primeira vez aos 16 anos e ingressou, em 1963, com 20 anos, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, localizada na rua Maria Antônia, onde cursou Psicologia.

Durante as mobilizações estudantis de 1968, Iara já era psicóloga formada e trabalhava como assistente na própria faculdade. Mesmo não sendo uma dirigente do movimento estudantil naquele ano, mantinha imagem de verdadeiro mito entre as lideranças. Foi militante da Política Operária (Polop), da VAR-Palmares e da VPR, tendo ingressado no MR-8 poucos meses antes de morrer. Na VPR, participou de treinamentos de guerrilha no Vale do Ribeira, interior de São Paulo.

CAP3_tortura.indd 48 13.03.10 16:54:38

Sua vida foi retratada em livro por Judith Patarra e, parcialmente, no filme dirigido por Sérgio Rezende sobre Lamarca, baseado em livro de Emiliano José e Oldack Miranda. Em ambos, a versão oficial de suicídio, divulgada pelos órgãos de segurança, é aceita como verdadeira. Na tradição judaica, os suicidas devem ser enterrados numa quadra específica do cemitério e com os pés – não a cabeça, como é usual – virados para a lápide.

Apenas em 22 de setembro de 2003, encerrando treze anos de ações judiciais mantidas pelos familiares, com apoio do advogado e deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, o corpo de Iara foi finalmente exumado e retirado da ala dos suicidas do Cemitério Israelita de São Paulo. O Poder Judiciário curvou-se aos argumentos jurídicos que ressaltavam as inúmeras contradições presentes na versão oficial dos órgãos de segurança, bem como no suspeito desaparecimento de laudos referentes à sua morte.

As circunstâncias em que morreu Iara são cercadas de dúvidas e contradições, principalmente pelo fato de que a própria versão oficial só foi divulgada um mês após a sua morte, em escassas linhas, juntamente com o anúncio da execução de Lamarca e de José Campos Barreto no sertão da Bahia.

Mesmo nos relatórios elaborados pelas Forças Armadas em 1993, há divergências nas versões apresentadas. Enquanto o da Marinha registra que ela "foi morta em Salvador/BA, em ação de segurança", o da Aeronáutica afirma que Iara "suicidou-se em Salvador/BA em 6/8/1971, no interior de uma residência, quando esta foi cercada pela polícia".

O Exército menciona a morte no relatório oficial da chamada Operação Pajuçara: "No dia 19/8/1971 foi montada uma operação pelo Codi/6 para estourar este aparelho, o que ocorreu ao amanhecer do dia 20, resultando na prisão de Adriana, Jaileno Sampaio Filho, Raimundo, Orlando e Nilda Carvalho Cunha. Iara Iavelberg, a fim de evitar sua prisão e sofrendo a ação dos gases lacrimogêneos, suicidou-se".

Mais intrigante ainda é o desaparecimento do laudo necroscópico de Iara. No Instituto Médico Legal (IML) Nina Rodrigues, da

CAP3_tortura.indd 49 13.03.10 16:54:39

Bahia, não há nem sequer o registro de entrada do corpo de Iara no necrotério, muito menos o laudo. A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) buscou, exaustivamente, os documentos relativos ao caso.

Importantes perguntas não encontraram ainda uma resposta definitiva: por que não foi realizada a perícia de local, com fotos da arma utilizada para o suicídio, nem exames papiloscópicos para comprovar o suicídio? Por que limparam o pequeno banheiro onde teria se suicidado tão procurada guerrilheira, antes de tirar as fotos com que se tenta demonstrar o local de suicídio? Por que o relatório detalhado do que aconteceu em Pituba nunca foi apresentado?

POLÍTICA OPERÁRIA (POLOP)

A Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (Polop) nasceu em 1961, reunindo grupos de estudantes provenientes da Liga Socialista de São Paulo e da Mocidade Trabalhista de Minas Gerais. Inicialmente, voltou-se para o debate teórico e doutrinário, rejeitando o conteúdo nacionalista e desenvolvimentista da propaganda do Partido Comunista: rechaçava, assim, a ideia de aliança com setores da burguesia brasileira. O caráter da revolução era apontado, portanto, como socialista. Em 1967, a direção da Polop começou a ser criticada pelas bases por imobilismo e por incorrer em posicionamentos reformistas. A questão da deflagração imediata da luta armada, nos moldes propostos em 1967 pela Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas), sediada em Cuba, gerou disputas internas. No fim de 1967 e início de 1968, o que restou da Polop fundiu-se à Dissidência Leninista do PCB no Rio Grande do Sul para formar uma nova organização, intitulada Partido Operário Comunista (POC). Em abril de 1970, um grupo de militantes se desligou do novo partido e voltou a constituir a Polop, agora rebatizada com o nome Organização de Combate Marxista- Leninista Política Operária (OCML-PO).

CAP3_tortura.indd 50 13.03.10 16:54:40

"Eram mais ou menos 2 horas da manhã quando chegaram à fazenda dos meus sogros em Nova Aurora. A cidade era pequena e foi tomada pelo Exército. Mobilizaram cerca de setecentos homens para a operação. Eu, meu companheiro e os pais dele fomos torturados a noite toda ali, um na frente do outro. Era muito choque elétrico. Fomos literalmente saqueados. Levaram tudo o que tínhamos: as economias do meu sogro, a roupa de cama e até o meu enxoval. No dia seguinte, fomos transferidos para o Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu, onde eu e meu companheiro fomos torturados pelo capitão Júlio Cerdá Mendes e pelo tenente Mário Expedito Ostrovski. Foi pau de arara, choques elétricos, jogo de empurrar e, no meu caso, ameaças de estupro. Dias depois, chegaram dois caras do Dops do Rio, que exibiam um emblema do Esquadrão da Morte na roupa, para 'ajudar' no interrogatório. Eu ficava horas numa sala, entre perguntas e tortura física. Dia e noite. Eu estava grávida de dois meses, e eles estavam sabendo. No quinto dia, depois de muito choque, pau de arara, ameaça de estupro e insultos, eu abortei. Depois disso, me colocaram num quarto fechado, fiquei incomunicável. Durante os dias em que fiquei muito mal, fui cuidada e medicada por uma senhora chamada Olga. Quando comecei a melhorar, voltaram a me torturar. Nesse período todo, eu fui insultadíssima, a agressão moral era permanente. Durante a noite, era um pânico quando eles vinham anunciar que era hora da tortura. Quando você começava a se recompor, eles iniciavam a tortura de novo, principalmente depois que chegaram os caras do Dops. Durante anos, eu tive insônia, acordava durante a noite transpirando. De Foz, fomos levados para o Dops de Porto Alegre, onde houve outras sessões de tortura, um na frente do outro. Depois, fomos levados de volta para Curitiba, onde fiquei na penitenciária de Piraquara. Quando finalmente fui para a prisão domiciliar, que durou quatro meses, eu sofri muito, fui muito perseguida e ameaçada. Recebia telefonemas anônimos, passava noites sem dormir."

IZABEL FÁVERO, ex-militante da VAR-Palmares, era professora quando foi presa em 5 de maio de 1970, em Nova Aurora (PR). Hoje, vive no Recife (PE), onde é professora de Administração da Faculdade Santa Catarina.

CAP3_tortura.indd 51 13.03.10 16:54:50

Data e local de nascimento:
5/7/1954, Feira de Santana (BA)
Data e local da morte:
14/11/1971, Salvador (BA)

NILDA CARVALHO CUNHA (1954-1971)

Filiação: Esmeraldina Carvalho Cunha e Tibúrcio Alves Cunha Filho

Nilda Carvalho Cunha foi presa na madrugada de 19 para 20 de agosto de 1971, no cerco montado ao apartamento onde morreu Iara Iavelberg. Foi levada para o Quartel do Barbalho e, depois, para a Base Aérea de Salvador. Sua prisão é confirmada no relatório da Operação Pajuçara, desencadeada para capturar ou eliminar o guerrilheiro Carlos Lamarca e seu grupo.

Nilda foi liberada no início de novembro do mesmo ano, profundamente debilitada em consequência das torturas sofridas. Morreu em 14 de novembro, com sintomas de cegueira e asfixia. Ela tinha acabado de completar 17 anos quando foi presa. Fazia o curso secundário e trabalhava como bancária na época em que passou a militar no MR-8 e a viver com Jaileno Sampaio. Foram eles que abrigaram Iara Iavelberg durante sua estada em Salvador.

Emiliano José e Oldack Miranda relatam no livro *Lamarca, o capitão da guerrilha*, levado ao cinema por Sérgio Rezende, um pouco do que Nilda contou de sua prisão:

> – Você já ouviu falar de Fleury? Nilda empalideceu, perdia o controle diante daquele homem corpuloso. – Olha, minha filha, você vai cantar na minha mão, porque passarinhos mais velhos já cantaram. Não é você que vai ficar calada [...]. Dos que foram presos no apartamento do edifício Santa Terezinha, apenas Nilda Cunha e Jaileno Sampaio ficaram no Quartel do Barbalho. Ela, aos 17 anos, ele, com 18. – Mas eu não sei quem é o senhor... – Eu matei Marighella. Ela entendeu e foi perdendo o controle. Ele completava: – Vou acabar com essa sua beleza – e alisava o rosto dela. Ali estava começando o suplício de Nilda. Eram ameaças seguidas, principalmente as do major Nilton

CAP3_tortura.indd 52 13.03.10 16:54:50

de Albuquerque Cerqueira. Ela ouvia gritos dos torturados, do próprio Jaileno, seu companheiro, e se aterrorizava com aquela ameaça de violência num lugar deserto. Naquele mesmo dia vendaram-lhe os olhos e ela se viu numa sala diferente quando pôde abri-los. Bem junto dela estava um cadáver de mulher: era Iara, com uma mancha roxa no peito, e a obrigaram a tocar naquele corpo frio. No início de novembro, decidem libertá-la. Nilda, então, vai ao quartel-general, junto com dona Esmeraldina, pedir autorização para visitar Jaileno. O chefe da 2ª Seção não permite. Na saída, descendo as escadas, ela grita: – Minha mãe, me segure que estou ficando cega. Foi levada num táxi, chorando, sentindo-se sufocada, não conseguia respirar. Daí para a frente foi perdendo o equilíbrio: depressões constantes, cegueiras repentinas, às vezes um riso desesperado, o olhar perdido. Não dormia, tinha medo de morrer dormindo, chorava e desmaiava. – Eles me acabaram, repetia sempre [...].

Em 4 de novembro, Nilda foi internada na clínica Amepe, em Salvador, conforme prescrição de seu médico, dr. Eduardo Saback. No mesmo dia, os enfermeiros tentaram evitar a entrada do major Nilton de Albuquerque Cerqueira em seu quarto de hospital, mas não conseguiram.

Na presença da mãe, ele ameaçou Nilda, disse que parasse com suas frescuras, senão voltaria para o lugar que sabia bem qual era. O estado de Nilda se agravou, e ela foi transferida para o sanatório Bahia, onde faleceu, em 14 de novembro. No seu prontuário, constava que não comia, via pessoas dentro do quarto, sempre homens, soldados, e repetia incessantemente que ia morrer, que estava ficando roxa.

A causa da morte nunca foi conhecida. O atestado de óbito diz: "edema cerebral a esclarecer". Esmeraldina Carvalho Cunha, que denunciou incessantemente a morte da filha como consequência das tor-

CAP3_tortura.indd 53 13.03.10 16:54:50

turas, foi encontrada morta em sua casa cerca de um ano depois *(leia caso de Esmeraldina na página 73)*.

Em posterior investigação sobre o caso, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) recebeu como resposta do sanatório Bahia que um incêndio destruíra os prontuários em 1984; da Superintendência da Polícia Federal na Bahia, que o inquérito relativo ao indiciamento de Nilda fora encaminhado para a 6ª Circunscrição Judiciária Militar, inexistindo no órgão qualquer outra informação sobre ela; do juiz auditor, que nada constava sobre Nilda naquele juízo militar; do Instituto Médico Legal (IML) Nina Rodrigues, que seu laudo cadavérico, bem como resultados de exames complementares, não foram encontrados nos arquivos do órgão.

Data e local de nascimento:
12/1/1950, Coruripe (AL)
Data e local da morte:
22/1/1972, em São Paulo (SP)

GASTONE LÚCIA DE CARVALHO BELTRÃO (1950-1972)

Filiação: Zoraide de Carvalho Beltrão e João Beltrão de Castro

Alagoana de Coruripe, Gastone manifestou desde jovem preocupação com as desigualdades sociais. Ainda adolescente, visitava presos comuns, levando-lhes roupas e alimentos. Estudou nos colégios Imaculada Conceição e Moreira e Silva, em Maceió, e concluiu o segundo grau no Rio de Janeiro, onde moravam seus avós.

Em 1968, de volta a Maceió, Gastone prestou vestibular para Economia na Universidade Federal de Alagoas, entrando em terceiro lugar. A partir de então, sua militância política se tornou mais efetiva, inicialmente na JUC (Juventude Estudantil Católica). Em 1969, já integrada à ALN, viajou para Cuba, onde recebeu treinamento militar. Foi localizada e executada em São Paulo pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, quando tinha retornado ao Brasil havia menos de um mês. No entanto, a versão oficial, que prevaleceu durante muitos anos,

CAP3_tortura.indd 54 13.03.10 16:54:50

indicava a morte de Gastone em tiroteio com a polícia.

Apenas dois meses depois, a mãe de Gastone, dona Zoraide, e seu pai, o médico sanitarista João de Castro Beltrão, receberam de uma freira a informação de que algo acontecera à filha deles. Dona Zoraide foi imediatamente ao Dops paulista e, após muito insistir, conseguiu falar com o delegado Fleury, que inicialmente dizia não se lembrar do caso, mas acabou por lhe dizer que a filha era uma moça muito corajosa e forte e resistira até a última hora. Gastone tinha sido enterrada como indigente. Foi preciso esperar três anos para que o traslado para Maceió fosse realizado. Hoje, seus restos mortais estão sepultados na tumba da família Beltrão, no cemitério Nossa Senhora da Piedade.

Após a abertura do acesso aos arquivos do Instituto Médico Legal (IML) e da polícia técnica de São Paulo, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) começou a reconstruir a verdadeira história da morte de Gastone a partir das contradições e omissões dos próprios documentos oficiais. A requisição de exame ao IML e a necropsia registram que ela morreu em tiroteio na esquina das ruas Heitor Peixoto e Inglês de Souza, em São Paulo. Assinam o laudo necroscópico os legistas Isaac Abramovitc e Walter Sayeg. Gastone deu entrada no IML às 15h30 do dia 22 de janeiro de 1972. Suas vestes e objetos – anota a requisição de exame – foram entregues ao "sr. dr. Fleury".

Por solicitação da CEMDP, o processo de Gastone foi submetido a exame pelo perito criminal Celso Nenevê. Pela análise das fotografias, que o deixaram perplexo pelo absurdo número de ferimentos que mostram, ele constatou que a militante tinha 34 lesões, enquanto o laudo oficial descrevia 13 ferimentos a bala com os respectivos orifícios de saída. O perito se concentrou em duas lesões, uma na região mamária e outra na região frontal. Ampliou a foto da ferida na região mamária 20 vezes. Abramovitc descrevera a lesão como resultante de

CAP3_tortura.indd 55 13.03.10 16:54:50

"tangenciamento de projétil de arma de fogo". Nenevê concluiu que, ao invés de tiro, tratava-se de uma lesão em fenda, produzida por faca ou objeto similar.

O perito agregou que, dado o formato em meia-lua, o ferimento fora produzido com o braço levantado. A lesão estrelada na região frontal indica que o tiro foi disparado com a arma encostada, de cima para baixo. Além das contradições anteriores, essas duas lesões são totalmente incompatíveis com a versão de tiroteio. A lesão produzida por faca ou objeto similar requer proximidade entre agressor e vítima. O tiro com arma encostada na testa indica execução.

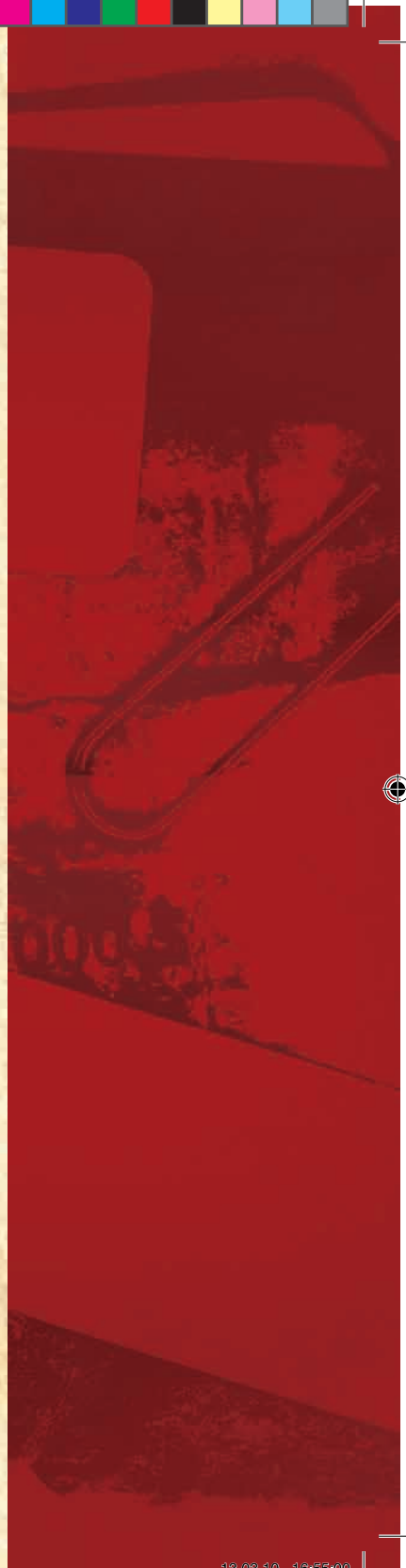
Nenevê concluiu seu parecer afirmando que tanto o relatório de local como o laudo médico-legal não estabelecem pormenores que possibilitem compatibilizar as lesões descritas para o cadáver – o legista constatou "fratura de cúbito e rádio esquerdos, ossos do punho esquerdo e do terço superior do úmero direito" – com as circunstâncias em que fora travado o aludido tiroteio. Salientou ainda que Gastone, a partir do momento em que teve os membros superiores inabilitados, não podia oferecer resistência armada.

As circunstâncias da morte não puderam ser restabelecidas com clareza até hoje, mas a CEMDP reconheceu, por decisão unânime, que Gastone Lúcia Carvalho Beltrão, cujo cadáver mostrava 34 lesões, na maioria tiros, mas também facada, marca de disparo à queima-roupa, fraturas, ferimentos e equimoses, não morrera no violento tiroteio alegado pelo Dops e pelos documentos oficiais, e sim depois de presa pelos agentes dos órgãos de segurança.

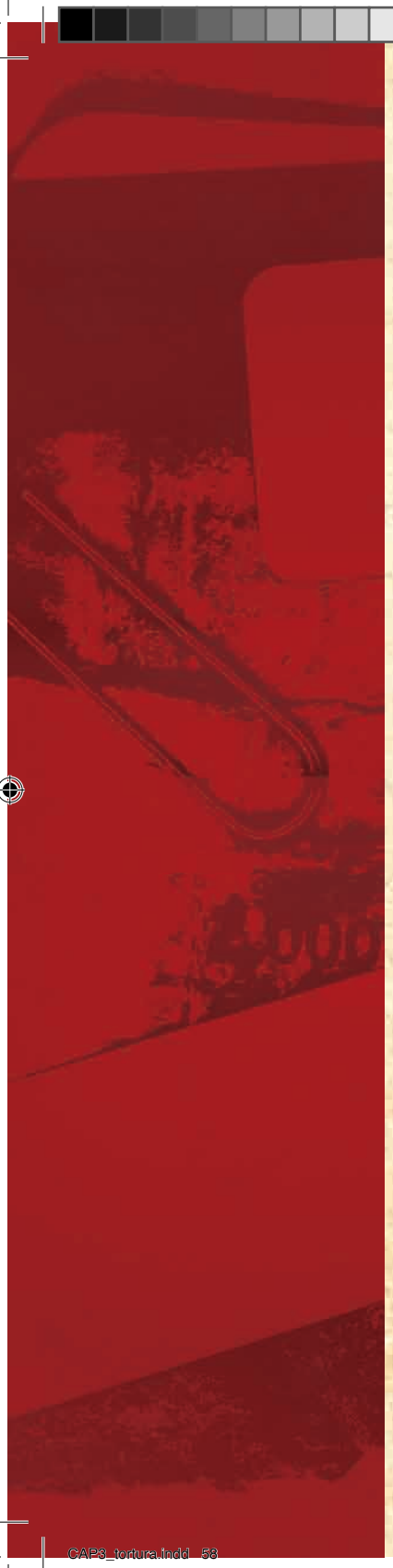
CAP3_tortura.indd 56 13.03.10 16:54:51

"Teve uma tortura que aconteceu na véspera do Sete de Setembro. Sei que foi esse dia porque a gente escutava o ensaio das bandas. Me levaram para uma sala com acústica de madeira. Tocava uma música de enlouquecer. Era um som como se estivessem arranhando a parede. A música foi aumentando cada vez mais. Quando eu saí de lá, minha cabeça estava latejando. Por pouco eu não enlouqueci. Lá no DOI-Codi, todo dia eu ia para o interrogatório, e as torturas eram de todas as formas, como na cadeira do dragão, e sempre nua. E eles ameaçavam as pessoas que a gente conhecia. Um dia me chamaram e eu vi o Paulo [Stuart Wright] encapuzado. Reconheci-o pelo terno que ele estava usando, que fui eu quem tinha dado para ele, e também pela voz. Os torturadores falavam muito das presas, ridicularizavam, gritando para você ouvir. Eram coisas libidinosas, como do tamanho da vagina de uma pessoa que eu conhecia. Uma vez, eles me chamaram para um interrogatório com um homem negro que diziam ser um psicólogo. Isso foi muito tocante para mim, porque é claro que chamaram um homem negro para eu me sentir identificada. Um dia, eles me chamaram no pátio e lá estava o satanás encarnado, o capitão Ubirajara [codinome do delegado de polícia Laerte Aparecido Calandra], apoiado num carro, e um outro ao lado dele em pé, e um bando de homens do outro lado. Ele me pôs para marchar na frente dele, para lá e para cá, para lá e para cá durante um bom tempo. E os homens falando: 'Ô negra feia. Isso aí devia estar é no fogão. Negra horrorosa, com esse barrigão. Isso aí não serve nem para cozinhar. Isso aí não precisava nem comer com essa banhona, negra horrorosa'. E eu tendo de marchar. Imagine só, rebaixar o ser humano a esse ponto..."

MARIA DIVA DE FARIA era enfermeira quando foi presa em 5 de setembro de 1973, em São Paulo (SP). Hoje, vive na mesma cidade e é aposentada.



CAP3_tortura.indd 57 13.03.10 16:55:00



"Toda vez que o guarda abria a cela e vinha com aquele capuz, a gente já sabia que ia apanhar. Numa dessas vezes que foram me buscar, quando chego na sala de tortura, ao tirarem meu capuz percebo que era uma aula. Havia um professor e vários torturadores. Pelo sotaque, percebi que alguns não eram brasileiros, mas provavelmente uruguaios, argentinos. Então me disseram que eu era uma cobaia. Eles começaram a explicar como dar choque no pau de arara. Eu passei muito mal, comecei a vomitar, gritar. Aí me levaram para a cela e, dali a pouco, entrou um médico com outros torturadores. Ele me examinou, tomou minha pressão e o torturador perguntou: 'Como ela está?'. E o médico respondeu: 'Tá mais ou menos, mas ela aguenta'. E aí eles desceram comigo, sob gritos e protestos das companheiras de cela. A aula continuou e acabou comigo amarrada num poste no pátio com os olhos vendados, e os caras fazendo roleta russa comigo, no maior prazer. Essa brincadeirinha levou muito tempo, até que no sexto tiro a bala não veio. Na minha época, eu fui a única a servir de cobaia, acho que eles tinham uma 'predileção' especial por mim. No DOI-Codi, a barra foi pesadíssima. Teve pau de arara com choque elétrico no corpo nu: nos seios, na vagina, no ânus. Lá tinha um filhote de jacaré de estimação dos torturadores que eles colocavam para andar em cima do nosso corpo, amarrado numa cordinha. Fiquei três meses no DOI-Codi, depois fui para o Dops e, depois de um tempo, para o presídio de Bangu. Então, fui transferida para o presídio de Bom Pastor, em Pernambuco."

DULCE CHAVES PANDOLFI, ex-militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), era estudante de Ciências Sociais quando foi presa em 14 de agosto de 1970, no Rio de Janeiro (RJ). Hoje, vive na mesma cidade, onde é professora da Fundação Getulio Vargas e diretora do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

CAP3_tortura.indd 58 13.03.10 16:55:10

ÍSIS DIAS DE OLIVEIRA (1941-1972)

Filiação: Felícia Mardini de Oliveira e Edmundo Dias de Oliveira

Data e Local de nascimento: 29/8/1941, São Paulo (SP)
Data e local do desaparecimento: 30/1/1972, Rio de Janeiro (RJ)

Ísis nasceu e cresceu em São Paulo. Iniciou os estudos no Grupo Estadual Pereira Barreto, fez o ginasial no Colégio Estadual Presidente Roosevelt e o curso clássico no Colégio Santa Marcelina. Estudou piano e fez curso de pintura e escultura na Fundação Álvares Penteado.

Falava inglês, que estudou na União Cultural Brasil-Estados Unidos, e dominava também o francês e o espanhol. Trabalhou como secretária bilíngue na Swift. Em 1965, iniciou o curso de Ciências Sociais na USP e passou a morar no Crusp, o conjunto residencial da universidade.

Trabalhou no Cursinho do Grêmio da Faculdade de Filosofia e casou-se, em 1967, com José Luiz Del Royo, também integrante da ALN na fase de sua fundação e, em 2006, eleito senador na Itália. Ísis frequentou o curso de Ciências Sociais até o terceiro ano e, segundo informações dos órgãos de segurança, esteve em Cuba, onde participou de treinamento de guerrilha em 1969. Já separada de Del Royo, retornou clandestinamente ao Brasil e se estabeleceu no Rio de Janeiro a partir de meados de 1970.

Em 30 de janeiro de 1972, Ísis, juntamente com Paulo César Botelho Massa, que residia na mesma casa que ela e também militava na ALN, foi presa pelo DOI-Codi/RJ.

No dia 4 de fevereiro, Aurora Maria Nascimento Furtado, colega de Ísis na USP e na ALN, que também seria morta sob torturas dez meses depois, telefonou a Edmundo, pai de Ísis, avisando da prisão da amiga. "Ela corre perigo, tratem de localizá-la", disse-lhe. E foi o que tentaram com persistência: impetraram cinco *habeas corpus* por meio da advogada Eny Raimundo Moreira, todos negados. Foram a todas as unidades do Exército, Marinha e Aeronáutica do Rio de Janeiro e de São Paulo, e onde mais imaginassem poder ter notícias de Ísis.

Vasculharam os arquivos dos cemitérios do Rio de Janeiro, Caxias,

CAP3_tortura.indd 59 13.03.10 16:55:10

Nilópolis, São João de Meriti, Nova Iguaçu e São Gonçalo. Sem falar das muitas cartas escritas com a letra miúda da mãe ao presidente da República, às autoridades civis e religiosas. Dezenas de pastas guardam os documentos da família na busca por Ísis. Trechos do depoimento de dona Felícia retratam a luta dos familiares:

> [...] Ísis mostrava-se segura e coerente com suas definições de vida. Este nos pareceu ser o traço mais marcante de sua personalidade. Verificamos uma total coerência na sua maneira de pensar e agir. Em 16 de junho de 1970, Ísis foi morar no Rio de Janeiro. A princípio vinha sempre visitar-nos em São Paulo. Outras vezes, nós a encontrávamos no Rio, em lugares pré-combinados. Um dia, ao despedir-se, ela disse: – Mãe, se alguma coisa me acontecer, uma companheira dará notícias para vocês. Eu fiquei muito nervosa com essa informação [...].

Como ocorreu com muitos dos familiares de desaparecidos políticos, a família de Ísis foi envolvida por falsas informações para acreditar que a filha estava viva. Em 20 de fevereiro de 1974, um conhecido que trabalhava no Dops deu-lhes a informação de que uma guia turística que o acompanhara em viagem por Londres era brasileira, chamava-se Íris e poderia ser a filha desaparecida. Mostrara a foto de Ísis a outros que participavam da excursão e todos achavam que, de fato, a guia poderia ser ela. Como Edmundo restabelecia-se de uma cirurgia cardíaca, Felícia viajou com o filho para Londres e lá encontrou a moça, de nome Íris, uma brasileira no exterior, mas não a sua filha.

Oficiosamente, Felícia e Edmundo souberam que Ísis esteve nos DOI-Codi do Rio de Janeiro e de São Paulo, que em março esteve hospitalizada com uma crise renal, que passou pela base aérea de Cumbica, pelo Centro de Informações da Marinha (Cenimar) e pelo Campo dos Afonsos. Em 13 de abril de 1972, a assistente social Maria do Carmo de

CAP3_tortura.indd 60 13.03.10 16:55:11

Oliveira, lotada no Hospital da Marinha, no Rio de Janeiro, informou-lhe que Ísis estava presa na ilha das Flores. Felícia estava acompanhada de Sônia, sua sobrinha. No dia seguinte, Maria do Carmo, Felícia e Sônia foram intimadas a comparecer ao I Exército, onde um coronel as recebeu com a notícia de que tudo não passava de um lamentável engano.

Em matéria do jornal *Folha de S.Paulo*, publicada em 28 de janeiro de 1979, um general de destacada posição dentro dos órgãos de repressão confirmou a morte de Ísis e de Paulo César, dentre outros dez desaparecidos. No arquivo do Dops/PR, em uma gaveta com a identificação "falecidos", foi encontrada a ficha da militante da ALN. A única prova concreta obtida em todos esses anos de busca foi dada pelo ex-médico Amílcar Lobo, que servia ao DOI-Codi/RJ e reconheceu a foto de Ísis dentre os presos que lá atendeu, sem precisar a data, numa entrevista publicada pela *IstoÉ* em 8 de abril de 1987. Dona Felícia faleceu em 24 de fevereiro de 2010.

MIRIAM LOPES VERBENA (1946-1972)

Filiação: Joaquina Lopes da Cunha Verbena e Alfredo Lopes Verbena

Data e local de nascimento:
11/2/1946, Irituia-Guamá (PA)
Data e local da morte:
8/3/1972, Caruaru (PE)

Miriam era casada com Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides, dirigente nacional do PCBR. Depois das inúmeras prisões que atingiram a organização no Rio de Janeiro a partir de 1970, vários de seus integrantes foram deslocados para atuar no Nordeste, entre eles, Luís Alberto. Miriam, também militante do partido, era professora e, quando morreu, estava grávida de oito meses.

As circunstâncias das mortes dos dois ainda seguem recobertas de mistério e dúvidas: acidente rodoviário ou assassinato? A versão oficial é de que faleceram em decorrência de um acidente de carro, conforme informações encontradas nos arquivos do Dops/PE. No entanto, um documento da Comissão de Familiares de Mortos e

CAP3_tortura.indd 61 13.03.10 16:55:11

Desaparecidos Políticos, elaborado por Iara Xavier Pereira após minuciosa pesquisa, revela que o acidente foi causado pela perseguição ao casal de militantes.

Eis o resumo do texto:

> Em 24/2/1972, Luís Benevides esteve em Cachoeirinha (PE) para obter um certificado de alistamento militar com documentação falsa em nome de "José Carlos Rodrigues". Os depoimentos da responsável da Junta do Serviço Militar, Jaidenize, mudaram a cada vez em que foram prestados. Na última vez, em 4/3/1998, fez questão de afirmar que Luís Benevides não estivera com ela no dia 8/3/1972 na Junta Militar, em

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO (PCBR)

Em 1967, o grupo hegemônico no PCB consumou a expulsão de dirigentes contestadores da linha que vinha sendo adotada pelo partido. Entre eles, os futuros fundadores do PCBR, como Mário Alves (assassinado sob torturas, em janeiro de 1970, no Quartel do Exército, na rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro), Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender e Jover Telles. A proposta geral dos dissidentes consistia em repudiar alianças com setores da burguesia brasileira e estabelecer um governo popular revolucionário. Para tanto, o PCBR considerava estratégica a luta armada. A tática geral, entretanto, procurava um equilíbrio entre o militarismo e o pacifismo característico do PCB, o que provocou fortes tensões internas e a saída de militantes. A pressão desses setores e o acirramento da repressão obrigaram o PCBR a reforçar a execução de operações para a obtenção de fundos. Em junho de 1970, a linha do partido foi reorientada para uma prática idêntica a dos grupos que constituíram a chamada "Frente Armada", entrando na rotina de realizar ações apenas para angariar recursos. Em dezembro de 1972 e outubro de 1973, no Rio de Janeiro, membros do 3º Comitê Central foram chacinados pelos órgãos de repressão.

CAP3_tortura.indd 62 13.03.10 16:55:12

Cachoeirinha. Nesse dia, o carro do casal saiu da pista e capotou do lado direito da rodovia, no sentido Cachoeirinha–São Caetano. A razão da viagem era dar continuidade ao processo de obtenção do Certificado de Alistamento Militar para Luís Benevides. Pelo sentido de direção, eles já haviam passado por Cachoeirinha. Não se pode deixar de considerar a hipótese, portanto, de a repressão ter sido avisada do provável retorno de Luís Benevides à Junta Militar, após ter dado entrada no pedido no dia 24/2/1972. Ou seja, desconfiada de alguma coisa, Jaidenize pode ter informado ao coronel Geraldo Isaías de Macedo, de Belo Jardim, sobre o pedido de Luís Benevides e o seu retorno marcado para 8 de março do mesmo ano. Nessa hipótese, Luís Benevides e Miriam Verbena, ao chegar a Cachoeirinha, podem ter sido perseguidos na BR 234 (hoje BR 423), o que pode ter gerado o acidente, premeditadamente ou não. A versão apresentada no inquérito policial por Ernesto Máximo não condiz com os fatos. Ele diz que viu um carro acidentado com pessoas feridas e não parou para prestar socorro, tendo avisado ao posto e à delegacia. Naquela época, não era costume, em um local como aquele, as pessoas não pararem para prestar socorro. Não se sabe quem socorreu e transportou Luís Benevides e Miriam Verbena para o hospital. O depoente e o delegado dizem que foram os patrulheiros, mas não informaram os nomes deles. O patrulheiro que saiu do posto para o local do acidente só encontrou o carro. Os feridos já tinham sido retirados.

O relatório registra outros depoimentos que levantam aspectos intrigantes, como a forte presença de policiais no hospital para onde os corpos foram removidos e, principalmente, a informação de que a morte de Luís Alberto e Miriam ocorreu no bojo de uma sequência de prisões de militantes do PCBR em Pernambuco.

Os corpos do casal foram enterrados no cemitério Dom Bosco, em Caruaru, com os nomes falsos de José Carlos Rodrigues e Miriam Lopes

CAP3_tortura.indd 63 13.03.10 16:55:12

Rodrigues, nas covas de números 1.538 e 1.139, respectivamente. Outro aspecto bastante misterioso está ligado à denúncia apresentada em 1991 pelo deputado estadual Jorge Gomes, na Assembleia Legislativa de Pernambuco, de que, dois anos após o enterro, as ossadas haviam sido recolhidas da sepultura, encontrando-se desaparecidas desde então.

Data e local de nascimento:
30/7/1947, Natal (RN)
Data e local da morte:
29/3/1972, Rio de Janeiro (RJ)

LÍGIA MARIA SALGADO NÓBREGA (1947-1972)

Filiação: Naly Ruth Salgado Nóbrega e Gorgônio Nóbrega

Data e local de nascimento:
5/6/1938, Rio de Janeiro (RJ)
Data e local da morte:
29/3/1972, Rio de Janeiro (RJ)

MARIA REGINA LOBO LEITE DE FIGUEIREDO (1938-1972)

Filiação: Cecília Lisboa Lobo e Álvaro Lobo Leite Pereira

Lígia e Maria Regina foram assassinadas em 29 de março de 1972 no episódio conhecido como "Chacina de Quintino", juntamente com outros dois militantes da VAR-Palmares: Antônio Marcos Pinto de Oliveira e Wilton Ferreira. Até hoje, as circunstâncias dessas mortes não foram esclarecidas.

A versão dos órgãos de segurança só foi divulgada uma semana depois, em 6 de abril. As manchetes dos jornais informavam que nove militantes teriam se entrincheirado na casa 72, na avenida Suburbana, nº 8.695, no bairro de Quintino, no Rio de Janeiro. Em tiroteio com a polícia, três deles teriam morrido no local (Antônio Marcos, Lígia Maria e Maria Regina), enquanto os demais teriam conseguido fugir.

Segundo o "Livro Negro" do Exército, essa residência seria o aparelho onde moravam James Allen da Luz, o principal dirigente da VAR naquele momento, e Lígia Maria. O número da casa também é informado em documentos oficiais como sendo 8.988.

As primeiras notícias trocavam as identidades dos mortos. Entre os nomes de Quintino, não se incluía Antônio Marcos e sim James Allen

CAP3_tortura.indd 64 13.03.10 16:55:12

da Luz, dirigente da mesma organização, que fugiu do cerco. Maria Regina era citada como morta, mas a foto publicada era de Ranúsia Alves Rodrigues, que morreria em 1973. Somente o nome de Lígia aparecia corretamente, mas o corpo que chegou ao Instituto Médico Legal (IML) em 30 de março, registrado na guia nº 1, é de uma desconhecida, assim como os corpos dos demais militantes mortos.

Lígia Maria, a terceira de seis irmãos, nasceu em Natal, no Rio Grande do Norte, mas viveu desde criança em São Paulo. Estudou no Colégio Estadual Fernão Dias, no bairro de Pinheiros, onde fez o curso normal. Em 1967, ingressou no curso de Pedagogia da USP, onde se destacou por sua capacidade intelectual, pela liderança no grêmio local e por buscar modernizar os métodos de ensino. Trabalhava também como professora.

Em 1970, engajou-se nas atividades clandestinas da VAR-Palmares. Os órgãos de segurança a indicavam como participante da execução de um marinheiro inglês, David Cuthberg, em 5 de fevereiro de 1972, numa ação que pretendia simbolizar a solidariedade dos revolucionários brasileiros com a luta do povo irlandês e com o Exército Republicano Irlandês (IRA). Foi morta aos 24 anos, quando estava grávida de dois meses.

Maria Regina nasceu no Rio de Janeiro, sendo a quinta dos seis filhos de um médico pesquisador do Fundação Oswaldo Cruz e de uma assistente social do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps). Fez o primário e o ginásio no Colégio Sacré-Coeur de Jésus e o científico nos colégios Resende e Aplicação, da Faculdade Nacional de Filosofia. Formou-se em Pedagogia em 1960 pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ).

Foi integrante da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC) e desenvolveu longo trabalho como educadora na cidade de Morros, interior do Maranhão, por meio do Movimento de Educação de Base (MEB), apoiado pela Igreja Católica. Ali, permaneceu entre dois e três anos. Foi então transferida para Recife,

CAP3_tortura.indd 65 13.03.10 16:55:12

onde conheceu Raimundo Gonçalves Figueiredo, com quem se casou em 1966. Na época, os dois eram militantes da AP. Juntos, trabalharam em um projeto da Fundação Nacional do Índio (Funai) para a educação de índios no Paraná.

Após a morte de Raimundo, em 28 de abril de 1971, Maria Regina voltou ao Rio de Janeiro. O casal deixou duas filhas: Isabel e Iara, que tinham três e quatro anos quando a mãe foi morta, aos 33 anos. Consta no "Livro Negro" do Exército que Maria Regina era a responsável pelo setor de imprensa da Var-Palmares no Rio de Janeiro, que produzia o jornal *União Operária*.

A verdade dos fatos nunca foi estabelecida. James Allen da Luz, que estava na casa de Quintino e conseguiu fugir, relatou a companheiros

VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONÁRIA PALMARES (VAR-PALMARES)

A VAR-Palmares nasceu entre junho e julho de 1969 da fusão da VPR com o Colina de Minas Gerais e a incorporação de um grupo do Rio Grande do Sul denominado União Operária. Dessa forma, reuniu um contingente bastante expressivo de militantes e adquiriu abrangência praticamente nacional. Em setembro do mesmo ano, no entanto, um setor importante rompeu com a VAR e reconstituiu a VPR, permanecendo na VAR os que consideravam necessário desenvolver um trabalho político mais significativo, porém sem abandonar as operações armadas. A debilidade da capacidade militar decorrente do racha e da forte repressão executada pela ditadura, com prisões em série, inviabilizou tal opção. A partir de então, o pequeno grupo de militantes que permaneceu na VAR passou a sustentar uma trajetória militarista. Em 1972, o núcleo mais forte de integrantes da organização começou a fazer parte da chamada "Frente Armada", que logo depois ingressou na fase mais dramática do círculo vicioso de realizar ações apenas para a sobrevivência do aparelho orgânico clandestino.

CAP3_tortura.indd 66 13.03.10 16:55:13

que chegou a ver quando Maria Regina foi ferida na perna e, posteriormente, presa pelos agentes policiais. Sua família, ao receber o corpo, constatou que a perna estava inchada, o que indica que a militante não havia morrido naquele momento.

Na véspera, Maria Regina estivera na casa de sua irmã Maria Alice, onde viviam suas duas filhas, e pernoitou no local, o que fazia com alguma frequência. No dia seguinte, despediu-se dos familiares no bairro de Bonsucesso. A família viajou e somente no dia 3 de abril Maria Alice foi avisada, por telefone, da prisão de Maria Regina em 29 de março. A informação era de que ela havia sido ferida na perna.

O telefonema alertava a família para que a buscasse imediatamente, pois a militante estava presa havia muitos dias. Seus familiares procuraram então o Departamento de Relações Públicas do Exército, que negou a prisão. Mas, por meio de um militar amigo, souberam que ela estava detida e em situação muito grave de saúde.

Em 5 de abril, no início da tarde, o mesmo amigo informou à família que Maria Regina acabara de morrer e as notícias seriam divulgadas ainda naquela noite e nos jornais do dia seguinte, o que de fato ocorreu, mas com a falsa versão de morte em tiroteio e sem a sua identificação.

No dia seguinte, ao comparecer ao IML para reconhecer o corpo, a irmã e o cunhado de Maria Regina, ambos médicos, constataram escoriações generalizadas e marcas de vários tiros, que, segundo eles, certamente eram posteriores ao alojado na perna, onde havia reação inflamatória. O corpo ainda não havia sido necropsiado e tiveram de providenciar prova datiloscópica para que fosse liberado.

Em 7 de abril, finalmente foi fornecido o atestado de óbito, assinado por Eduardo Bruno. Ele usou, como base, autópsia detalhada que teria sido feita em 30 de março, antes da data em que os familiares viram o corpo, que, no entanto, não possuía nenhuma sutura decorrente da incisão típica de uma autópsia.

CAP3_tortura.indd 67 13.03.10 16:55:13

O corpo de Maria Regina chegou ao IML, proveniente do Dops, como desconhecida. Foi registrado na guia nº 2, contando como data da morte 30 de março, ou seja, no dia seguinte a sua prisão. O laudo dizia que a morte fora causada por "feridas transfixantes de crânio e tórax com destruição parcial do encéfalo, lesão da artéria aorta, hemorragia interna e consequente anemia aguda". Os familiares denunciaram, em seu pedido à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), a existência do laudo necroscópico detalhado e assinado com data anterior à morte. No entanto, podiam testemunhar que o cadáver não apresentava incisão de autópsia. Maria Regina foi sepultada pela família no cemitério São João Batista.

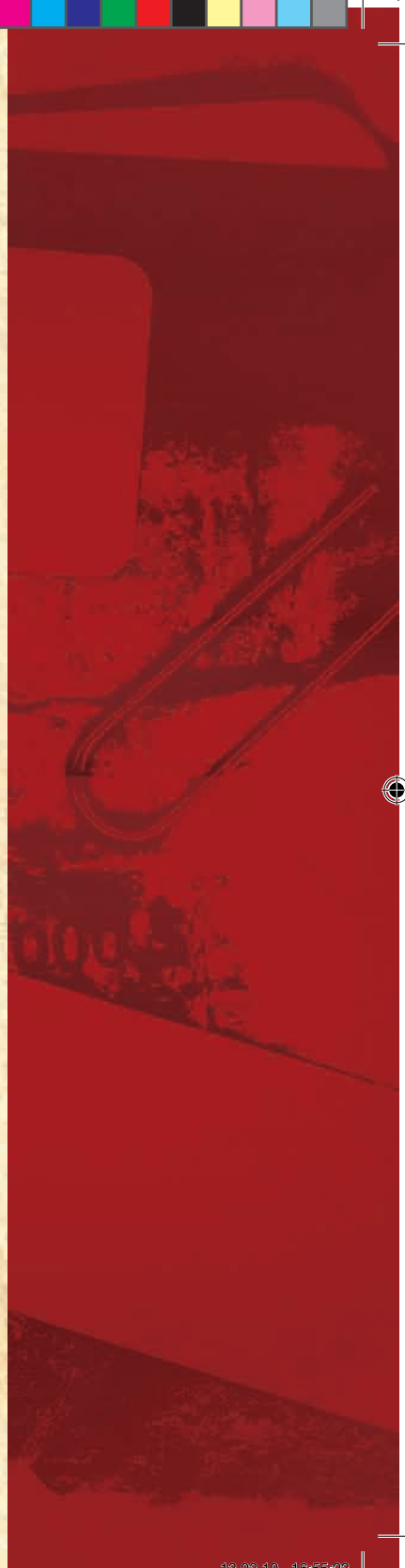
Os quatro laudos foram assinados pelos legistas Valdeci Tagliari e Eduardo Bruno. Fotos e perícia de local, feitas pelo Instituto de Criminalística Carlos Éboli (RJ), mostram os corpos. Os peritos, que compareceram ao local à 1h50 do dia 30 de março, registraram em histórico ao diretor do Dops "que os exames se tornaram prejudicados em face de o local se encontrar desfeito". Limitaram-se a constatar e fotografar os cadáveres.

A família de Lígia morava em São Paulo quando recebeu a visita de um agente policial que buscava informações sobre ela, pouco antes de ver anunciada sua morte em um noticiário na televisão. Lígia foi reconhecida no IML, em 7 de abril, pelo irmão Francisco, médico, que comprovou a presença em seu corpo de escoriações e manchas escuras nas costas e nas regiões laterais do corpo, além de marcas de tiros na cabeça e no braço.

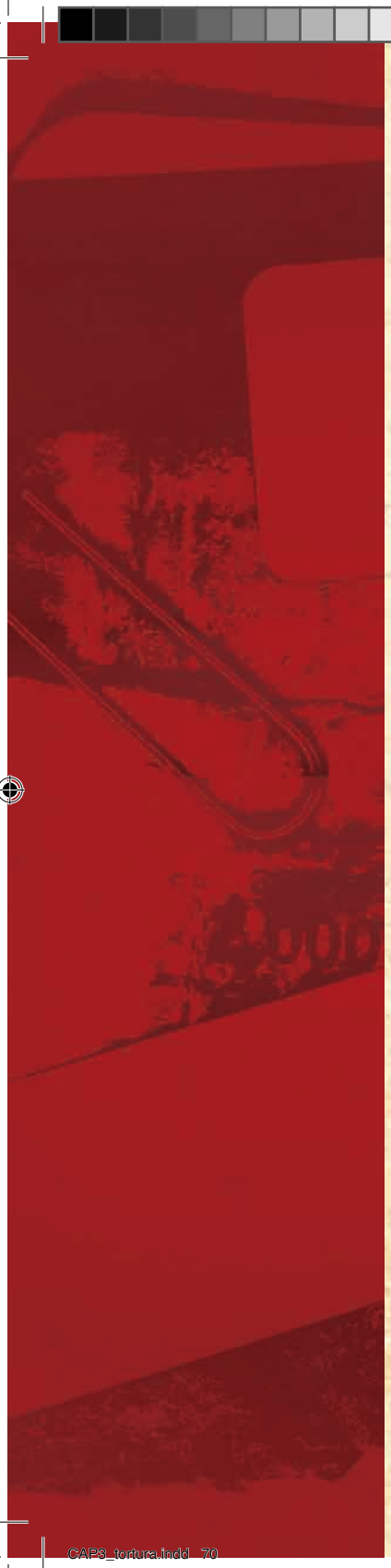
CAP3_tortura.indd 68 13.03.10 16:55:14

"Ele me disse: 'Se você sair viva daqui, o que não vai acontecer, você pode me procurar no futuro. Eu sou o chefe, sou o Jesus Cristo [codinome do delegado de polícia Dirceu Gravina]'. Ele falava isso e virava a manivela para me dar choque. Ele também dizia: 'Que militante de direitos humanos coisa nenhuma, nada disso, vocês estão envolvidos'. E virava a manivela. Havia umas ameaças assim: 'Vamos prender todos os advogados de direitos humanos, colocá-los num avião e soltar na Amazônia'. Nos outros interrogatórios, eles perguntavam qual era a minha opção política, o que eu pensava, quem pagava os meus honorários, quais eram os meus contatos no exterior, o que eu pensava do comunismo. Para mim, ficou muito claro que eles queriam atemorizar advogado de preso político. Havia uma mudança no tom das equipes. Eram três, e ia piorando. Durante o interrogatório da segunda equipe, eu levei uma bofetada de um e o outro me segurou: 'Está bravinha porque levou uma bofetada?'. E os homens da terceira equipe diziam: 'Saia disso, onde já se viu defender esses caras, gente perigosíssima, não se meta nisso!'. Eu estava formada havia menos de um ano, e trabalhava desde o segundo ano no escritório do advogado José Carlos Dias, defendendo presos políticos. Essa era a forma que eu tinha de resistir à ditadura militar, foi minha opção de participação na resistência. Eu fui presa sem nenhuma acusação, fiquei três dias lá sem saber porque estava presa. No terceiro ou quarto dia, eu descobri o motivo: teriam achado num 'aparelho' um manuscrito do Carlos Eduardo Pires Fleury, que tinha sido banido do país e que foi meu colega e cliente no escritório. Eu não fui das mais torturadas. Levei choque uma manhã inteira, acho que para saber se eu tinha algum envolvimento com alguma organização clandestina e para que os advogados soubessem que não era fácil para quem militava."

MARIA LUIZA FLORES DA CUNHA BIERRENBACH era advogada de presos políticos quando foi presa em 8 de novembro de 1971, em São Paulo (SP). Hoje, vive na mesma cidade, onde é procuradora do Estado aposentada.



CAP3_tortura.indd 69 13.03.10 16:55:23



"Muitos deles vinham assistir para aprender a torturar. E lá estava eu, uma mulher franzina no meio daqueles homens alucinados, que quase babavam. Hoje, eu ainda vejo a cara dessas pessoas, são lembranças muito fortes. Eu vejo a cara do estuprador. Era uma cara redonda. Era um homem gordo, que me dava choques na vagina e dizia: 'Você vai parir eletricidade'. Depois disso, me estuprou ali mesmo. Levei muitos murros, pontapés, passei por um corredor polonês. Fiquei um tempão amarrada num banco, com a cabeça solta e levando choques nos dedos dos pés e das mãos. Para aumentar a carga dos choques, eles usavam uma televisão, mudando de canal, 'telefone', velas acesas, agulhas e pingos de água no nariz, que é o único trauma que permaneceu até hoje. Em todas as vezes em que eu era pendurada, eu ficava nua, amarrada pelos pés, de cabeça para baixo, enquanto davam choques na minha vagina, boca, língua, olhos, narinas. Tinha um bastão com dois pontinhos que eles punham muito nos seios. E jogavam água para o choque ficar mais forte, além de muita porrada. O estupro foi nos primeiros dias, o que foi terrível para mim. Eu tinha de lutar muito para continuar resistindo. Felizmente, eu consegui. Só que eu não perco a imagem do homem. É uma cena ainda muito presente. Depois do estupro, houve uma pequena trégua, porque eu estava desfalecida. Eles tinham aplicado uma injeção de pentotal, que chamavam de 'soro da verdade', e eu estava muito zonza. Eles tiveram muito ódio de mim porque diziam que eu era macho de aguentar. Perguntavam quem era meu professor de ioga, porque, como eu estava aguentando muito a tortura, na cabeça deles eu devia fazer ioga. Me tratavam de 'puta', 'ordinária'. Me tratavam como uma pessoa completamente desumana. Eu também os enfrentei muito. Com certa tranquilidade, eu dizia que eles eram seres anormais, que faziam parte de uma engrenagem podre. Eu me sentia fortalecida com isso, me achava com a moral mais alta."

DULCE MAIA, ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), era produtora cultural quando foi presa na madrugada de 26 de janeiro de 1969, em São Paulo (SP). Hoje, vive em Cunha (SP), é ambientalista, dirige a ONG Econsenso e é cogestora do Parque Nacional da Serra da Bocaina.

CAP3_tortura.indd 70 13.03.10 16:55:32

ANA MARIA NACINOVIC CORRÊA (1947-1972)

Filiação: Anadir de Carvalho Nacinovic e Mário Henrique Nacinovic

Data e local de nascimento:
25/3/1947, Rio de Janeiro (RJ)
Data e local da morte:
14/6/1972, São Paulo (SP)

Enquanto os militantes da ALN Ana Maria Nacinovic Corrêa, Iuri Xavier Pereira, Marcos Nonato da Fonseca e Antônio Carlos Bicalho Lana almoçavam no restaurante Varella, no bairro da Mooca, em São Paulo, em 14 de junho de 1972, o proprietário do estabelecimento, Manoel Henrique de Oliveira, telefonou para a polícia avisando da presença em seu restaurante de algumas pessoas cujas fotos estavam nos cartazes de terroristas procurados.

Rapidamente, os agentes do DOI-Codi montaram emboscada em torno do local, mobilizando grande contingente policial. Como resultado da operação, morreram Ana Maria, Iuri e Marcos Nonato. Antônio Carlos Bicalho Lana, mesmo ferido, conseguiu escapar e relatou o ocorrido a seus companheiros.

Ana Maria cursou o primário, ginásio e científico no Colégio São Paulo, mantido por freiras em Ipanema, no Rio de Janeiro. Simultaneamente, estudava piano com o professor Guilherme Mignone. Como possuía ouvido privilegiado, era estimulada por seu mestre a dedicar-se mais à arte.

Terminou o científico com 17 anos e sua inclinação para a matemática levou-a a frequentar um curso pré-vestibular para Engenharia, plano que abandonou em função de seu casamento. Aos 21 anos, ingressou, como segunda colocada, na Faculdade de Belas Artes.

Ligou-se à ALN no Rio de Janeiro, mas foi deslocada para o comando regional da organização em São Paulo, onde participou de inúmeras ações armadas entre 1971 e 1972. Ana Maria havia sido a única sobrevivente da emboscada armada pelo DOI-Codi/SP em setembro de 1971, na rua João Moura, em São Paulo, na qual um comando da ALN caiu.

A versão oficial sobre sua morte relatava o cerco montado pelos agentes de segurança e fazia referência a ferimentos em uma menina, em um

CAP3_tortura.indd 71 13.03.10 16:55:33

transeunte e em dois agentes policiais, não identificados nas matérias publicadas ou nos documentos localizados. Somente a partir da abertura dos arquivos do Dops/SP começaram a surgir elementos que colocaram em dúvida a versão de que Ana Maria, Iuri e Marcos teriam morrido em tiroteio. Não foi possível reconstituir toda a verdade dos fatos, mas as mortes certamente não ocorreram no local, conforme a narrativa oficial. O depoimento de uma testemunha, documentos oficiais localizados e perícias realizadas nos restos mortais dos militantes derrubaram tal hipótese.

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) apurou que os três militantes não foram levados diretamente para o Instituto Médico Legal (IML), e sim à 36ª DP, na rua Tutoia, sede do DOI-Codi/SP, em cujo pátio foram vistos pelo preso político Francisco Carlos de Andrade. Francisco não conhecia Marcos Nonato, mas reconheceu os corpos de Ana Maria e Iuri.

Na CEMDP, depois de apresentado o voto do processo referente a Ana Maria, houve pedido de vistas e o envio dos autos ao perito Celso Nenevê, que recomendou exumação e exame pericial do cadáver. A exumação foi feita a cargo dos familiares, que trouxeram da Argentina os técnicos da Equipe Argentina de Antropologia Forense. Assim, os casos voltaram à pauta em conjunto.

A primeira lacuna suspeita é que, tratando-se de um episódio de tamanha violência e proporção, com três mortos e quatro feridos, incluindo dois policiais não identificados, não houve perícia de local; não há fotos dos corpos no local onde foram abatidos; não foram encontradas referências às armas apreendidas que os três militantes certamente portavam; e não houve exames residuais de pólvora ou balística para determinação dos possíveis responsáveis pelos tiros que teriam atingido os quatro feridos. Enfim, nada foi feito para corroborar a versão oficial.

Além disso, o testemunho de Francisco Carlos de Andrade foi comprovado pelas fichas de identificação de Iuri e de Ana Maria, feitas no DOI-

CAP3_tortura.indd 72 13.03.10 16:55:33

Codi do II Exército no mesmo dia 14 e localizadas, posteriormente, nos arquivos do Dops/SP. Há ainda registros nos documentos oficiais de que eles teriam sido feridos, mas nada consta sobre terem sido socorridos.

As necropsias, realizadas no IML de São Paulo em 20 de junho de 1972 e assinadas pelos legistas Isaac Abramovitc e Abeylard de Queiroz Orsini, confirmam as mortes em tiroteio. Sob requisição do delegado Alcides Cintra Bueno Filho, do Dops, os corpos deram entrada no IML às 17 horas, mas sem roupas. Ana Maria chegou totalmente despida e Iuri, de cuecas e meias, enquanto Marcos estava de calça, cueca, sapatos e meia. Certamente, não é possível que com essas vestimentas eles tivessem almoçado no restaurante e participado de um violento tiroteio, ferindo dois policiais e dois transeuntes, conforme a versão oficial.

A análise dos peritos Luís Fondebrider e Celso Nenevê apontou a inexistência de qualquer referência no laudo do IML à fratura ou às lesões visíveis na foto do corpo de Ana Maria, localizadas no seio, no ouvido e no pescoço. O exame comprovou ainda a existência de disparo característico de execução, desferido de cima para baixo.

ESMERALDINA CARVALHO CUNHA (1922-1972)

Filiação: Menervina Carvalho Cunha e Cândido de Sena Cunha

Data e local de nascimento:
1/4/1922, Araci (BA)
Data e local da morte:
20/10/1972, Salvador (BA)

Esmeraldina Carvalho Cunha foi encontrada morta na sala de sua casa, em Salvador, em 20 de outubro de 1972, aos 49 anos. Seu corpo estava pendurado num fio de máquina elétrica. Esmeraldina fora casada com Tibúrcio Alves Cunha Filho, com quem teve cinco filhas. A mais nova, Nilda Carvalho Cunha, havia morrido um ano antes, em 14 de novembro de 1971, após dois meses de prisão e torturas em Salvador.

Outra filha, Leônia, foi militante do PCB e da Polop. Lúcia também chegou a ser presa, mas foi logo solta. A mais velha, Lourdes, foi

CAP3_tortura.indd 73 13.03.10 16:55:33

cruelmente assediada durante muito tempo por agentes do Exército, o que lhe causou sérios problemas emocionais e comportamentais.

Esmeraldina, mãe exemplar, separada do marido, lutava pela vida de suas filhas militantes. A dor pela morte de sua caçula, Nilda, a transtornou. Mas seu suposto suicídio sempre foi questionado pela família. Sua filha mais nova fora presa na madrugada de 20 de agosto de 1972, juntamente com Jaileno Sampaio, seu namorado, na casa onde foi morta Iara Iavelberg, conforme descrito na chamada Operação Pajuçara, organizada pelos órgãos de segurança "para capturar ou eliminar" o guerrilheiro Carlos Lamarca.

Assim que soube da prisão de Nilda, Esmeraldina revirou a Bahia. Procurou os comandantes militares, o juiz de menores, advogados, tentou romper a incomunicabilidade imposta pelo regime. Só conseguiu ver a filha tempos depois, na Base Aérea de Salvador, quando a encontrou em estado lastimável, em consequência das torturas.

Esmeraldina enfrentou, por duas vezes, o major Nilton de Albuquerque Cerqueira, um dos carcereiros da filha, conforme relata o livro *Lamarca, o capitão da guerrilha*, de Emiliano José e Oldack Miranda. Na primeira vez, o major tentou impor como condição para a soltura de Nilda que a mãe voltasse a viver com o ex-marido, fato que não se concretizou e quase impediu a liberdade da filha.

Na segunda vez, o major esteve no quarto de hospital em que Nilda, já em liberdade, estava internada para tratamento. Sua presença e as ameaças de fazê-la retornar à prisão agravaram o estado de Nilda, que morreu dias depois, em circunstâncias nunca esclarecidas.

Esmeraldina não suportou a morte prematura da filha caçula, entrou em depressão profunda e foi internada no sanatório Ana Nery. Ao sair, passou a buscar desesperadamente as pessoas que poderiam esclarecer o que ocorrera com Nilda: seu médico, que viajara para a Europa, e os diretores dos hospitais onde estivera internada. Não encontrava ninguém. Oldack Miranda e Emiliano José descrevem em seu livro: “Ela

CAP3_tortura.indd 74 13.03.10 16:55:33

não se conformava com a morte da filha, chorava, andava pelas ruas da cidade, delirava e gritava: – Eles mataram minha filha, uma criança! Eles mataram minha filha. São assassinos, do Exército, do governo. Estão matando estudantes... Até que aparecia alguém e a levava para casa. Mas em qualquer lugar recomeçava de repente a gritar, a falar contra o governo. Incomodava".

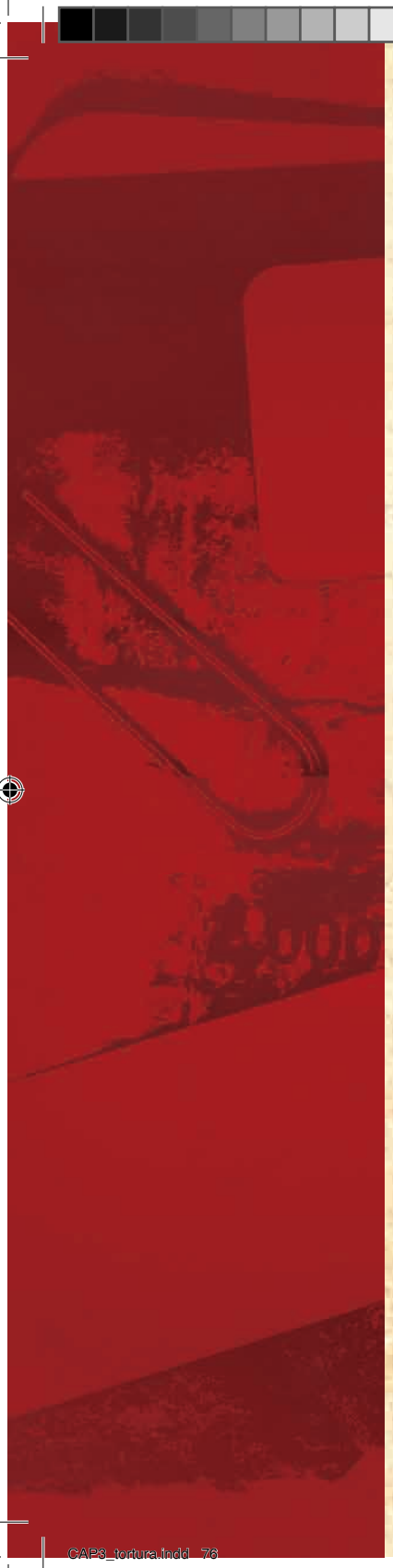
Em certa ocasião, quando bradava pelas ruas a morte de Nilda, Esmeraldina foi detida por uma radiopatrulha, levada à Secretaria de Segurança Pública e liberada por intervenção de uma amiga que a vira chegar presa. Recebeu, tempos depois, a visita de um estranho, que lhe levou um recado: "o major mandou avisar à senhora que se não se calar, nós seremos obrigados a fazê-lo". Mas Esmeraldina não se intimidou e não se calou – as praças e ruas de Salvador continuaram a acolher sua angústia e suas denúncias.

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) fez diversas diligências na busca pela verdade, mas nenhuma informação adicional foi acrescida ao processo que, além do relato, contém depoimentos de alguns dos amigos que viram os protestos em praça pública e tiveram conhecimento das ameaças que sofria.

O relatório da CEMDP constata que a angústia e o desespero pela morte da filha deixaram Esmeraldina inconsolável. Destaca, ainda, o relato da filha Leônia de que a mãe, um dia antes de morrer, comprara móveis novos para a casa e, ao encontrá-la dependurada, pudera ver que havia marcas de sangue no chão, sua face não estava arroxeada, sua língua não estava para fora, não houvera deslocamento da carótida e mal trazia marca do fio no pescoço.

A CEMDP considerou que a morte de Esmeraldina Carvalho Cunha se deu em consequência de seus atos públicos contrários aos interesses da época, resultantes de seu inconformismo e de seu conhecimento das atrocidades praticadas por agentes do poder público.

CAP3_tortura.indd 75 13.03.10 16:55:34



"Quando fui presa, minha barriga de cinco meses de gravidez já estava bem visível. Fui levada à delegacia da Polícia Federal, onde, diante da minha recusa em dar informações a respeito de meu marido, Paulo Fontelles, comecei a ouvir, sob socos e pontapés: 'Filho dessa raça não deve nascer'. Depois, fui levada ao Pelotão de Investigação Criminal (PIC), onde houve ameaças de tortura no pau de arara e choques. Dias depois, soube que Paulo também estava lá. Sofremos a tortura dos 'refletores'. Eles nos mantinham acordados a noite inteira com uma luz forte no rosto. Fomos levados para o Batalhão de Polícia do Exército do Rio de Janeiro, onde, além de me colocarem na cadeira do dragão, bateram em meu rosto, pescoço, pernas, e fui submetida à 'tortura cientifica', numa sala profusamente iluminada. A pessoa que interrogava ficava num lugar mais alto, parecido com um púlpito. Da cadeira em que sentávamos saíam uns fios, que subiam pelas pernas e eram amarrados nos seios. As sensações que aquilo provocava eram indescritíveis: calor, frio, asfixia. De lá, fui levada para o Hospital do Exército e, depois, de volta à Brasília, onde fui colocada numa cela cheia de baratas. Eu estava muito fraca e não conseguia ficar nem em pé nem sentada. Como não tinha colchão, deitei-me no chão. As baratas, de todos os tamanhos, começaram a me roer. Eu só pude tirar o sutiã e tapar a boca e os ouvidos. Aí, levaram-me ao hospital da Guarnição em Brasília, onde fiquei até o nascimento do Paulo. Nesse dia, para apressar as coisas, o médico, irritadíssimo, induziu o parto e fez o corte sem anestesia. Foi uma experiência muito difícil, mas fiquei firme e não chorei. Depois disso, ficavam dizendo que eu era fria, sem emoção, sem sentimentos. Todos queriam ver quem era a 'fera' que estava ali."

HECILDA FONTELLES VEIGA, ex-militante da Ação Popular (AP), era estudante de Ciências Sociais quando foi presa, em 6 de outubro de 1971, em Brasília (DF). Hoje, vive em Belém (PA), onde é professora do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA).

CAP3_tortura.indd 76 13.03.10 16:55:42

AURORA MARIA NASCIMENTO FURTADO (1946-1972)

Filiação: Maria Lady Nascimento Furtado e Mauro Albuquerque Furtado

Data e local de nascimento:
17/6/1946, São Paulo (SP)
Data e local da morte:
10/11/1972, Rio de Janeiro (RJ)

Estudante de Psicologia na Universidade de São Paulo, Aurora havia sido responsável pelo setor de imprensa da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, em 1968.

Nesse período, era conhecida como Lola e namorava José Roberto Arantes de Almeida, dirigente da União Nacional dos Estudantes (UNE), que seria morto em São Paulo, em 1971, quando militava no Movimento de Libertação Popular (Molipo). Foi também funcionária do Banco do Brasil, na agência Brás, capital paulista.

Foi presa em 9 de novembro de 1972, em Parada de Lucas, depois de ser detida numa blitz policial realizada pelo 2º Setor de Vigilância Norte. Nessa época, era uma das pessoas mais procuradas da ALN no Rio de Janeiro. Tentando romper o cerco, teria matado um policial. Após correr alguns metros, foi aprisionada viva, dentro de um ônibus onde havia se refugiado, e conduzida imediatamente para a delegacia de Invernada de Olaria.

Aurora foi submetida a pau de arara, sessões de choques elétricos, espancamentos, afogamentos e queimaduras. Aplicaram-lhe também a "coroa de cristo", fita de aço que vai sendo apertada gradativamente e aos poucos esmaga o crânio. Morreu no dia seguinte.

Entretanto, seu corpo, crivado de balas, foi jogado na esquina das ruas Adriano e Magalhães Couto, no bairro do Méier. A versão oficial divulgada foi de que ela teria sido morta a tiros durante tentativa de fuga.

A *Folha de S.Paulo* informou no dia 11 de novembro:

> De madrugada, Aurora, que fora presa às 9h40 de 9 de novembro, conduzia agentes da polícia carioca a um local do Méier, onde estaria loca-

CAP3_tortura.indd 77 13.03.10 16:55:43

lizado um 'aparelho', na esquina das ruas Magalhães Couto e Adriano. Aurora pediu para descer, disse que por motivo de segurança queria dirigir-se a pé ao 'aparelho'. Ao descer, Aurora saiu correndo e gritando em direção a um Volkswagen que estava nas proximidades; nesse momento, começou um intenso tiroteio entre os agentes da polícia e os ocupantes do carro; ao terminar o tiroteio, Aurora, baleada, estava morrendo, caída na rua; preocupados em socorrer Aurora, os agentes deixaram o Volkswagen fugir em alta velocidade.

A nota oficial continha uma pequena biografia, deixando claro que os órgãos de segurança sabiam quem era ela. Entretanto, a certidão de óbito registra apenas a morte de uma mulher branca, de identidade ignorada, tendo como *causa mortis* dilaceração cerebral. Somente mais tarde os familiares conseguiram um atestado de óbito com a identificação correta.

O corpo de Aurora foi reconhecido por sua irmã, que constatou, além de hematomas e cortes profundos, o afundamento do crânio. As fotos de perícia de local, encontradas nos arquivos do Instituto Carlos Éboli (ICE/RJ), mostram claramente as marcas de tortura no corpo de Aurora: são nítidos o afundamento do crânio, as escoriações e os cortes profundos nos braços e nas pernas, o rosto deformado pelo espancamento e pela "coroa de cristo", e os hematomas nos olhos, no nariz e na boca.

A morte de Aurora sob tortura foi confirmada pelo ex-comandante do DOI-Codi, Adyr Fiúza de Castro, no livro *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*, organizado por Maria Celina D'Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro. Segundo tal relato, o general sabia das torturas e das violências praticadas no quartel. Além disso, Adyr assume que nem pensou em enviá-la para um hospital, achando melhor deixá-la morrer onde estava.

CAP3_tortura.indd 78 13.03.10 16:55:43

Fiúza relatou as circunstâncias da prisão de Aurora. Ao ser interpelada por uma viatura dos agentes da Invernada de Olaria, Aurora teria reagido à prisão, matando um agente e ferindo outro.

> Um agente conseguiu segurá-la pelas pernas e debaixo de muito pau a pegaram e meteram na viatura [...]. Foi para a Invernada de Olaria. E eles não estavam satisfeitos com um dos seus companheiros mortos, com o rosto completamente estraçalhado. Calculo o que fizeram com ela.

O general afirmou também que estava no Codi, no I Exército, quando recebeu telefonema sobre a captura de uma moça que seria do interesse do órgão. Diz o livro, nas páginas 76 e 77:

> Eu mandei um oficial meu ir lá para identificá-la. Ela estava em péssimo estado, não ia resistir nem uma ou duas horas mais. – O senhor quer que eu a traga? – Não, não traga coisa nenhuma. Quem é ela? Ele disse o nome: Aurora Maria Nascimento Furtado. Um livro que um desses camaradas escreveu diz que, na Invernada, ela foi submetida à "coroa de cristo", um negócio que aperta a cabeça. Isso não me foi dito nem pelo comandante do DOI nem pelo oficial que foi à Invernada de Olaria. Mas se eles fizeram isso, fizeram crentes que estavam lidando com uma traficante fria, que matou um dos seus friamente. [...].

Em 11 de novembro de 1972, o corpo de Aurora foi trasladado para São Paulo e entregue à família em caixão lacrado, com ordens expressas para que não fosse aberto. A história de sua militância política e de seu suplício está narrada, de modo romanceado, no livro *Em câmara lenta*, escrito pelo cineasta e ex-preso político Renato Tapajós, então cunhado de Aurora.

CAP3_tortura.indd 79 13.03.10 16:55:43

Data e local de nascimento:
31/3/1943, Olinda (PE)
Data e local da morte:
29/12/1972, Rio de Janeiro (RJ)

LOURDES MARIA WANDERLEY PONTES (1943-1972)

Filiação: Tereza Wanderley Neves e Antônio Araújo Neves

Em 17 de janeiro de 1973, os órgãos de segurança do regime militar tornaram públicas as mortes de seis militantes do PCBR (Lourdes, Fernando Augusto da Fonseca, Getúlio de Oliveira Cabral, José Bartolomeu Rodrigues de Souza, José Silton Pinheiro e Valdir Sales Saboia), ocorridas, segundo a nota oficial, em 29 de dezembro do ano anterior, no Rio de Janeiro, em função de tiroteios. Na verdade, todos foram mortos depois de presos.

Lourdes Maria era pernambucana de Olinda. Fez o primário e o ginásio no Recife, mas não chegou a concluir os estudos em razão de sua militância política a partir de 1968. Em 1969, casou-se com Paulo Pontes da Silva, com quem se mudou para Natal (RN), fugindo da repressão política.

Novamente perseguido, o casal transferiu-se, em fevereiro de 1970, para Salvador (BA). No entanto, no mesmo ano, Paulo foi preso e, posteriormente, condenado à prisão perpétua, por coautoria no assassinato de um sargento da Aeronáutica que o conduzia algemado. Após a prisão do marido, Lourdes foi deslocada para a militância clandestina no Rio de Janeiro.

A versão sobre as seis mortes, divulgada pelo serviço de Relações Públicas do I Exército sob o título "Destruído o grupo de fogo terrorista do PCBR/GB", informava que, em ações simultâneas em pontos diferentes do estado da Guanabara, teriam morrido os seis militantes, um ficara ferido, outro escapara ao ser perseguido e dois teriam sido presos.

O documento não informava os nomes dos presos e do ferido, mas assumia a prisão, no Recife, em 26 de dezembro de 1972, de Fernando Augusto, que havia sido levado para o Rio de Janeiro. Enquanto

CAP3_tortura.indd 80 13.03.10 16:55:44

um grupo de agentes teria se deslocado com Fernando para o bairro do Grajaú, onde havia um "ponto", outro grupo teria cercado uma casa na rua Sargento Valder Xavier de Lima, nº 12, fundos, em Bento Ribeiro, onde teriam morrido Valdir Sales Saboia e Luciana Ribeiro da Silva (Lourdes Maria Pontes).

No Grajaú, teriam morrido Fernando Augusto, José Silton, José Bartolomeu e Getúlio. Fernando teria sido morto pelos companheiros, ao aproximar-se do carro que, em função do tiroteio, pegara fogo. No interior do carro, três corpos teriam ficado totalmente carbonizados, conforme laudo de perícia de local, tornando impossível sua identificação. O outro ocupante, ferido, conseguira fugir.

Nunca se soube quais militantes foram presos, quais ficaram feridos, quem se rendeu nem quem conseguiu fugir. Para todos os conhecedores dos métodos utilizados pelos órgãos da repressão política, a versão oficial já sinalizava a farsa, em função do endereço da casa em Bento Ribeiro: rua Sargento Valder Xavier de Lima, nome do militar morto em 1970, por Paulo Pontes.

A verdade completa dos fatos ainda não foi recuperada, mas ficou comprovado o teatro montado para a falsa versão oficial, constatada nos próprios documentos oficiais localizados no Instituto Médico Legal (IML) e no Instituto Carlos Éboli, que realizou as perícias de local.

Para cada uma das vítimas do massacre foi dada uma versão, mas os corpos dos seis militantes deram entrada no IML às 2h30 do dia 30 de dezembro. Supondo verdadeira a versão oficial, o lógico seria que dessem entrada em horários distintos, já que teriam morrido em locais distantes e em horários diferentes.

O bairro do Grajaú é muito distante de Bento Ribeiro, mas próximo da sede do DOI-Codi, na rua Barão de Mesquita. As guias de encaminhamento dos corpos são sequenciais: Lourdes Maria, nº 8;

CAP3_tortura.indd 81 13.03.10 16:55:44

Fernando Augusto, nº 9; Valdir, nº 10; Getúlio, nº 11; José Silton, nº 12; e José Bartolomeu, nº 13.

Todos entraram como desconhecidos, mesmo Fernando Augusto, que oficialmente estava preso desde o dia 26. A própria sequência já demonstra que os corpos não foram levados diretamente do local da morte para o IML.

Em Bento Ribeiro, teria havido violento tiroteio. Segundo a versão oficial, os militantes teriam usado até granadas de mão. No entanto, as fotos da perícia técnica desmentem tais informações: o corpo de Lourdes Maria está encostado na parede, num canto da sala, encolhido atrás de um vaso de planta que fora usada como árvore de Natal, com as bolas de vidrilho intactas. Não há nenhuma marca de tiros nas paredes.

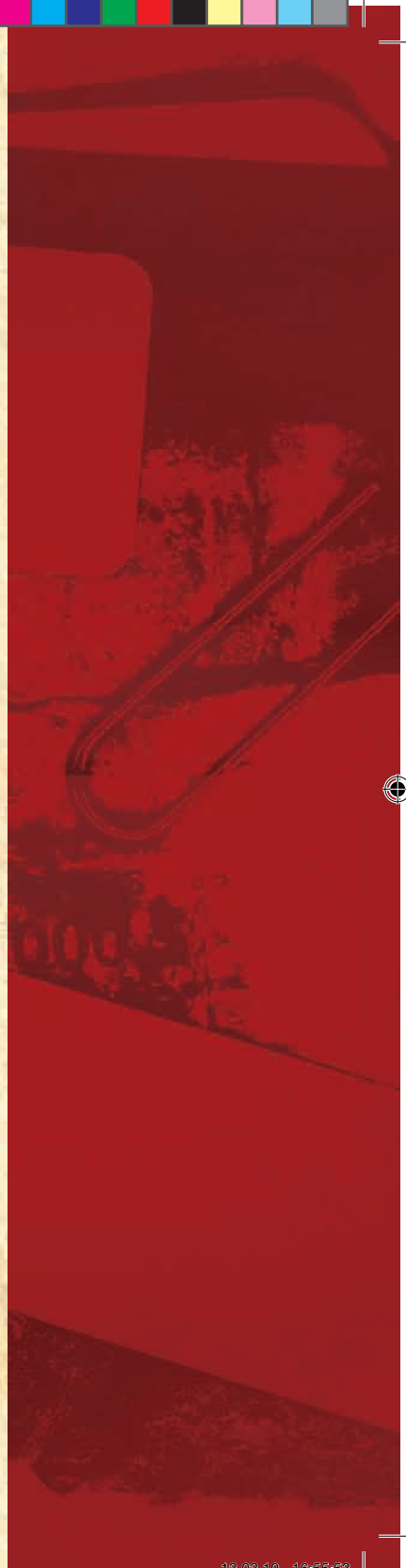
Lourdes recebeu, dentre outros, três tiros sequenciais no tórax, característicos de execução, e um no pulso direito, característico de ferimento decorrente de uma posição de defesa.

Em algumas fotos, Lourdes aparece usando relógio de pulso e, em outras, no mesmo local, o relógio já não aparece. Apesar de tantos tiros, não são vistas poças de sangue ao seu redor.

CAP3_tortura.indd 82 13.03.10 16:55:44

"Eu e meu ex-companheiro, George Duque Estrada, fomos presos em meio a uma avalanche de prisões que tinham como alvo o PCB, de norte ao sul do país. Só em São Paulo, em outubro de 1975, estavam detidas 96 pessoas do partidão, dentre as quais: Lenita Yassuda, Dilea Frate, Marisa Saenz Leme, Eleonora Freire, Sonia Morossetti, Sandra Miller, Sarita D'Ávila Mello, Zilda Gricolli, Marinilda Marchi, Rosa Faria, Ana Maria Brandão Dias, Eugenia Paesani, Nancy Trigueiros, Carmen Vidigal Moraes, Cristina Castro Mello, Monica Staudacher, Nanci Marcelino, Celia Candido, Stela Brandão. No DOI-Codi, passei a noite encapuzada, ouvindo os gritos de um homem sendo brutalizado. O dia seguinte, soube depois, foi aquele em que Vladimir Herzog foi torturado até a morte. Fui levada à sessão de interrogatório numa sala próxima à outra onde alguém também estava sendo interrogado e torturado. Diziam-me que era meu companheiro. Eram gritos abafados de uma pessoa amordaçada. Achei que iam matá-lo. Os homens que me torturavam se revezavam entre o local onde eu estava e a sala contígua. Estavam num estado de alteração psíquica indescritível. Eu era erguida da cadeira e jogada, nua e encapuzada, como se fosse uma peteca, de mão em mão, no meio de xingamentos e gritaria. Depois, fui submetida a tapas e choques elétricos. Perdi alguns dentes e todas as minhas obturações caíram. Como estava amamentando, o leite escorria pelo meu corpo, o que constrangeu alguns torturadores e estimulou outros. O entra e sai era frenético. De repente, instalou-se um silêncio sepulcral. Sobe e desce de escadas. Os interrogatórios foram suspensos. Na madrugada entre 25 e 26 de outubro, agentes passavam pelos corredores perguntando se 'alguém também estava passando mal'. Pensei que algo de terrível tivesse ocorrido com o George. Não havia sido com ele, mas com o Vladimir Herzog. Foram provavelmente dele os gemidos que ouvi da sala contígua."

MARISE EGGER-MOELLWALD, ex-militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), era estudante de Ciências Sociais quando foi presa no dia 24 de outubro de 1975, em São Paulo (SP). Hoje, vive na mesma cidade, é socióloga e trabalha como consultora em gestão pública e desenvolvimento de políticas sociais.



CAP3_tortura.indd 83 13.03.10 16:55:53

Data e local de nascimento: 6/1/1945, Laureles (Paraguai)
Data e local da morte: entre 8 e 9/1/1973, Paulista (PE)

SOLEDAD BARRET VIEDMA (1945-1973)

Filiação: Deolinda Viedma Ortiz e Alex Rafael Barret

Nascida no Paraguai e tida como mulher de rara beleza, Soledad era neta de um importante escritor, jornalista e intelectual paraguaio, nascido na Espanha: Rafael Barret. Tanto o pai quanto o avô foram perseguidos por suas ideias políticas. Assim, quando Soledad tinha apenas três meses de idade, a família fugiu para a Argentina, onde viveu cinco anos; em quatro dos quais o pai esteve preso ou foi perseguido, tanto pela polícia paraguaia quanto pela argentina. A família regressou ao Paraguai, mas voltou a se exilar – agora no Uruguai – após a implantação da ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989).

No Uruguai, de acordo com sua irmã Namy Barret, Soledad foi raptada em julho de 1962, aos 17 anos, por um grupo neonazista, que a colocou em um automóvel e, sob ameaças, quis obrigá-la a gritar palavras de ordem contrárias às suas ideias. Por ter se negado, os raptores gravaram em sua carne, com uma navalha, a cruz gamada, símbolo do nazismo.

Começou assim um ciclo de perseguições e prisões mostrando que, para a polícia uruguaia, Soledad passou de vítima a culpada. Ela decidiu deixar o país e seguiu para Cuba, onde conheceu o exilado brasileiro José Maria Ferreira de Araújo – militante da VPR conhecido como Araribóia ou Ariboia, desaparecido no Brasil em 1970 –, com quem se casou e teve uma filha, Nasaindy de Araújo Barret.

No Brasil, onde passou a militar pela mesma organização, Soledad foi morta, juntamente com mais seis companheiros, no chamado Massacre da Chácara São Bento, ocorrido entre 7 e 9 de janeiro de 1973 em Paulista, na grande Recife. A militante era companheira do cabo Anselmo, codinome Daniel, apontado como agente policial infiltrado na VPR e responsável por levar os agentes do Estado até as vítimas do massacre.

CAP3_tortura.indd 84 13.03.10 16:55:54

A versão oficial de que havia ocorrido um tiroteio foi desmontada pelas investigações posteriores. Os processos formados no âmbito da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reuniram provas consistentes de que, na verdade, os seis militantes foram presos em locais diferentes e mortos sob tortura.

Mércia de Albuquerque Ferreira, advogada de presos políticos na época, conseguiu ter acesso aos corpos removidos para o necrotério. Sobre Soledad, Mércia declarou, em depoimento formal:

> Ela estava com os olhos muito abertos, com expressão muito grande de terror. A boca estava entreaberta, e o que mais me impressionou foi o sangue coagulado em grande quantidade. Eu tenho a impressão de que ela foi morta, ficou algum tempo deitada e depois a trouxeram. O sangue, quando coagulou, ficou preso nas pernas, porque era uma quantidade grande. E o feto estava lá nos pés dela, não posso saber como foi parar ali ou se foi ali mesmo no necrotério que ele caiu, que ele nasceu, naquele horror.

A análise das fotos feitas pelas forças de segurança no local mostra que Soledad recebeu quatro tiros na cabeça e apresentava marcas de algemas nos pulsos e equimoses no olho direito. Os legistas que assinaram seu laudo fizeram também referências a equimoses espalhadas pelo corpo.

A militante paraguaia foi enterrada como indigente, sem qualquer identificação, no cemitério da Várzea, no Recife. O cantor e compositor Daniel Viglietti, espécie de Geraldo Vandré uruguaio, quando se apresenta em turnês mundiais, sempre canta a canção que compôs em homenagem a Soledad Barret. Além disso, o poeta maior do país vizinho, Mario Benedetti, escreveu para ela um belo poema, “Muerte de Soledad”, com os versos:

CAP3_tortura.indd 85 13.03.10 16:55:54

Con tu imagen segura
Con tu pinta muchacha
Pudiste ser modelo
Actriz
Miss Paraguay
Carántula
Almanaque
Quién sabe cuántas cosas
Pero el abuelo Rafael, el viejo anarco
Te tironeaba fuertemente la sangre
Y vos sentias callada esos tirones
Soledad no viviste en soledad
Por eso tu vida no se borra
Simplesmente se colma de señales

MASSACRE DA CHÁCARA SÃO BENTO

O episódio, ocorrido entre 7 e 9 de janeiro de 1973 no município de Paulista (hoje Abreu e Lima), na grande Recife, revelou-se mais tarde uma encenação montada pelos órgãos de repressão para justificar a execução de seis integrantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR): Soledad Barret Viedma, Pauline Reichstul, Eudaldo Gomes da Silva, Evaldo Luiz Ferreira de Souza, Jarbas Pereira Marques e José Manoel da Silva. De acordo com a versão oficial sobre as mortes, divulgada em 11 de janeiro, os militantes encontravam-se reunidos na chácara São Bento, na noite do dia 8, para realizar um congresso. Ao perceberem o cerco, teriam reagido a bala. No entanto, ficou demonstrado cabalmente que não houve tiroteio e que os membros da VPR foram presos e mortos sob tortura. O caso ficou marcado pela participação decisiva do cabo Anselmo, agente infiltrado pelo delegado Sérgio Fleury na VPR. Anselmo usava o nome Daniel, sendo companheiro de Soledad, que estava grávida de um filho de ambos.

CAP3_tortura.indd 86 13.03.10 16:55:55

PAULINE PHILIPE REICHSTUL (1947-1973)

Filiação: Ethel Reichstul e Selman Reichstul

Data e local de nascimento: 18/7/1947, Praga (Tchecoslováquia)
Data e local da morte: entre 7 e 9/1/1973, Paulista (PE)

Filha de judeus poloneses, Pauline Reichstul nasceu em Praga (na então Tchecoslováquia), em 1947. Seus pais eram sobreviventes da Segunda Guerra e casaram-se depois de encerrado o conflito. Quando a menina tinha dezoito meses, a família mudou-se para Paris, onde viveu até 1955, voltando então a imigrar, agora para o Brasil.

Com 8 anos de idade, Pauline foi estudar no Liceu Pasteur, em São Paulo. Viveu também em Israel, por um ano e meio, onde trabalhou e estudou. Depois de curtos períodos na Dinamarca e na França, fixou residência na Suíça, em 1966, primeiramente em Lausanne e depois em Genebra.

Em 1970, Pauline completou o curso de Psicologia na Universidade de Genebra. Nesse período, passou a ter contatos com movimentos de estudantes brasileiros de resistência ao regime militar. Assim, passou a trabalhar com vários órgãos de divulgação na Europa, denunciando as violações de direitos humanos no Brasil, especialmente as torturas e mortes de militantes. Foi esposa de Ladislau Dowbor, dirigente da VPR banido do país em junho de 1970 em virtude do sequestro do embaixador alemão no Brasil.

Pauline e mais cinco companheiros da VPR foram mortos no Massacre da Chácara São Bento, ocorrido entre 7 e 9 de janeiro de 1973 em Paulista (hoje, Abreu e Lima), na grande Recife. A versão do regime militar era de que as mortes teriam ocorrido em consequência de um tiroteio. No entanto, a investigação sobre o caso na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reuniu provas de que, na realidade, os militantes da VPR foram detidos em lugares distintos e, posteriormente, torturados.

Em depoimento formal à CEMDP, Mércia de Albuquerque Ferreira, advogada de presos políticos que viu os corpos no necrotério, declarou: “Todos os corpos estavam muito massacrados. Pauline tinha a boca arrebentada, tinha marcas pela testa, pela cabeça e o corpo muito marcado”.

CAP3_tortura.indd 87 13.03.10 16:55:55

Além disso, analisando as fotos feitas pela polícia na chácara, nota-se que Pauline recebeu quatro tiros na cabeça e tinha marcas nos pulsos, produzidas por algemas ou cordas.

Em relato à CEMDP em 7 de fevereiro de 1996, Sonja Maria Cavalcanti de França Locio confirmou que Pauline e Soledad Barret foram presas na manhã do dia 8 de janeiro de 1973 na butique Chica Boa, de propriedade de Sonja, no Recife, desmentindo a versão de que os seis militantes mortos estavam reunidos na chácara São Bento quando começou um tiroteio com a polícia.

Segundo Sonja, cinco homens armados, que se identificaram como

SEQUESTROS DE DIPLOMATAS

Com o objetivo de chamar a atenção internacional e pressionar pela libertação de presos políticos, os grupos de guerrilha urbana realizaram, entre 1969 e 1970, quatro sequestros de diplomatas estrangeiros. O primeiro foi o do embaixador dos EUA, Charles Elbrick, em 4 de setembro de 1969. A ação foi realizada pelo MR-8 e a ALN, que, em troca da libertação do diplomata, exigiram a soltura de quinze presos e a leitura, em cadeia nacional de rádio e TV, de um manifesto que explicava os motivos do sequestro. Os libertados foram para o México. Em 11 de março de 1970, a VPR raptou o cônsul-geral do Japão em São Paulo, Nobuo Okuchi. Ele foi trocado por cinco presos, que também seguiram para o México. Ocorrido entre 11 e 15 de junho de 1970, no Rio de Janeiro, o sequestro do embaixador alemão, Ehrenfried von Holleben, foi organizado pela VPR e a ALN. Os quarenta libertados seguiram para a Argélia. O embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher foi raptado pela VPR, em 7 de dezembro de 1970, no Rio de Janeiro, resultando na libertação de setenta militantes, que foram para o Chile. Nessas três últimas ações, as organizações também elaboraram manifestos que, embora não tenham sido lidos em cadeia nacional, foram enviados à imprensa.

CAP3_tortura.indd 88 13.03.10 16:55:56

policiais, prenderam as duas militantes, e Pauline começou a ser espancada ali mesmo, "com coronhadas de revólver na cabeça que a fizeram cair no chão [...] as duas foram levadas amarradas, e uma delas foi colocada dentro de um carro oficial pertencente ao Incra". Sonja também reconheceu o cabo Anselmo, em uma foto, como um dos homens que participaram da prisão de Soledad e Pauline. Com o codinome Daniel, Anselmo, companheiro de Soledad, agia como agente policial infiltrado na VPR.

Apesar de perfeitamente identificada pelos órgãos de repressão, Pauline foi sepultada como indigente no cemitério da Várzea, no Recife. Em 12 de janeiro de 1973, a exumação de seu corpo e o traslado para São Paulo foram autorizados. Após a aprovação do processo na CEMDP, o irmão de Pauline, Henri Philippe Reichstul, ex-preso político e ex-presidente da Petrobras, criou uma fundação com o objetivo de investir a indenização recebida pela família em projetos sociais.

Fundado em 1999, o Instituto Pauline Reichstul de Educação Tecnológica, Direitos Humanos e Defesa do Meio Ambiente é uma organização não governamental que atende a crianças e adolescentes, especialmente no Conjunto Taquari, numa região carente de Belo Horizonte.

ANATÁLIA DE SOUZA MELO ALVES (1945-1973)

Filiação: Maria Pereira de Melo e Nicácio Loia de Melo

Data e local de nascimento:
9/7/1945, Martins, atual Frutuoso Gomes (RN)
Data e local da morte:
22/1/1973, Recife (PE)

Anatália de Souza Melo Alves concluiu o científico no colégio estadual de Mossoró (RN), cidade onde residiu até novembro de 1968, quando se casou com Luiz Alves Neto. Até essa época, havia trabalhado na Cooperativa de Consumo Popular e morado num conjunto popular do Fundo de Apoio à População de Sub-Habitação Urbana (Fundap).

Militantes do PCBR, Anatália e Luiz mudaram-se para o Recife após a decretação do AI-5, quando passaram a desenvolver trabalho

CAP3_tortura.indd 89 13.03.10 16:55:56

político com os trabalhadores rurais da Zona da Mata de Pernambuco. Viveram também em Campina Grande (PB), Palmeira dos Índios (AL) e Gravatá (PE), onde foram localizados por agentes do DOI-Codi.

Anatália e o marido foram presos em 17 de dezembro de 1972 e levados para local desconhecido, segundo recorte de jornal da época, sem nome e data, anexado ao processo na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Somente no dia 13 de janeiro do ano seguinte é que foram enviados ao Dops/PE. De acordo com o cadastro de recebimento de presos da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco – Delegacia de Segurança Social, Anatália deu entrada naquela unidade procedente do IV Exército, escoltada por agentes do DOI. O auto de exibição e apreensão, no entanto, é do dia seguinte. Ou seja, ela foi presa antes do pedido de apreensão ter sido expedido. Todos esses documentos foram encontrados nos arquivos secretos do Dops/PE.

Segundo informação policial, às 17h20 do dia 22 de janeiro de 1973, enquanto tomava banho sob a vigilância do agente policial Artur Falcão Dizeu, Anatália teria ateado fogo ao corpo e se suicidado com uma tira de couro. Entretanto, pelo que pode ser constatado nas fotos do laudo do Instituto de Polícia Técnica (IPT) de Pernambuco, Anatália colocou fogo apenas em seus órgãos genitais.

A versão do agente Falcão é de que, estranhando a demora de mais de 20 minutos para que Anatália terminasse o banho, "bateu por diversas vezes na porta que estava fechada, chamando a atenção da mesma e, como notasse algo de anormal, empurrou a porta com violência, deparando-se com a acusada caída no chão, o que motivou o alarme de socorro. Ela então foi retirada para os devidos socorros, notando-se, em seguida, que a mesma se achava sem vida, e com um cordel de sua bolsa atado na garganta". Nesse informe, não há referência a queimaduras. Mesmo estando sob a vigilância de um agente, não foi percebido nenhum barulho ou cheiro de queimado.

No livro *Dos filhos deste solo*, Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio es-

CAP3_tortura.indd 90 13.03.10 16:55:56

crevem: “A versão de suicídio não convenceu os presos políticos da época. As queimaduras, inexplicadas, levaram-nos à suspeita de que Anatália teria sido vítima de violências sexuais, quando se encontrava psicologicamente abalada pelas torturas e pelo clima de terror nos cárceres de Pernambuco. Sua morte e as queimaduras na região pubiana seriam uma forma de impedir que ela denunciasse os responsáveis pelas sevícias”.

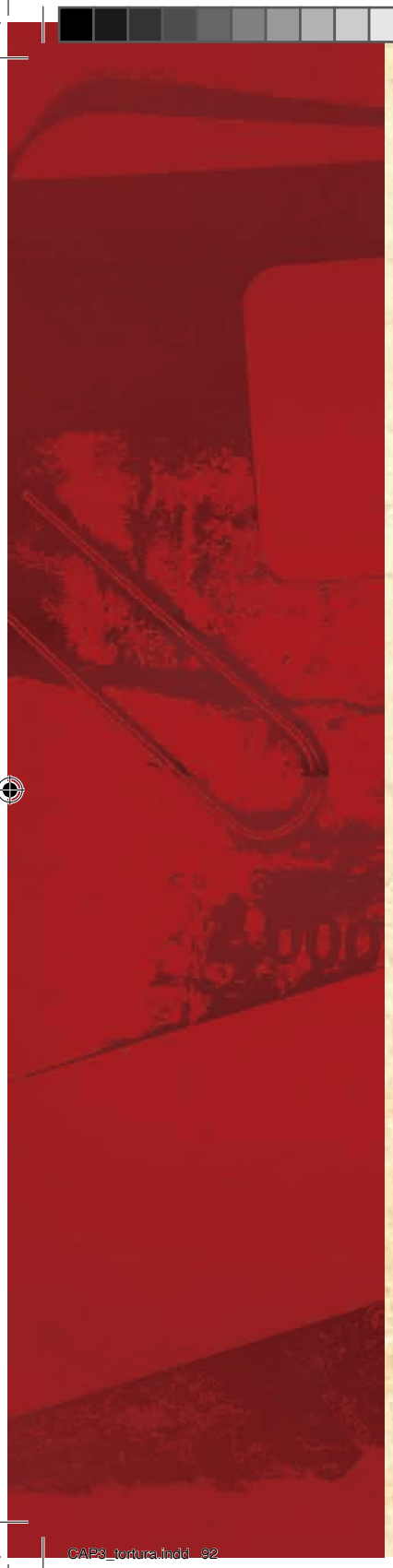
O laudo do IPT de Pernambuco contém várias fotografias com descrição. A de nº 7 mostra a porta do banheiro que foi arrombada; a de nº 8, o interior do banheiro, com fragmentos de madeira da porta; a de nº 9, a haste e um protetor, partes de uma torneira que não possuía a peça destinada a graduar a passagem da água; a de nº 10 é uma ampliação do local em que se encontrava instalada a torneira defeituosa. As fotografias nº 1 e 2 mostram a vítima “no momento em que foi examinada, superficialmente”.

Trajava vestido vermelho de algodão, estampado, usava calças de *jersey* de cor rosa e estava descalça... Tanto o vestido como as calças estavam parcialmente queimados, na parte anterior. A legenda da fotografia nº 1 diz: “[...] jazia sobre uma cama, dita de campanha, que se encontrava no interior do local em que funciona a Secção de Comissariado da Delegacia de Segurança Social da Secretaria de Estado dos Negócios de Segurança Pública de Pernambuco”.

As fotografias nº 11 e 12 mostram a bolsa e a sua alça, que teria servido de instrumento para o enforcamento. Era de courvin, media 109 cm de comprimento por 2 cm de largura e apresentava um nó em uma das extremidades. A fotografia nº 4 mostra o sulco produzido no terço médio do pescoço da vítima. A parte inferior do cadáver exibia queimaduras de primeiro e segundo graus, na região hipogástrica, na região pubiana e na face anterior dos terços superiores das coxas (foto 6).

A conclusão do laudo é a de que o cadáver não foi encontrado no local de ocorrência, que as peças do vestuário usado pela vítima estavam parcialmente queimadas e que a morte de Anatália foi provocada por enforcamento.

CAP3_tortura.indd 91 13.03.10 16:55:56



"No domingo, 12 de novembro de 1978, fui à rodoviária de Porto Alegre esperar uma companheira. Eram 9 horas da manhã. Alguém, com tom amável, pediu-me os documentos. Entreguei o passaporte uruguaio e me conduziram a um escritório. Até então, eu pensava que era um controle de rotina. Fazia pouco que eu tinha chegado ao Brasil com meus filhos e, apesar de saber das novas detenções em Buenos Aires e Montevidéu, achei que não devia me preocupar. Mal entrei no escritório da rodoviária, um homem uruguaio me cumprimentou. Lembro-me dele: capitão Giannone. Havia criado uma fama de cruel e parecia desfrutar dela. A presença do militar uruguaio junto dos policiais brasileiros não deixava dúvidas de que se tratava de uma ação coordenada de repressão. Em pouco tempo, encontrei-me nua na delegacia de Porto Alegre, com cabos elétricos nos ouvidos e nas mãos. As descargas e a água, as descargas e a água, as descargas e a água, pensando no perigo que meus filhos corriam e nos filhos desaparecidos de Sara, de María Emilia. O medo se sente nos intervalos, quando os choques elétricos cessam; quando eles o aplicam, você sente dor. O verdadeiro medo é o que se sente quando essa sessão de tortura termina e você sabe que vai começar a outra, ou quando não começa nada, mas você está lá esperando, paralisada por essa sensação, talvez a mais terrível que se pode sentir. Nesse momento, o que mais dói é a humilhação de estar lá, uivando, com o corpo empapado de merda e pulando sem poder controlar, pulando sem que a sua vontade possa impedi-lo. O objetivo da tortura é esse: vilipendiar você como pessoa, que seu corpo e sua vontade percam o controle e você se sinta um montão de carne, ossos, merda, dor e medo. Não tive nenhuma informação sobre o destino dos meus filhos até o final daquele ano, quando obtive notícias por meio de um soldado que teve piedade de mim."

LILIAN CELIBERTI, uruguaia, ex-militante do Partido da Vitória do Povo (PVP), era professora quando foi sequestrada em Porto Alegre (RS), em 12 de novembro de 1978, juntamente com seus filhos Camilo e Francesca e seu companheiro na época, Universindo Díaz. Hoje, vive em Montevidéu, capital do Uruguai, onde é ativista de direitos humanos e coordenadora da ONG feminista Cotidiano Mulher.

CAP3_tortura.indd 92 13.03.10 16:56:07

MARIA AUGUSTA THOMAZ (1947-1973)

Filiação: Olga Michel Thomaz e Aniz Thomaz

Data e local de nascimento: 14/11/1947, Leme (SP)
Data e local do desaparecimento: maio de 1973, Rio Verde (GO)

Em maio de 1973, os militantes do Molipo Maria Augusta Thomaz e Márcio Beck Machado foram mortos no sul de Goiás, na fazenda Rio Doce, entre Rio Verde e Jataí, a 240 km de Goiânia.

Maria Augusta tinha sido estudante da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Sedes Sapientiae, em São Paulo. Em 1968, foi indiciada em inquérito por sua participação no 30º Congresso da UNE, realizado em Ibiúna (SP). Após a morte de seu namorado, José Wilson Lessa Sabag, em setembro de 1969, ela teve de passar para a clandestinidade.

Em seguida, foi identificada como participante do sequestro de um avião da Varig, em 4 de novembro do mesmo ano, desviado para Cuba durante a rota Buenos Aires-Santiago. Em Cuba, depois de receber treinamento militar, alinhou-se ao grupo dissidente da ALN que ficou conhecido como Grupo dos 28, depois Molipo, e foi uma das primeiras integrantes dessa organização a retornar ao Brasil, no início de 1971.

Em 14 de janeiro de 1970, havia sido expedido contra ela um mandado de prisão pela 2ª Auditoria da 2ª Região Militar: em 29 de setembro de 1972, Maria Augusta foi condenada, à revelia, a dezessete anos de prisão. Em outro processo na Justiça Militar, também julgado à revelia, ela foi condenada a mais cinco anos de reclusão.

Maria Augusta e Márcio chegaram à fazenda Rio Doce em 4 de maio de 1973 e foram mortos no dia 16 do mesmo mês, quando o local foi cercado e metralhado por agentes de segurança, numa ação conjunta do "DOI-Codi/II Exército, Polícia Federal de Goiânia, destacamento da Polícia Militar em Rio Verde, FAB e alguns agentes da Polícia Civil". Os agentes determinaram ao proprietário Sebastião Cabral e a seus empregados que enterrassem os corpos ali mesmo.

CAP3_tortura.indd 93 13.03.10 16:56:07

Embora um documento dos órgãos de segurança, encaminhado em 1978 ao delegado Romeu Tuma, diretor do Dops, registrasse claramente a informação sobre as mortes de Márcio e Maria Augusta, as autoridades do regime ditatorial jamais comunicaram tal fato aos familiares. No Boletim Informativo do Ministério do Exército datado de janeiro de 1976, os nomes dos dois foram retirados da lista de procurados por serem considerados mortos.

Em 1980, com a participação do advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, conhecido advogado de presos políticos, o local de sepultamento de Maria Augusta e Márcio foi localizado naquela região. No entanto, enquanto eram realizados os trâmites legais para o resgate dos restos mortais, as ossadas foram subtraídas, presumivelmente por policiais ou

MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO POPULAR (MOLIPO)

Nasceu em 1971, como resultado de uma luta interna ocorrida na ALN. Um grupo de 28 militantes exilados em Cuba rompeu com a direção da organização sob o argumento de que era preciso colocar em prática definições políticas de Marighella, que vinham sendo relegadas. Depois de realizar treinamentos de guerrilha, o grupo decidiu voltar ao Brasil e, ao chegar, uniu-se a militantes também descontentes com a organização. Foram elaborados, então, textos teóricos propondo uma reorientação das ações executadas na cidade por meio da criação de "comandos estudantis" que atuassem no plano tanto militar quanto político. As discussões culminaram no afastamento dos dissidentes, que constituíram a nova organização. No entanto, a atuação concreta do Molipo terminou sendo muito semelhante à da ALN: expropriação de bancos e armas, atentados a bomba etc. Em 1971, o grupo começou a ser atingido pela repressão, que jurava não deixar vivo nenhum dos militantes retornados de Cuba. As prisões continuaram em 1972 e em 1973, quando o Molipo se extinguiu.

CAP3_tortura.indd 94 13.03.10 16:56:09

agentes dos órgãos de segurança, visto que o país ainda se encontrava submetido ao regime ditatorial.

Nos processos encaminhados à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), foram anexados recortes dos jornais *Folha de S.Paulo* e *Diário da Manhã*, do período entre 14 e 20 de agosto de 1980, em que consta denúncia feita pelo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) de São Paulo de que agentes da Polícia Federal haviam violado as sepulturas dos dois militantes.

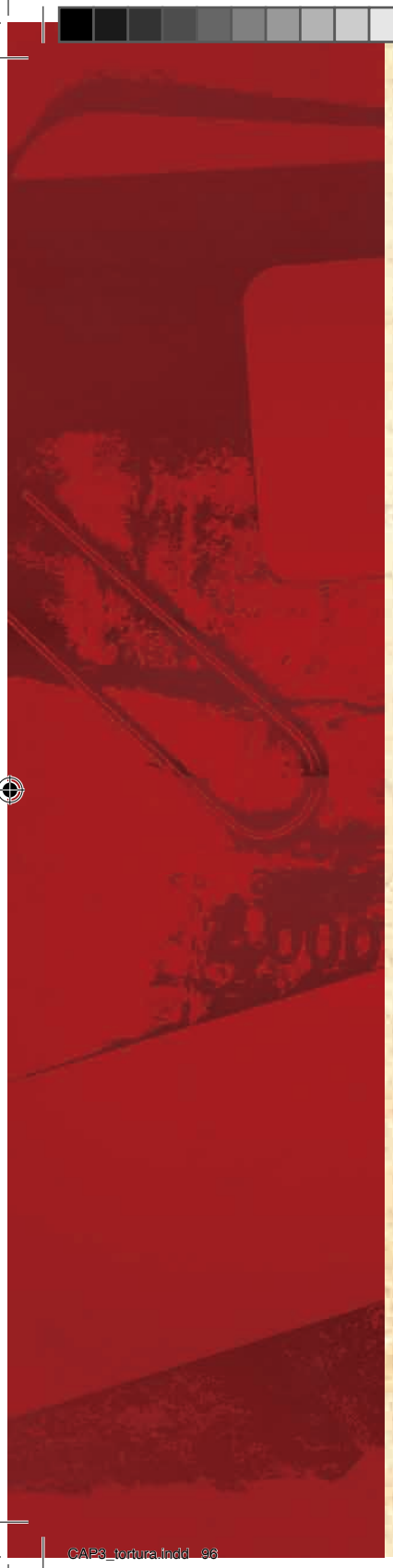
Esse novo crime, segundo as denúncias, foi perpetrado para evitar que o CBA conseguisse identificar e provar judicialmente a morte de desaparecidos cujo paradeiro as autoridades do regime alegavam ignorar. Seus corpos nunca mais foram encontrados.

Mais recentemente, o ex-agente do DOI-Codi/SP Marival Chaves do Canto declarou à revista *IstoÉ* de 24 de março de 2004 que a operação de exumação e ocultação das ossadas desses dois militantes foi comandada por André Pereira Leite Filho, oficial do Exército que estava no Centro de Informações do Exército (CIE) de Brasília em 1981, depois de ter atuado no DOI-Codi/SP sob o codinome de dr. Edgard.

A matéria descreve:

> Segundo Marival, em 1980 o doutor Edgar comandou, por exemplo, uma expedição que retirou de uma fazenda em Rio Verde, em Goiás, as ossadas de Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomas, integrantes do Molipo (Movimento de Libertação Popular), mortos em 1973 num confronto com agentes do CIE. De acordo com o fazendeiro Sebastião Cabral, os corpos enterrados em sua propriedade foram exumados em 1980 por três homens que deixaram para trás pequenos ossos e dentes perto das covas.

CAP3_tortura.indd 95 13.03.10 16:56:09



"Era muita gente em volta de mim. Um deles me deu pontapés e disse: 'Você, com essa cara de filha de Maria, é uma filha da puta'. E me dava chutes. Depois, me levaram para a sala de tortura. Pediram que eu me despisse, eu falei que não ia tirar a roupa. O outro disse: 'Ou você tira ou tiramos nós'. Fiquei em dúvida entre a humilhação de ser despida por eles ou eu mesma me despir. Foi muito humilhante ter de tirar a roupa. Aí, começaram a me dar choques direto da tomada no tornozelo. Eram choques seguidos no mesmo lugar. Havia um desprezo por parte deles. Junto com a ideologia, vinha essa humilhação pelo fato de ser mulher, como se a gente estivesse extrapolando nosso papel de mulher. O tom era de 'por que você não está em casa, ao invés de estar aqui? Por que você perde tempo com coisas que não lhe dizem respeito?'. Era como se você merecesse ser torturada porque estava fazendo o que não devia ter feito. Um deles me perguntou: 'Por que você se mete com esses padres revolucionários, com esse pessoal?'. Eu tinha sido presa junto com o Giulio Vicini, que na época era padre. A minha tortura no Dops foi interrompida, e um dos homens disse: 'Você foi salva pelo gongo'. Na madrugada, fiquei sabendo que o dom Paulo Evaristo Arns intercedeu em nosso favor. Logo nos encaminharam ao Presídio Tiradentes. A atuação de dom Paulo foi direta e imediata. Ele pediu que fizéssemos um relato da tortura sofrida. Na semana seguinte mandou ler em todas as igrejas de São Paulo um comunicado contendo a denúncia de nossa tortura."

YARA SPADINI trabalhava como assistente social quando foi presa em 27 de janeiro de 1971, em São Paulo (SP). Hoje, vive na mesma cidade, onde é professora aposentada do curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP).

CAP3_tortura.indd 96 13.03.10 16:56:18

RANÚSIA ALVES RODRIGUES (1945-1973)

Filiação: Áurea Alves Siqueira e Moisés Rodrigues Vilela

Data e local de nascimento:
18/6/1945, Garanhuns (PE)
Data e local da morte:
27/10/1973, Rio de Janeiro (RJ)

Ranúsia e outros três militantes do PCBR (Almir Custódio de Lima, Ramires Maranhão do Valle e Vitorino Alves Moitinho) foram mortos pelos órgãos de segurança do regime militar em 27 de outubro de 1973, no Rio de Janeiro. A cena para a legalização das execuções foi montada na praça Sentinela, em Jacarepaguá. Ramires, Almir e Vitorino aparecem totalmente carbonizados dentro de um Volkswagen, enquanto o corpo de Ranúsia jaz baleado, embora não queimado.

Os documentos oficiais dos arquivos dos Ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica mostram versões desencontradas de tal acontecimento. Alguns fatos só começaram a ser esclarecidos com a abertura dos arquivos secretos do Dops, no Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco.

Em 29 de outubro de 1973, a imprensa carioca apenas noticiou a morte de dois casais em Jacarepaguá. *O Jornal do Brasil* estampou a manchete "Polícia especula, mas nada sabe ainda sobre os casais executados em Jacarepaguá", enquanto *O Globo* noticiou: "Metralhados dois casais em Jacarepaguá".

Nenhum dos jornais citou os nomes dos mortos. O mesmo ocorreu na matéria da revista *Veja*, de 7 de novembro, intitulada "Quem matou quem?". Somente em 17 de novembro, tanto em *O Globo* quanto no *Jornal do Brasil* – respectivamente, sob os títulos "Terroristas morrem em tiroteio com as forças de segurança" e "Terroristas são mortos em tiroteio", é que se lê: "[...] em encontro com forças de segurança, vieram a falecer, após travarem cerrado tiroteio, quatro terroristas, dois dos quais identificados como Ranúsia Alves Rodrigues, 'Florinda', e Almir Custódio de Lima, 'Otávio', pertencentes à organização clandestina subversiva intitulada PCBR". Os nomes de Vitorino e Ra-

CAP3_tortura.indd 97 13.03.10 16:56:19

mires não foram citados nas matérias e, como consequência, esses dois militantes passaram a figurar nas listas de desaparecidos políticos.

No livro *Dos filhos deste solo*, Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio assim registraram o episódio:

> Chovia na noite de 27 de outubro de 1973, um sábado. Alguns poucos casais escondiam-se da chuva junto do muro do Colégio de Jacarepaguá, no Rio. Por volta das 22 horas, um homem desceu de um Opala e avisou: "Afastem-se porque a barra vai pesar". O repórter de *Veja* (7/11/1973) localizou alguém que testemunhou o significado desse aviso: "Não ouvimos um gemido, só os tiros, o estrondo e a correria dos carros". [...] Vindos de todas as ruas que levam à praça, oito ou nove carros foram chegando, cercando um fusca vermelho de placa AA 6960 e despejando tiros. Depois jogaram uma bomba dentro do carro. No final, havia uma mulher morta com quatro tiros no rosto e peito e três homens carbonizados.

Essa mulher era Ranúsia Alves Rodrigues, pernambucana de Garanhuns e estudante de Enfermagem da Universidade Federal de Pernambuco. Já havia sido presa uma vez, em Ibiúna (SP), em 1968, quando participava do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Em consequência disso, foi expulsa da universidade pelo Decreto 477, no ano seguinte.

Vivendo na clandestinidade como militante do PCBR, Ranúsia teve uma filha, chamada Vanúsia. Em outubro de 1972, passou a atuar no Rio de Janeiro. Documentos dos órgãos de segurança do regime militar sustentavam que, em 25 de fevereiro de 1973, ela teria participado da execução do delegado Octávio Gonçalves Moreira Júnior, do DOI-Codi/SP, em Copacabana.

Sua foto e seu nome tinham sido divulgados, erroneamente, como

CAP3_tortura.indd 98 13.03.10 16:56:19

uma das pessoas mortas na chamada Chacina de Quintino, em 29 de março de 1972, no lugar de Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo.

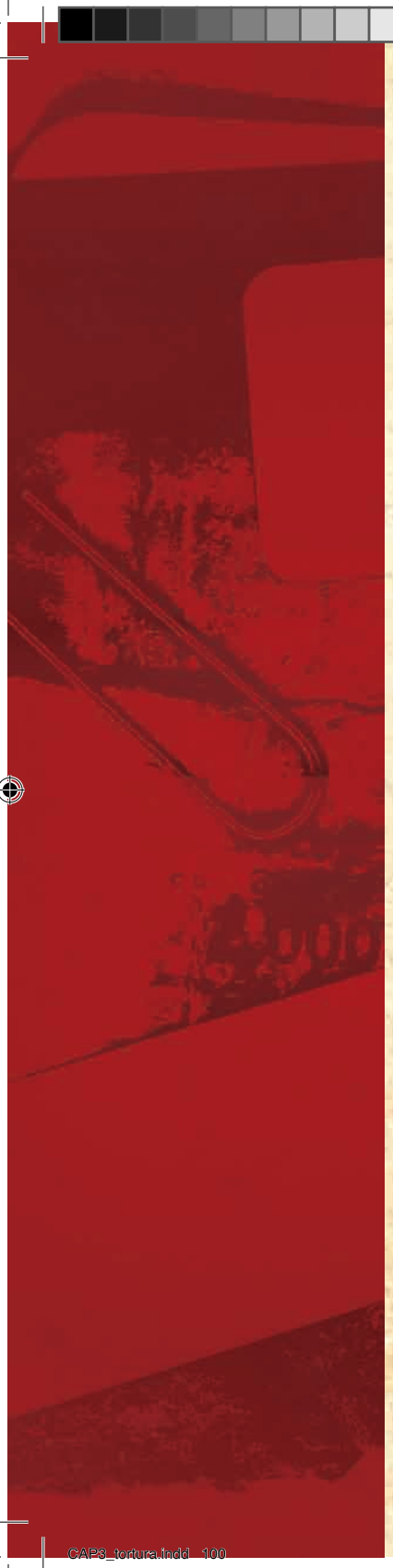
Apesar de os quatro militantes estarem perfeitamente identificados, os órgãos de segurança omitiram as mortes de Ramires e Vitorino e enterraram todos sem identificação, como indigentes, no cemitério Ricardo de Albuquerque, no Rio de Janeiro. Em 2 de abril de 1979, seus restos mortais foram transferidos para o ossuário geral e, por volta de 1980 ou 1981, para uma vala clandestina com cerca de 2 mil outras ossadas.

No arquivo do Dops/RJ, foi encontrado um documento do I Exército, de 29 de outubro de 1973, que narra o cerco aos quatro militantes desde o dia 8 do mesmo mês, culminando com a prisão de Ranúsia na manhã do dia 27. O documento inclui o interrogatório e as declarações da militante no DOI-Codi/RJ.

O relatório fala, ainda, de farta documentação encontrada com ela, e menciona a morte dos quatro militantes, dando-lhes os nomes completos. A versão divulgada pelo Dops é que os militantes do PCBR perceberam a presença de "elementos suspeitos" e tentaram fugir, acionando suas armas. Como o carro teria começado a pegar fogo, não foi possível retirar as pessoas que estavam dentro. Laudo e fotos da perícia no local mostram Ranúsia morta perto do carro, tendo, ao fundo, um Volkswagen incendiado, onde estavam carbonizados Ramires, Vitorino e Almir.

No entanto, a investigação sobre o caso realizada pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) considerou que a versão oficial não se sustentava após o exame das provas anexadas ao processo.

CAP3_tortura.indd 99 13.03.10 16:56:19



"A primeira coisa que fizeram foi arrancar toda a minha roupa e me jogar no chão molhado. Aí, começaram os choques em tudo quanto é lado – seio, vagina, ouvido – e os chutes. Uma coisa de louco. Passei por afogamento várias vezes. Os caras me enfiavam de capuz num tanque de água suja, fedida, nojenta. Quando retiravam a minha cabeça, eu não conseguia respirar, porque aquele pano grudava no nariz. Um dos torturadores ficou tantas horas em pé em cima das minhas pernas que elas ficaram afundadas. Demorou um tempão para se recuperarem. Meu corpo ficou todo preto de tanto chute, de tanto ser pisada. Fui para o pau de arara várias vezes. De tanta porrada, uma vez meu corpo ficou todo tremendo, eu estrebuchava no chão. Eles abusavam muito da parte sexual, com choques nos seios, na vagina... passavam a mão. Também faziam acareações minhas com um companheiro do movimento estudantil, o Pedro Eugênio de Toledo. Eles obrigavam a gente a se encostar nas partes sexuais e a torturar um ao outro. Tínhamos que por a mão no órgão um do outro para receber choques. Eles também faziam a gente se encostar como se fôssemos ter uma relação, para os dois serem atingidos pelo choque. Fiquei quase um mês sendo torturada diariamente. Em uma outra vez, eles simularam a minha morte. Me acordaram de madrugada, saíram me arrastando, dizendo que iam me matar. Me puseram dentro de um camburão, onde tinha corda, pá, um monte de ferramentas. Deram muitas voltas e depois pararam num lugar esquisito. Aí, soube que não iam me matar, pois me disseram que eu ia ser colocada numa solitária e que iam espalhar o boato que eu tinha morrido."

MARIA DO SOCORRO DIÓGENES, ex-militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), era professora quando foi presa no Recife (PE), em 4 de abril de 1972. Hoje, vive em São Paulo (SP), onde é supervisora de ensino da rede estadual.

CAP3_tortura.indd 100 13.03.10 16:56:29

SÔNIA MARIA DE MORAES ANGEL JONES (1946-1973)

Filiação: Cléa Lopes de Moraes e João Luiz de Moraes

Data e local de nascimento:
9/11/1946, Santiago do Boqueirão (RS)
Data e local da morte:
30/11/1973, São Vicente (SP)

Sônia Maria era gaúcha de Santiago do Boqueirão e filha de um oficial do Exército. Morava no Rio de Janeiro e trabalhava como professora de português quando se casou com Stuart Edgar Angel Jones, militante do MR-8 – mais tarde, morto sob torturas e procurado incansavelmente pela mãe, a estilista Zuzu Angel, também morta por ação de agentes do poder público.

Em 1º de maio de 1969, Sônia foi presa quando participava de manifestação de rua na praça Tiradentes. Foi levada para o Dops e, posteriormente, para o presídio feminino São Judas Tadeu, sendo libertada apenas em 6 de agosto daquele ano.

Visada pelos órgãos de segurança depois desse episódio, teve de se manter na clandestinidade. Em maio de 1970, exilou-se na França, onde passou a estudar na Universidade de Vincennes. Para se sustentar, lecionava português na escola de línguas Berlitz, em Paris.

Ao saber da prisão e desaparecimento de Stuart, Sônia decidiu voltar ao Brasil e retomar a luta de resistência. Ingressou então na ALN e morou algum tempo no Chile, onde trabalhou como fotógrafa. Posteriormente, em maio de 1973, retornou clandestinamente ao Brasil, estabelecendo-se em São Paulo e depois em São Vicente, onde passou a viver com Antônio Carlos Bicalho Lana.

Presos em novembro do mesmo ano, os dois militantes foram torturados até a morte e enterrados como indigentes no cemitério Dom Bosco, em Perus, na capital paulista. A versão oficial, divulgada em 30 de novembro, dizia que eles haviam morrido em tiroteio, na altura do nº 836 da avenida Pinedo, na Capela do Socorro.

A notícia publicada nos jornais não informava a morte de Sônia, mas de Esmeralda Siqueira de Aguiar. Seus pais, João Luiz e Cléa Moraes,

CAP3_tortura.indd 101 13.03.10 16:56:30

no entanto, identificaram-na imediatamente, pois conheciam o nome falso utilizado pela filha. Anos mais tarde, conseguiram reconstituir os fatos, pelo menos parcialmente.

Em 15 de novembro de 1973, Sônia e Lana alugaram um apartamento em São Vicente, litoral de São Paulo. O local passou a ser vigiado por agentes dos órgãos de segurança, que informaram aos funcionários do condomínio que ali moravam "dois terroristas muito perigosos". A data exata da prisão nunca foi estabelecida, mas sabe-se que era de manhã quando Antônio Carlos e Sônia pegaram o ônibus da Empresa Zefir com destino a São Paulo.

Vários agentes já estavam dentro do coletivo. Simultaneamente, nas imediações da agência de passagens do Canal 1, em São Vicente, encontravam-se outros policiais à espera de que os dois descessem para comprar os bilhetes, que não eram vendidos no próprio ônibus.

Quando lá chegaram, apenas Lana desceu do ônibus. Cinco agentes esperavam dentro da agência e outros chegaram em vários carros. No guichê, o militante entrou em luta corporal com os policiais, mas foi dominado a socos e pontapés, levando uma coronhada de fuzil na boca.

Sônia, ao levantar-se do banco, foi agarrada e levou um pontapé nas costas. Saiu do ônibus algemada pelos pés e foi colocada em um Opala, enquanto Lana foi empurrado para outro carro.

Há duas versões para a morte da militante. A primeira, do primo de seu pai, o coronel Canrobert Lopes da Costa, ex-comandante do DOI-Codi de Brasília e amigo pessoal do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do DOI-Codi de São Paulo: "Depois de presa, do DOI-Codi/SP foi mandada para o DOI-Codi/RJ, onde foi torturada, estuprada com um cassetete e mandada de volta a São Paulo, já exangue, onde recebeu dois tiros".

A segunda, do ex-sargento Marival Dias Chaves do Canto, do DOI-Codi/SP, em entrevista concedida à revista *Veja*, em 18 de novembro de 1992:

CAP3_tortura.indd 102 13.03.10 16:56:30

> Antônio Carlos e Sônia foram presos no Canal 1, em Santos, onde não houve qualquer tiroteio, nem ao menos um tiro, "apenas" a violência dos agentes de segurança que conseguiram imobilizar o casal aos socos, pontapés e coronhadas. [...] Eles foram torturados e assassinados com tiros no tórax, cabeça e ouvido. [...] Foram levados para uma casa de tortura, na zona sul de São Paulo, onde ficaram de cinco a dez dias até a morte, em 30 de novembro. Depois disso, seus corpos foram colocados na porta do DOI-Codi, para servir de exemplo, antes da montagem do teatrinho.

Sônia e Antônio Carlos foram sepultados como indigentes no cemitério de Perus; Sônia com nome falso. Ao final do Auto de Exibição e Apreensão do DOI-Codi, datado de 30 de novembro de 1973, porém, encontra-se a ressalva: "Em tempo: material encontrado em poder de Esmeralda Siqueira Aguiar, cujo nome verdadeiro é Sônia Maria Lopes de Moraes".

Ao tomar conhecimento da morte da filha pelos jornais, os pais de Sônia foram para São Vicente. No apartamento, encontraram cinco agentes dos órgãos de segurança. O pai da militante foi esbofeteado e ameaçado de ser jogado do terceiro andar do prédio. Identificou-se como tenente-coronel e conseguiu ser libertado, com a promessa de permanecer em São Paulo, à disposição do II Exército.

O advogado José Luiz Sobral, amigo da família, procurou o general Adir Fiúza de Castro, também seu amigo e então comandante do DOI-Codi/RJ, para esclarecer as circunstâncias da morte de Sônia e tornou-se portador de um inusitado presente para a família: um cassetete da Polícia do Exército, com a recomendação de que ficassem quietos.

João Moraes guardava o presente como uma relíquia, achando que a crueldade dos porões do regime militar chegara ao ponto de ser aquele o instrumento que matara a filha. Depois de muito relutar

CAP3_tortura.indd 103 13.03.10 16:56:30

em acreditar que Sônia não fora morta no tiroteio informado pelos militares, João Moraes tornou-se uma liderança entre os familiares de mortos e desaparecidos políticos. Foi presidente do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, enquanto sua esposa, Cléa, foi secretária da mesma entidade por muitos anos.

Na ocasião da aprovação da Lei nº 9.140/95 – que reconhece oficialmente como mortas pessoas detidas e desaparecidas entre 2 de setembro de 1961 e 5 de outubro de 1988 em virtude de participação em atividades políticas –, João, já falecido, não presenciou o reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte da filha. Antes de morrer, ele publicou o livro *O calvário de Sônia: uma história de terror nos porões da ditadura*, que registra a história da vida e morte de sua filha, bem como a dolorosa peregrinação que ele e sua esposa realizaram na busca do corpo e do esclarecimento completo de sua morte sob torturas.

Em 19 de setembro de 1992, na gestão de Luiza Erundina como prefeita de São Paulo, foi inaugurado o complexo viário João Dias – nas proximidades da praça Alceu Amoroso Lima e da marginal do rio Pinheiros –, formado por três grandes viadutos. Um deles foi batizado com o nome de Sônia Maria de Moraes Angel Jones.

CAP3_tortura.indd 104 13.03.10 16:56:30

"[...] Fui conduzida para uma casa [...] em Petrópolis. [...] O dr. Roberto, um dos mais brutais torturadores, arrastou-me pelo chão, segurando-me pelos cabelos. Depois, tentou me estrangular e só me largou quando perdi os sentidos. Esbofetearam-me e deram-me pancadas na cabeça. [...] Fui várias vezes espancada e levava choques elétricos na cabeça, nos pés, nas mãos e nos seios. A certa altura, o dr. Roberto me disse que eles não queriam mais informação alguma; estavam praticando o mais puro sadismo, pois eu já havia sido condenada à morte e ele, dr. Roberto, decidira que ela seria a mais lenta e cruel possível, tal o ódio que sentia pelos 'terroristas'. [...] Alguns dias depois, [...] apareceu o dr. Teixeira, oferecendo-me uma saída 'humana': o suicídio. [...] Aceitei e pedi um revólver, pois já não suportava mais. Entretanto, o dr. Teixeira queria que o meu suicídio fosse público. Propôs-me então que eu me atirasse embaixo de um ônibus, como eu já fizera. [...] No momento em que deveria atirar-me sob as rodas de um ônibus, agacheime e segurei as pernas de um deles, chorando e gritando. [...] Por não ter me matado, fui violentamente castigada: uma semana de choques elétricos, banhos gelados de madrugada, 'telefones', palmatórias. Espancaram-me no rosto até eu ficar desfigurada. [...] O 'Márcio' invadia minha cela para 'examinar' meu ânus e verificar se o 'Camarão' havia praticado sodomia comigo. Esse mesmo 'Márcio' obrigou-me a segurar seu pênis, enquanto se contorcia obscenamente. Durante esse período fui estuprada duas vezes pelo 'Camarão' e era obrigada a limpar a cozinha completamente nua, ouvindo gracejos e obscenidades, os mais grosseiros [...]."

(Depoimento originalmente publicado no jornal carioca *O Pasquim*, nº 607, 12 a 18 de janeiro de 1981, pp. 4-5 e 26).

INÊS ETIENNE ROMEU, ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), era bancária quando foi presa em São Paulo (SP), em 5 de maio de 1971. Hoje, vive em Belo Horizonte (MG). Recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos 2009, na categoria Direito à Memória e à Verdade.

CAP3_tortura.indd 105 13.03.10 16:56:40

CAP4_tortura.indd 106 13.03.10 17:00:20

A GUERRILHA DO ARAGUAIA

Entre 1972 e 1974, numa área de 7.000 km² à margem esquerda do rio Araguaia, no sul paraense, desenvolveu-se a chamada Guerrilha do Araguaia, sob a direção do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Seus militantes foram deslocados para aquela região entre 1966 e abril de 1972. Um número indeterminado de camponeses locais teria se juntado a eles.

Assim, no início de 1972, havia quase setenta guerrilheiros, chefiados politicamente pelos dirigentes Maurício Grabois – conhecido na região como Velho Mário – e João Amazonas. Muitos deles usaram nomes falsos e todos assumiram ocupações comuns para se integrar à vida das comunidades. O historiador Jacob Gorender, no livro *Combate nas trevas*, informa que pouco mais de 70% dos militantes provinham da classe média, menos de 10% eram operários e cerca de 20% eram camponeses. Os combatentes tinham, em média, pouco menos de 30 anos. Seguindo a linha maoísta, o PCdoB defendia que a tomada do poder deveria começar em áreas rurais, ganhando a confiança da população e recrutando camponeses para, a partir daí, realizar o "cerco das cidades pelo campo".

No combate à guerrilha, o regime militar mobilizou, de abril de 1972 a janeiro de 1975, entre 3 e 10 mil homens, que se tornaram responsáveis pela metade do número total de desaparecidos políticos no Brasil. A primeira campanha militar teve início nos últimos dias de

CAP4_tortura.indd 107 13.03.10 17:00:22

março e princípios de abril de 1972, após uma operação de mapeamento realizada em fevereiro.

Cerca de 2 mil homens foram utilizados, além de lanchas da Marinha e helicópteros e aviões da Aeronáutica. Os primeiros guerrilheiros aprisionados tiveram suas vidas poupadas e muitos moradores da região foram presos e espancados – pelo menos dois camponeses foram mortos.

Em setembro de 1972, a ação repressiva foi retomada com um efetivo estimado entre 3 e 5 mil homens. Encerrada dois meses depois, deixou um saldo importante de baixas entre os guerrilheiros. Iniciou-se então um período de quase um ano de trégua, utilizado pelo regime para a execução da Operação Sucuri: o emprego de 53 agentes disfarçados, entre eles o major Curió, para um trabalho de inteligência que consistiu em mapear detalhadamente todo o teatro de operações e seus participantes.

Em seguida, em 7 de outubro, foi desencadeada a terceira e última expedição contra a guerrilha: a Operação Marajoara, que mobilizou, além do efetivo já presente no local, entre 250 e 750 militares especificamente treinados para o combate direto aos guerrilheiros e apoiados por helicópteros e aviões. A ordem era não fazer prisioneiros.

Implantou-se novamente o terror contra a população civil e os acampamentos da guerrilha passaram a ser atacados. Calcula-se que 47 combatentes desapareceram e apenas 25 permaneciam vivos em janeiro de 1974, sendo abatidos ou executados até 25 de outubro do mesmo ano. Há informações de que todos os corpos de militantes sepultados na selva foram desenterrados e queimados no topo da serra das Andorinhas, mas tal versão é contestada por alguns familiares dos desaparecidos.

Além disso, novas pistas sobre o ocorrido com os combatentes da guerrilha foram encontradas nos relatórios produzidos pelas três Armas (Exército, Marinha e Aeronáutica) em 1993, a pedido do então ministro da Justiça, Maurício Corrêa.

CAP4_tortura.indd 108 13.03.10 17:00:22

MARIA LÚCIA PETIT DA SILVA (1950-1972)

Filiação: Julieta Petit da Silva e José Bernardino da Silva Júnior

Data e local de nascimento:
20/3/1950, Agudos (SP)
Data do desaparecimento:
16/6/1972

Maria Lúcia Petit da Silva e Bergson Gurjão Farias foram os únicos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia que tiveram, até agora, o direito de serem sepultados por suas famílias. Morta aos 22 anos de idade, Maria Lúcia foi sepultada pela família em Bauru (SP) em 16 de junho de 1996. Estava desaparecida desde 1972.

Cursou o primário, o ginasial e os dois primeiros anos do curso normal em Duartina (SP), vindo a concluí-lo em São Paulo, no Instituto de Educação Fernão Dias, em 1968, quando participou do movimento estudantil secundarista. Em 1969, prestou concurso para o magistério. Foi professora primária na Vila Nova Cachoeirinha, na capital paulista.

No início de 1970, tomou a decisão de desenvolver sua militância política no interior do Brasil. Integrada ao PCdoB, foi para Goiás e, em seguida, para o sul do Pará, fixando-se na área de Caianos. Trabalhou na região ensinando crianças, às quais dedicava muito carinho, e também em atividades de plantio, conquistando simpatia entre os moradores das redondezas.

Conforme depoimento de Regilena Carvalho Leão de Aquino, uma das poucas sobreviventes da guerrilha e companheira de Jaime Petit, irmão de Maria Lúcia, "nas primeiras horas do dia 16 de junho de 1972, a menos de 2 km da casa do 'João Coioió', Jaime [Jaime Petit da Silva], Daniel [Daniel Ribeiro Callado] e eu fomos acordados pelo disparo de um tiro ao longe e um outro tiro em seguida. Da mesma direção dos sons dos disparos, metralhadoras foram acionadas, quando o ruído distante de um helicóptero em movimento tornava-se próximo das imediações. Estávamos acampados na retaguarda, aguardando Maria [Maria Lúcia Petit da Silva], Cazuza [Miguel Pereira dos

CAP4_tortura.indd 109 13.03.10 17:00:22

Santos] e Mundico [Rosalindo de Souza] para ajudá-los no transporte dos mantimentos encomendados ao 'João Coioió'. Retiramo-nos imediatamente e, ao final da tarde, acampamos nas cabeceiras da chamada Grota da Cigana. Momentos mais tarde, enquanto preparávamos o jantar – milho maduro em água e sal, cozido em fogo brando – para esperar os três companheiros ausentes, surgiram Cazuza e Mundico, ensopados de suor e aflição. Perguntei pela Maria e a resposta do Cazuza foi direta e crua: 'A reação a matou'".

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCdoB)

É comum apontar 1962 como o ano de seu nascimento, após a ruptura com o PCB, criticado por sua linha pacífica. Entretanto, o PCdoB sempre reivindicou ser o continuador autêntico do partido fundado em 1922. Ao adotar a fórmula maoísta do "cerco das cidades pelo campo" após o golpe, o partido passou a dedicar-se, entre 1966 e 1972, a implantar seus quadros no sul do Pará, processo que resultaria na "Guerrilha do Araguaia", série de combates, choques, prisões, torturas e execuções sumárias que se estenderam até o final de 1974. Nos anos seguintes, o PCdoB conseguiu recompor seu aparelho partidário, enraizando-se de forma expressiva no meio estudantil. Em dezembro de 1976, no entanto, foi vítima da chamada "Chacina da Lapa": execução de três altos dirigentes e prisão de vários outros de seus membros, localizados pela repressão em uma reunião clandestina em São Paulo. Em 1978, desvincula-se do maoísmo, mas mantém laços estreitos no campo internacional, durante alguns anos, com a Albânia. Nos anos 1980, atuou no âmbito do PMDB, elegendo quadros parlamentares. Após a Emenda Constitucional de 1985 que legalizou, depois de quarenta anos de banimento, a presença de partidos comunistas no sistema eleitoral brasileiro, o PCdoB consolidou-se como partido institucionalizado e portador de força política crescente no cenário nacional.

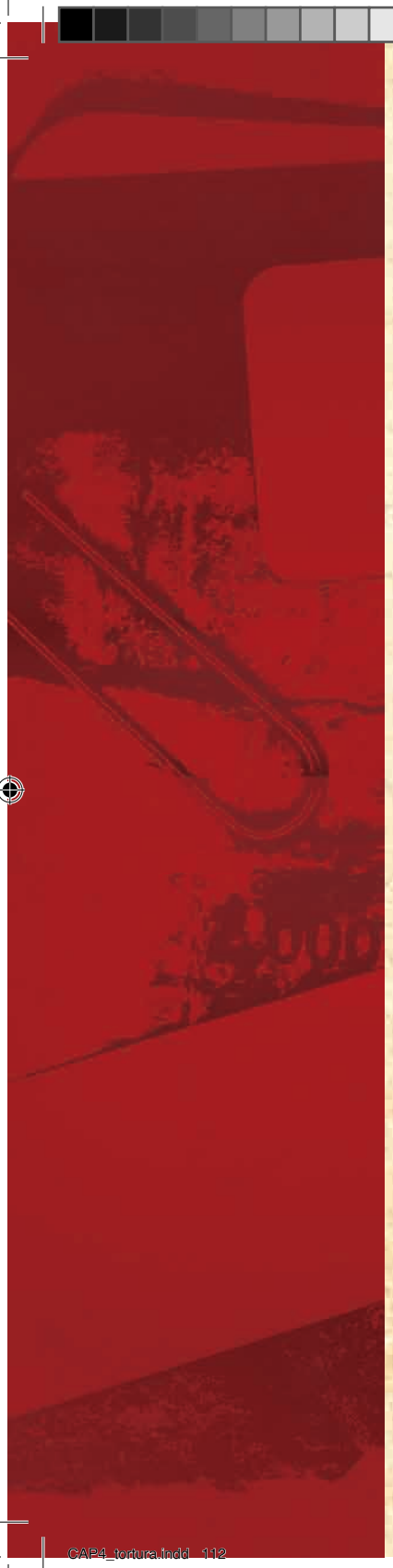
CAP4_tortura.indd 110 13.03.10 17:00:23

Regilena conta também que, quando esteve presa na base militar de Xambioá, alguns oficiais mostraram-lhe objetos de uso pessoal de Maria Lúcia: "um par de chinelos de sola de pneu com alças retorcidas de nylon azul-claro e uma escova de dentes de cor amarela e com o cabo quebrado". Ela reconheceu os objetos como pertencentes a Maria, que os guardava em um bornal de lona verde, permanentemente usado a tiracolo. Segundo Regilena, os militares afirmaram que Maria Lúcia fora enterrada em São Geraldo (PA), cidade em frente a Xambioá, na outra margem do Araguaia.

Em 1991, familiares de mortos e desaparecidos do Araguaia, juntamente com membros da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e uma equipe de legistas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), estiveram em um cemitério da cidade de Xambioá, onde exumaram duas ossadas. Uma delas era de uma mulher jovem, enrolada num pedaço de paraquedas. A ossada foi identificada pelo Departamento de Medicina Legal da Unicamp, em 14 de maio de 1996, como sendo de Maria Lúcia, depois que o jornal *O Globo* apresentou fotos em que seu corpo aparecia envolto em um paraquedas igual ao que foi encontrado junto à ossada em Xambioá.

Merece registro também a análise feita por Elio Gaspari no livro *A ditadura escancarada*: "Os militares enterraram Maria num cemitério de Xambioá, com o corpo embrulhado num pedaço de paraquedas e a cabeça envolta em plástico. A ditadura fixara um padrão de conduta. Fazia prisioneiros, mas não entregava cadáveres. Jamais reconheceria que existissem. Quem morria, sumia. Esse comportamento não pode ser atribuído às dificuldades logísticas da região, pois a tropa operava de acordo com uma instrução escrita: 'Os PG [prisioneiros de guerra] falecidos deverão ser sepultados em cemitério escolhido e comunicado. Deverão ser tomados os elementos de identificação (impressões digitais e fotografias)'".

CAP4_tortura.indd 111 13.03.10 17:00:23



"Fui levada para o Dops, onde me submeteram a torturas como cadeira do dragão e pau de arara. No pau de arara, davam choques em várias partes do corpo, inclusive nos genitais. De violência sexual, só não houve cópula, mas metiam os dedos na minha vagina, enfiavam cassetete no ânus. Isso, além das obscenidades que falavam. Havia muita humilhação. Eles tiravam sarro ao mesmo tempo que nos batiam. E eu fui muito torturada, juntamente com o Gustavo [Buarque Schiller], porque descobriram que era meu companheiro. E ele fazia parte da direção da VAR-Palmares. A pior coisa que existe é ver um companheiro ser torturado. Uma vez, eles simularam que iam me degolar. Pegaram uma facona, saíram comigo e disseram para o Gustavo: 'É a última vez que você vai vê-la'. Aí, eles saíram comigo com aquela faca na garganta e me botaram numa kombi. Depois, pararam o carro e ficaram discutindo o que fazer comigo. Acabaram me deixando de volta no presídio. Foi uma encenação, mas achei que estava indo ser morta. Isso me deixou com trauma durante muitos anos. Eu não conseguia mexer com faca grande na cozinha... No total, fiquei presa durante um ano e meio."

IGNEZ MARIA RAMINGER, ex-militante da VAR-Palmares, era estudante de Medicina Veterinária quando foi presa em 5 de abril de 1970, em Porto Alegre (RS). Hoje, vive na mesma cidade, onde é técnica da Secretaria Municipal de Saúde.

CAP4_tortura.indd 112 13.03.10 17:00:33

HELENIRA RESENDE DE SOUZA NAZARETH (1944-1972)

Filiação: Euthália Resende de Souza Nazareth e Adalberto de Assis Nazareth

Data e local de nascimento:
11/1/1944, Cerqueira César (SP)
Data do desaparecimento:
28 ou 29/9/1972

Nascida na pequena cidade de Cerqueira César, próxima a Avaré, no interior paulista, Helenira mudou-se aos 4 anos para Assis, onde cresceu. Concluiu ali o curso clássico no Instituto de Educação Prof. Clibas Pinto Ferraz, onde foi uma das fundadoras do grêmio de representação dos alunos.

Mudou-se então para São Paulo e cursou Letras na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), localizada, naquele tempo, na rua Maria Antônia. Na época, foi eleita presidente do Centro Acadêmico.

Tornou-se importante liderança no movimento estudantil, sendo conhecida também pelo apelido de "Preta". A primeira prisão de Helenira aconteceu em junho de 1967, quando escrevia nos muros da Universidade Mackenzie, na própria rua Maria Antônia, a frase: "Abaixo as leis da ditadura". Voltou a ser presa em maio de 1968, quando convocava colegas para uma passeata na capital paulista.

Naquele mesmo ano de fortes mobilizações estudantis, foi presa pela terceira vez em Ibiúna (SP), agora como delegada no 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade da qual era vice-presidente.

Na ocasião, quando o ônibus que transportava estudantes presos passou pela avenida Tiradentes, Helenira conseguiu entregar, a um transeunte, um bilhete para ser levado à sua residência, no Cambuci, avisando sua família sobre a prisão.

Apontada como liderança no movimento estudantil, foi transferida do Presídio Tiradentes para o Dops. Depois, a estudante seria levada para o presídio feminino do Carandiru, onde ficou detida por dois meses. A família conseguiu libertá-la mediante *habeas corpus* na véspera

CAP4_tortura.indd 113 13.03.10 17:00:33

da edição do AI-5. A partir de então, Helenira, que já era militante do PCdoB, passou a viver e a atuar na clandestinidade, morando em vários pontos da cidade e do país antes de se mudar para o Araguaia.

Conhecida como Fátima naquela região, integrou o Destacamento A da guerrilha, unidade que recebeu seu nome depois que ela foi morta, em 28 ou 29 de setembro de 1972. Teria matado um militar e atingido outro, antes de ser ferida e morta. Metralhada nas pernas e torturada até a morte, segundo depoimento da ex-presa política Elza de Lima Monnerat na Justiça Militar, foi enterrada na localidade de Oito Barracas.

O jornal *A Voz da Terra*, de Assis, publicou na edição de 8 de fevereiro de 1979, extensa reportagem sob o título "A comovente história de Helenira". A matéria descreve sua juventude na cidade: era filha de um médico negro, conhecido e respeitado por suas tendências humanistas. Informa também que a jovem se destacou como atleta, com desempenho especial na equipe de basquete da cidade, uma das melhores na região sorocabana. De acordo com esse jornal, o lugar onde Helenira tombou ferida se tornou uma poça de sangue, segundo soldados do Pelotão de Investigações Criminais, confirmando que a coragem da moça irritou a tropa.

No "Livro Negro" do Exército, divulgado pela imprensa em abril de 2007, consta, a respeito dela, na página 724: "No dia 28 [de setembro de 1972], um grupo que realizava um patrulhamento quase caiu numa emboscada fatal. No entanto, falhou a arma ou fraquejou um dos terroristas e o grupo foi alertado. Como se tratasse de uma passagem perigosa, o grupo tinha exploradores evoluindo pela mata, os quais reagiram a tempo. O terrorista cuja arma falhara logrou fugir. O outro, que abriu fogo com uma espingarda calibre 16, caiu morto no tiroteio que se seguiu. Trata-se de Helenira Resende de Souza Nazareth (Fátima), do destacamento A".

CAP4_tortura.indd 114 13.03.10 17:00:34

No livro *A lei da selva*, o jornalista Hugo Studart transcreve o seguinte trecho do diário do dirigente do PCdoB, Maurício Grabois, de autenticidade ainda não comprovada, cuja narração tem pontos comuns e pontos divergentes em relação ao Relatório Arroyo, acerca de Helenira:

> Novas informações foram trazidas sobre o incidente em que o co Flávio tombou sem vida. Os combatentes do DA [Destacamento A] estavam preparando uma emboscada. Dividiram-se em dois grupos que deveriam atuar em conjunto. Um sob o comando do Pe, da CM [Comissão Militar], e outro sob a direção de Nu. Este último, que vinha na frente, deixou no caminho da corrutela de S. José dois observadores, Lauro e Fátima, e fez alto a uma certa distância. Precisamente nesse momento surgiu na estrada uma força inimiga de dezesseis homens que acompanhava quatro burros tropeados pela Edith. À frente da unidade do Exército vinham três batedores (o que levou Isauro a pensar que a tropa era constituída apenas de três soldados). Um deles, o sargento, veio para o lado do barranco onde estavam nossos combatentes. Lauro, que portava arma longa semiautomática de nove tiros, atrapalhou-se com a arma, não atirou e fugiu. O milico pressentiu a Fátima e disparou o FAL em sua direção. Esta, com sua arma de caça 16, o fuzilou. Em seguida, correu e se entrincheirou mais adiante. Um soldado, que pesquisava o local à sua procura, foi por ela abatido mortalmente com tiros de revólver 38. Ferida nas pernas, foi presa. Perguntaram-lhe onde estavam seus co. Respondeu que poderiam matá-la, pois nada diria. Então os milicos a assassinaram friamente. Seu corpo foi enterrado nas Oito Barracas, para onde foi transportado em burro.

Um relatório do Ministério Público Federal de São Paulo, assinado pelos procuradores Marlon Alberto Weichert, Guilherme Schelb,

CAP4_tortura.indd 115 13.03.10 17:00:34

Ubiratan Cazetta e Felício Pontes Jr., de 28 de janeiro de 2002, também registra, a partir de depoimentos tomados de moradores da área quase trinta anos depois:

> Helenira Rezende (Fátima) foi vista por um depoente, baleada na coxa e na perna, sendo carregada em cima de um burro de um morador da região, próximo à localidade de Bom Jesus. Outro depoente ouviu referências de que Fátima foi vista na base de Oito Barracas. E um terceiro conta que 'ouviu falar' ter Fátima chegado já morta a Oito Barracas, em função de ferimentos.

Os procuradores também registram como possível local de sepultamento as proximidades do igarapé Tauarizinho, na base de Oito Barracas.

Em sua homenagem, o sindicalista Chico Mendes, conhecido mundialmente pela luta em defesa da floresta Amazônica, assassinado por fazendeiros em 22 de dezembro de 1988, deu o nome Helenira a sua primeira filha.

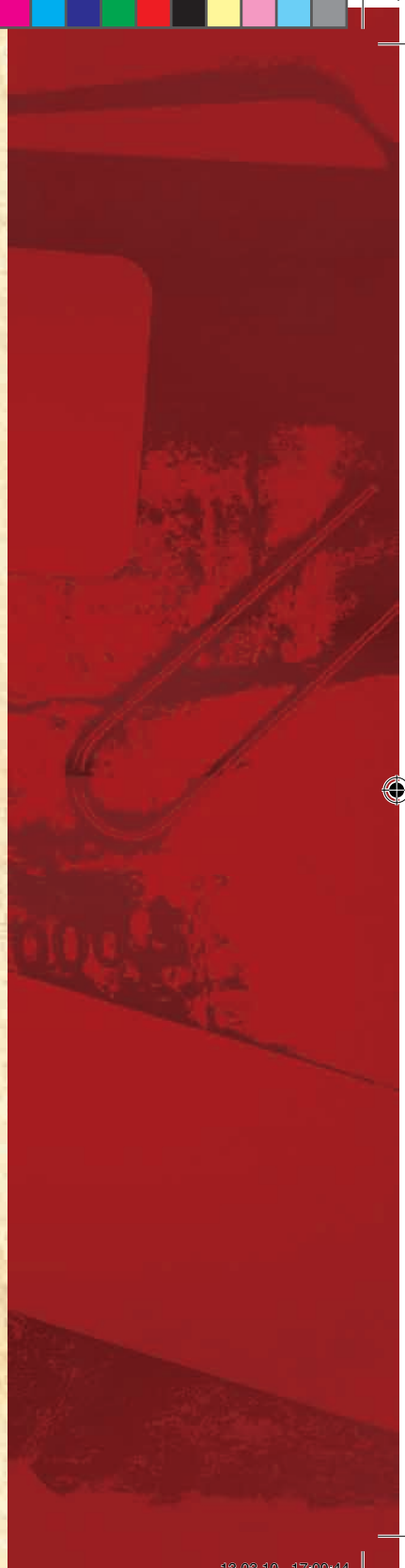
RELATÓRIO ARROYO

Uma das principais fontes documentais sobre a Guerrilha do Araguaia, o Relatório Arroyo foi escrito por Ângelo Arroyo, dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e um dos únicos combatentes a sobreviver ao cerco promovido pelo Exército aos guerrilheiros baseados no sul do Pará. O documento concentra, até hoje, boa parte das informações existentes sobre os mortos e desaparecidos na época, trazendo importante contribuição para as investigações sobre o ocorrido. Em 16 de dezembro de 1976, Arroyo foi um dos integrantes do PCdoB fuzilados em São Paulo pelas forças de segurança, no episódio que ficou conhecido como Chacina da Lapa.

CAP4_tortura.indd 116 13.03.10 17:00:35

"Cheguei em casa depois da minha segunda prisão e meu filho Aritanã Machado Dantas, então com nove anos, não estava lá. Me explicaram que a tia e a avó dele tinham passado para pegá-lo. Liguei para o meu sogro, o general aposentado Altino Rodrigues Dantas, informando que iria buscar meu filho. Fui aconselhada a ir buscá-lo no outro dia. Na manhã seguinte, informou que a pedido de sua mulher, Odete, tinha entrado com processo de destituição de pátrio poder contra mim e meu companheiro, Altino Rodrigues Dantas Júnior. Em 27 de dezembro de 1974, perdi a tutela do meu filho por uma sentença em primeira instância proferida pelo juiz Luciano Ferreira Leite. Estava no oitavo mês de gravidez do meu segundo filho, fruto de um novo relacionamento e, em decorrência da forte emoção, perdi o bebê. Os advogados de acusação foram Paulo da Costa Manso, Murilo da Costa Manso e Cássio da Costa Carvalho. No meio judiciário, essa sentença foi considerada inédita na história do Direito. Era a primeira vez que por razões ideológicas, e não pelos dispositivos do código civil, se cancelava o pátrio poder sobre um menor. Essa luta durou dois anos. Meu filho ficou com os avós, e eu tinha restrições totais de encontrá-lo. O advogado da avó do meu filho dizia que ela não podia me deixar entrar em sua casa porque eu era uma terrorista. Durante seis meses, eu tinha autorização de ver meu filho da seguinte forma: eu subia com meu advogado até a porta do apartamento e ficávamos no hall; eu ficava sentada no chão, brincando com ele durante uma hora. É muito importante ressaltar o papel dos advogados nesse período. O escritório era do Iberê Bandeira de Melo e participaram de todo o processo os advogados Pedro Paulo Negrini e Marco Antônio Nahum. Depois de seis meses, conseguimos entrar no apartamento. Então, ficávamos na sala eu, os advogados e a avó do meu filho, porque meu sogro tinha se suicidado no meio desse processo. Consegui reaver a guarda do meu filho em 10 de setembro de 1976, numa sentença de segunda instância."

LENIRA MACHADO DANTAS, ex-militante da Ação Popular (AP) e do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), trabalhava como analista de projetos quando foi presa pela segunda vez, em 3 de abril de 1974, em São Paulo (SP). Hoje, vive entre São Paulo e Brasília, onde trabalha como consultora do Ministério do Turismo.



CAP4_tortura.indd 117 13.03.10 17:00:44

Data e local de nascimento:
22/6/1944, São Gonçalo (RJ)
Data do desaparecimento:
24/10/1973

LÚCIA MARIA DE SOUZA (1944–1973)

Filiação: Jovina Ferreira e José Augusto de Souza

Estudante da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, Lúcia Maria participava do movimento estudantil como integrante do PCdoB. Era responsável pela impressão e distribuição do jornal *A Classe Operária*, no Rio de Janeiro, nos anos de 1969 e 1970, atividade que realizava junto com Jana Moroni, também desaparecida no Araguaia. Afrodescendente, cursava o quarto ano da faculdade e era estagiária do Hospital Pedro Ernesto quando entrou para a clandestinidade, indo viver na região do Araguaia, próximo de Brejo Grande.

Vivia com Libero Giancarlo Castiglia, também desaparecido. Destacou-se como parteira e no trabalho pesado de derrubada da mata. Era membro do Destacamento A, utilizando o nome Sônia. Em combate, foi ferida e morreu em 24 de outubro de 1973, próximo da grota Água Fria, onde seu corpo teria sido abandonado, conforme depoimento de Agenor Morais da Silva.

De acordo com o Relatório Arroyo, "no dia 23, pela manhã, dois outros companheiros foram levar, até a estrada que vai para São Domingos, um rapazinho que, por acaso, se encontrava com os nossos. Nesse mesmo dia, os demais, em número de onze, deslocaram-se para a margem esquerda do Fortaleza. Dois helicópteros e um avião começavam a sobrevoar a área. No dia 24, Sônia (Lúcia Maria de Souza) e Manuel (Rodolfo de Carvalho Troiano) foram ao encontro dos dois que haviam levado o rapazinho. Não encontraram. À tarde, novamente Sônia e Wilson (elemento de massa) voltaram ao local de encontro. Recomendou-se que não fossem por um piseiro antigo, pois ali poderia haver soldados emboscados. Acontece que Sônia acabou indo pelo piseiro e, como decidisse caminhar descalça, deixou a botina no caminho. Quando voltou, não encontrou a botina. Pensou que fosse brincadeira de gente de massa. Chamou por um nome conhecido. Apareceu uma

CAP4_tortura.indd 118 13.03.10 17:00:44

patrulha do Exército, que atirou nela, deixando-a ferida. Os soldados – segundo relatou gente de massa – perguntaram-lhe o nome. E ela respondeu que era uma guerrilheira que lutava por liberdade. Então, o que comandava a patrulha respondeu: 'Tu queres liberdade. Então toma...' – desfechou vários tiros e a matou. Wilson conseguiu escapar".

O "livro negro do terrorismo", elaborado pelo Centro de Informações do Exército (CIE) por determinação do ministro Leônidas Pires Gonçalves, registra: "Ainda no mês de outubro, nessa mesma região, helicópteros assinalaram um grupo de terroristas deslocando-se pela estrada que demanda a São Domingos. Orientada uma patrulha para a área, houve o encontro do qual resultou um terrorista morto e possivelmente pelo menos um ferido. O morto seria identificado como Lúcia Maria de Souza (Sônia)".

O relatório do Ministério do Exército afirma que ela "foi morta no dia 24/10/1973, em confronto com as forças de segurança ocorrido entre Xambioá (GO) e Marabá (PA)". Em entrevista à revista *IstoÉ* (4/9/1985), o então major Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió – atualmente coronel da reserva e um dos primeiros oficiais do CIE enviado ao Araguaia –, revelou que Lúcia foi ferida, caiu e sacou um revólver escondido na bota, ferindo-o no braço e um capitão do CIE, Lício Augusto Ribeiro Maciel, no rosto.

Com base no Dossiê Araguaia, escrito por militares que participaram da repressão à guerrilha, o jornalista Hugo Studart explica que a guerrilheira, mesmo ferida, arrastou-se, embrenhando-se na mata, e foi perseguida por dois militares do Exército – um deles chamado Javali Solitário ou J. Peter, suboficial, e o outro, sargento, de codinome Cid, autor do relato: "Eram umas 17h30 e já escurecia. Eu e o Javali fomos atrás da Sônia, que havia entrado em uma mata de capim de mais ou menos 1 metro de altura. Quando chegamos, ela estava deitada de costas, com o 38 ainda na mão, muito ferida. Respirava com dificuldade, tinha muitas balas de 9 mm no corpo [...]. Ao chegarmos, ela quis levantar a arma. Eu pisei em seu braço e perguntei seu nome. Ela disse: 'Guerrilheiro não tem nome'. Eu respondi: 'Nem nome

CAP4_tortura.indd 119 13.03.10 17:00:44

nem vida'. Eu e o Javali apontamos juntos nossas metralhadoras para dar o tiro de misericórdia. Não soltamos mais os gatilhos. Ela ia morrer mesmo, só reduzimos o sofrimento dela. Só paramos quando as balas das nossas metralhadoras terminaram. Ela ficou com mais de oitenta furos".

Elio Gaspari, em *A ditadura escancarada*, descreve com detalhes a morte de Lúcia Maria, a Sônia, e desfaz fantasias de algumas importantes fontes militares sobre o episódio: "Anos depois, o general Hugo Abreu, que comandava a tropa paraquedista, contou a seguinte história: 'Lembro-me de um casal que matamos – eles mataram um major e eu tive de mandar matá-los. A moça deveria ter uns 20 anos e era belíssima, o rapaz, uns 25 anos. Digo a vocês que não sentia ódio dos guerrilheiros. No caso desse casal, o que senti foi pena'. Hugo Abreu revelava seu mundo de fantasias. Não morreu major no Araguaia. A guerrilheira não foi morta por ordem de ninguém, mas na cena do combate em que feriu os dois oficiais. [...] Três moradores da região asseguram que o corpo de Sônia ficou na lama da Borracheira. Tornou-se repasto de animais".

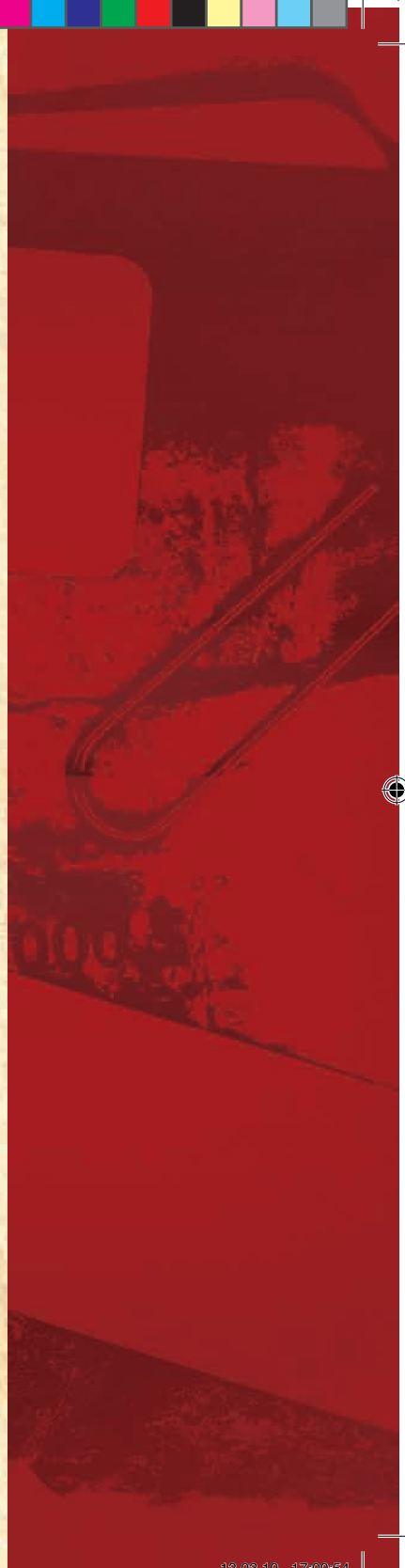
ELEMENTOS DE MASSA

O termo era utilizado pelos participantes da Guerrilha do Araguaia para designar os moradores da região – sobretudo camponeses – que colaboravam com os combatentes do PCdoB. O número total dos chamados "elementos de massa" era subestimado até meados de julho de 2009, quando matéria publicada no jornal *O Estado de S.Paulo* revelou o conteúdo dos documentos escritos sobre a época pelo major Curió, um dos agentes de repressão à guerrilha. Segundo suas informações, o partido teria recrutado 20 moradores locais como guerrilheiros, enquanto outros 158 teriam prestado outros tipos de apoio, como a ajuda em hospedagem e alimentação dos combatentes, além de alertas sobre a presença do Exército na região. Como resultado de tal suporte, grande parte dos colaboradores foi presa, torturada ou executada.

CAP4_tortura.indd 120 13.03.10 17:00:45

"Estávamos na nossa casa em Atibaia. Éramos eu, meu marido e meus filhos. A polícia cercou a casa, arrebentou o portão e bateu na porta. Meu marido estava dormindo. Mandaram chamá-lo e queriam levá-lo para prestar esclarecimento, mas ele pegou um fuzil e disse que não ia. Quando ele saiu na porta, a bala já bateu no peito dele, mas ele ainda estava vivo. Quando caiu, deram trinta, quarenta balas no corpo. O último foi na cabeça. Foi aí que ele morreu, e todos os homens entraram na casa. Eles diziam: 'Mata ela e os filhos dela, mata essa puta'. Saquearam a casa toda. Lá era um aparelho, tinha todo o material da organização e muitas armas. Quando eu cheguei na delegacia, o pau comeu solto: arrancaram os meninos de mim, me jogaram no chão, pisaram em cima de mim, eu rolava no chão toda ensanguentada. Aí, começaram a vir os homens da Oban. Era soco, pontapé, batiam no meu quadril. Apanhei tanto na boca que a dentadura enganchou na gengiva. Minha boca ficou toda inchada, cheia de dentes quebrados. De madrugada, me levaram para São Paulo, para a Operação Bandeirante, onde eu fiquei 23 dias apanhando. Era choque, choque, choque todo santo dia. Eu me urinava toda, e eles berravam: 'Essa mulher tá podre, tira essa mulher fedorenta daqui'. Minha vagina ficou toda arrebentada por causa dos choques. Eu tive de fazer uma operação em Cuba, onde levei noventa pontos. Meu útero e minha bexiga ficaram para fora, eu estou viva por um milagre. Também levei muita porrada, muito soco na bunda. Fiquei completamente arrebentada, foi muito sofrimento. Nesses dias, eu não conseguia comer, porque, além da comida parecer 'resto', cheia de ponta de cigarro e palito, eu estava com a boca inchada. Então, só tomava uma xícara de café. Tinha também xingamento dos nomes mais pesados. De vez em quando, vinham e davam uma bofetada na nossa cara."

DAMARIS LUCENA, ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), era feirante quando foi presa em 20 de fevereiro de 1970, em Atibaia (SP). Hoje, vive em São Paulo (SP).



CAP4_tortura.indd 121 13.03.10 17:00:54

Data e local de nascimento:
10/6/1948, Fortaleza (CE)
Data do desaparecimento:
entre 2/1 e 11/2/1974

JANA MORONI BARROSO (1948-1974)

Filiação: Cyrene Moroni Barroso e Benigno Girão Barroso

Cearense de uma conhecida família de Fortaleza, Jana cresceu em Petrópolis (RJ), onde praticou escotismo, primeiro como "lobinha" e depois como "bandeirante". Concluiu naquela cidade o ensino médio e cursou até o quarto ano de Biologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde se integrou à Juventude do PCdoB. Trabalhou, com outros companheiros, como responsável pela imprensa clandestina do partido.

Em 21 de abril de 1971, foi deslocada para a localidade de Metade, região do Araguaia, onde exerceu a atividade de professora e ficou conhecida como Cristina, integrando o Destacamento A da guerrilha. Dedicou-se também a atividades de caça e ao plantio. Casou-se com Nelson Lima Piauhy Dourado. Ao se despedir dos pais, deixou-lhes uma carta em que explicava as razões de sua opção política e um exemplar do clássico de Gorki, *A mãe*, que narra uma sensível história de amor entre um militante socialista e sua mãe na Rússia czarista.

No livro *Operação Araguaia*, Taís Morais e Eumano Silva escrevem: "Em entrevista ao historiador Romualdo Pessoa Campos Filho, o morador José Veloso de Andrade contou que Cristina morreu nas mãos dos militares. Segundo o depoimento do ex-mateiro Raimundo Nonato dos Santos, o Peixinho, para o Ministério Público, Jana teria sido presa em um local chamado Grota da Sônia. Ela se deslocava para o ribeirão Fortaleza para encontrar Duda (Luiz René Silveira e Silva). Raimundo, já preso, foi obrigado a levar os militares ao ponto. Ao avistá-la, teria feito sinal para que fugisse, mas outra equipe já a cercava. Cristina estava desarmada, mas um soldado disparou contra ela. Raimundo afirma que Jana foi deixada no local, insepulta. Apenas uma foto teria sido feita".

Raimundo Nonato relata, em outro depoimento, que "Cristina foi

CAP4_tortura.indd 122 13.03.10 17:00:54

presa perto de um local chamado Grota da Sônia em homenagem a uma outra guerrilheira, que gostava muito daquele lugar; que quando viu a Cristina, que estava desarmada, ainda fez sinal para que ela fugisse, no entanto, outra equipe já vinha entrando, a qual estava sendo guiada pelo Taveira. O soldado Silva atirou na Cristina, que morreu na hora. O comandante da operação chegou a criticar o soldado porque a guerrilheira estava desarmada e podia ser pega viva. O corpo da Cristina foi deixado largado, não foi enterrado nem retirado nenhum pedaço para identificação. Nessa ocasião foi tirada a foto que foi objeto de reconhecimento posterior [...]".

Elio Gaspari, em *A ditadura escancarada*, traz outras informações colhidas na mesma fonte: "José Veloso de Andrade, um cearense que sobrevivera à seca de 1932 e desmatava a região desde 68, soube o que aconteceu a Cristina: 'Ela morreu o seguinte: eles andava com uma equipe, a equipe do... chamavam ele dr. Terra [...]. Aí, toparam nela [...]. Não foi combate... [...] eles pressentiram o pessoal do Exército, ela correu [...]. Um guia atirou nela. Era o Zé Catingueiro, atirou nela, deu chumbo, mas o chumbo era pequeno, e ela não morreu logo, mas ela morreu... A flor da subversão na boniteza".

Em vários outros depoimentos, no entanto, a versão é que Jana foi presa viva. Assim testemunhou um camponês que foi guia do Exército: "Nós chegamos no 'sapão' [helicóptero] na cabeceira do Caiano. Nós estávamos acampados de tardezinha, todo mundo na folha, quando vimos aquela mulher vir tomando chegada. Aí os soldados alvoroçaram para atirar e o sargento falou com os soldados: 'Não atira não, deixa ver quem é primeiro'. Todo mundo ficou em ponto de tiro. Agora, eu não, eu não ficava em ponto de tiro. Ficava com a FAL de um jeito para não desconfiarem. Aí, ela chegou a uma distância como daqui àquele pauzinho ali. Aí pegaram e irradiaram para o comando de Pontão na mesma hora. Aí o 'sapão' veio e pegou ela. Botaram dentro de um saco e botaram o saco dentro de uma caixa, de uma

CAP4_tortura.indd 123 13.03.10 17:00:54

jaula, não sei o que era, e trouxeram para Xambioá... Eu só vi ela essa vez... Era ela mesma. Eu vi sim. Eles me mostraram a fotografia dela. Eles me mostraram idêntica que está neste retrato aí. É fotografia dela, pura... Foi bem no fim. Agora, eu não sei se eles mataram ela, se prenderam. Só sei que ela foi pega à mão. Eu vi bem, com esses dois olhos, aqui. Ela veio pedindo por tudo mesmo, chorando mesmo. Ela já estava nua. Roupa toda rasgada. Estava vestida de maiozinho e uma blusinha. Estava toda desprevenida, já".

Na mesma linha, José da Luz Filho, lavrador cujo pai ficou sete meses preso em Marabá, relatou: "A Cristina e o Nelito foram presos e levados para Bacaba".

A mãe de Jana, Cyrene Moroni Barroso, visitou várias vezes a região do Araguaia e recorreu aos poderes públicos na busca de informações sobre o paradeiro da filha. Segundo depoimentos colhidos por Cyrene, Jana foi presa e levada para Bacaba, na rodovia Transamazônica, onde operava um centro de torturas. Segundo os moradores da região, na localidade também existe um cemitério clandestino. Conforme o relato de sua mãe, Jana teria sido amarrada praticamente nua e colocada dentro de um saco, que foi içado por um helicóptero. Isso teria ocorrido nas proximidades de São Domingos do Araguaia.

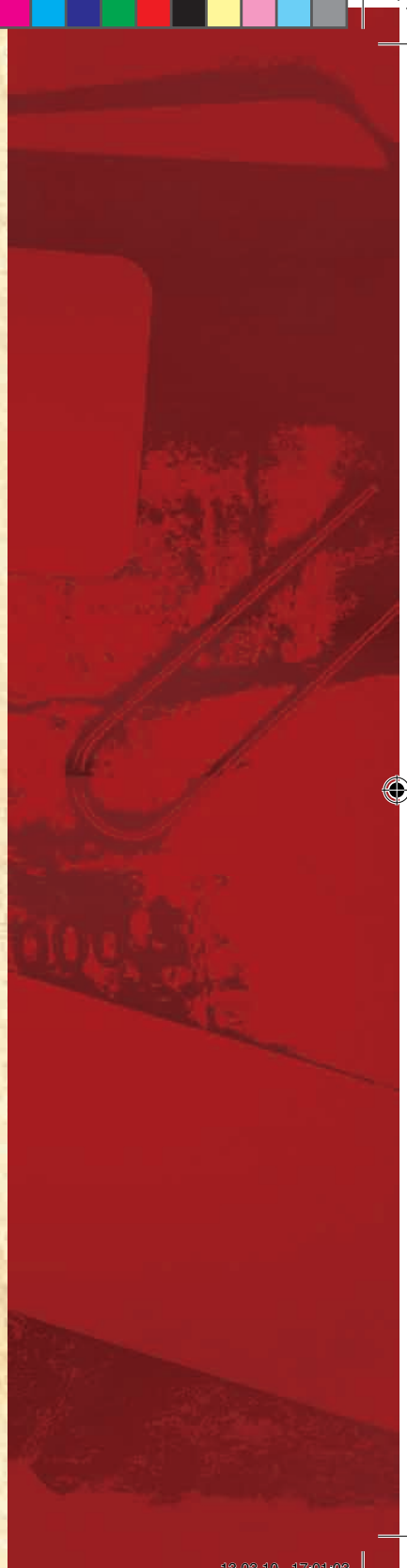
A discrepância entre a data de sua morte (8 de fevereiro de 1974), indicada no relatório apresentado em 1993 pelo Ministério da Marinha ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, e os convergentes depoimentos apontando sua prisão em 2 de janeiro do mesmo ano indica que Jana foi presa viva. Tanto o livro de Hugo Studart, baseado no Dossiê Araguaia, quanto a série de matérias publicadas no jornal *O Globo* em 1996 apresentam como data de sua morte 11 de fevereiro de 1974, três dias depois da apontada pela Marinha.

Em Petrópolis, a cidade onde cresceu, existe, hoje, um centro público de obstetrícia com seu nome: Maternidade Jana Moroni Barroso.

CAP4_tortura.indd 124 13.03.10 17:00:55

"Minha filha nasceu em setembro de 1976, durante o governo Geisel. Eu tive de fazer o parto num hospital privado, fiz uma cesariana, sofri muita pressão. Eles diziam que tinha de fazer como na Indonésia: matar os comunistas até a terceira geração para eles não existirem mais. E depois, a entrega da minha filha foi muito difícil. Eu a entreguei para a minha sogra, pois minha família estava toda no exílio. Foi a pior coisa da minha vida, a mais dolorida. A separação de uma criança com três meses é muito dura para uma mãe, é horrível. É uma coisa que nunca se supera. É um buraco. De toda a minha história, essa é a mais dramática. A minha gravidez resultou do primeiro caso de visita íntima do Rio de Janeiro. Meu marido estava preso na ilha Grande e, quando da passagem do governo Médici para o Geisel, havia uma reivindicação para que nos encontrássemos. Fazia cinco anos que não nos víamos. Foi nessa conjuntura que eu fiquei grávida. A nossa prisão foi muito violenta. Fomos levados para o DOI-Codi, onde fomos muito torturados. As torturas foram tudo que você pode imaginar. Pau de arara, choque, violência sexual, pancadaria generalizada. Quando chegamos lá, tinha um corredor polonês. Todas as mulheres que passaram por ali sofreram com a coisa sexual. Isso era usado o tempo todo."

JESSIE JANE, ex-militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), era estudante secundarista quando foi presa em 1º de julho de 1970, no Rio de Janeiro (RJ). Hoje, vive na mesma cidade, onde é professora do curso de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



CAP4_tortura.indd 125 13.03.10 17:01:03

Data e local de nascimento:
30/4/1945, Rio de Janeiro (RJ)
Data do desaparecimento:
2/1/1974

MARIA CÉLIA CORRÊA (1945-1974)

Filiação: Irene Creder Corrêa e Edgar Corrêa

Nascida no Rio de Janeiro, Maria Célia era bancária e estudante de Ciências Sociais na Faculdade Nacional de Filosofia. Em 1971, como militante do PCdoB, foi viver na região do Araguaia, onde já se encontrava seu irmão, Elmo Corrêa, e sua cunhada, Telma Regina Cordeiro Corrêa, ambos também desaparecidos naquela guerrilha. Maria Célia pertenceu ao Destacamento A, sendo conhecida como Rosa. Era casada com João Carlos Campos Wisnesky, ex-estudante de Medicina na UFRJ, conhecido como Paulo Paquetá e que abandonou a guerrilha.

Há discrepâncias entre as possíveis datas de sua morte ou desaparecimento, variando entre janeiro e meados de 1974. No livro de Taís Morais e Eumano Silva, *Operação Araguaia*, sua prisão é assim narrada: "Rosa, ou Rosinha, como a chamavam os camponeses, perdeu-se dos companheiros. Chega à casa de Manoelzinho das Duas – o sujeito vive com duas mulheres na mesma casa. Manoel tenta convencer a guerrilheira a se render. Muita gente está sofrendo por causa do conflito, argumenta o caboclo. 'Prefiro morrer do que me entregar', reage Rosinha. Diante da negativa, Manoelzinho agarra a militante, domina-a e entrega-a ao delegado de São Domingos, Geraldo da Coló. Muitos moradores do vilarejo viram Rosinha viva, muito magra e suja, dentro de um carro parado na frente da cadeia. Os militares levaram a guerrilheira para Bacaba".

O relatório assinado em 2002 por quatro procuradores do Ministério Público Federal, Marlon Weichert, Guilherme Schelb, Ubiratan Cazetta e Felício Pontes Jr., registra que Maria Célia foi vista presa: "Rosinha: Maria Célia Corrêa, em São Domingos do Araguaia, amarrada e, depois, dentro de um carro preto. Também foi vista na base militar da Bacaba, em janeiro de 1974. Teria sido presa pela equipe guiada por Manoel Leal Lima (Vanu)".

CAP4_tortura.indd 126 13.03.10 17:01:04

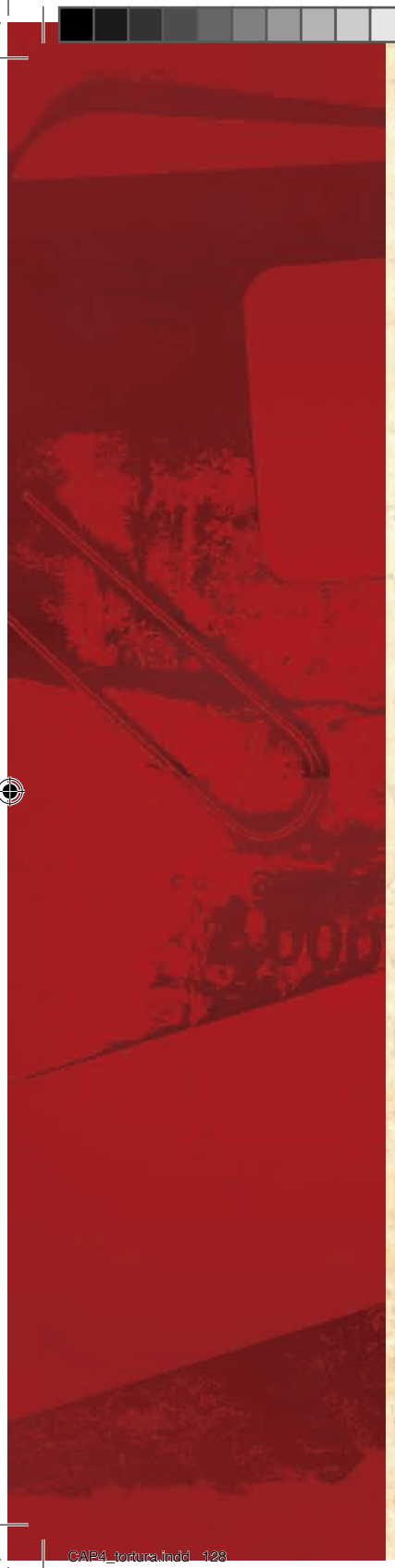
O livro de Hugo Studart, *A lei da selva*, informa que o Dossiê Araguaia também registra a morte de Maria Célia como ocorrida em janeiro de 1974. E acrescenta: "Teria havido um debate entre os próprios militares sobre a necessidade ou não de executá-la, já que, argumentavam alguns oficiais, Rosa não oferecia perigo. A decisão final foi a de cumprir as ordens superiores de não fazer prisioneiros".

Consta no processo aberto na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) documento elaborado por Aldo Creder Corrêa, irmão de Maria Célia, informando que, após longos anos de pesquisa, seu pai, Edgar Corrêa, chegou à conclusão de que "todos os indícios apontam na direção de que Maria Célia foi presa viva".

Baseando-se nessa conclusão, foi impetrado *habeas corpus* no Tribunal Federal de Recursos, em 28 de maio de 1981, que foi negado a partir das informações prestadas pelo então chefe de gabinete do Ministério do Exército, coronel Oswaldo Pereira Gomes, representante das Forças Armadas na CEMDP. Na época, ele escreveu: "[...] declaro que, compulsando os arquivos da assessoria no Judiciário do ministro do Exército, não encontrei registro algum, nos processos relativos à Lei de Segurança Nacional, sobre custódia ou qualquer outro tipo de cerceamento de liberdade exercido sobre a referida pessoa. Brasília, DF, 21 de maio de 1981".

O processo traz ainda um recorte do jornal *O Globo*, do dia 2 de maio de 1996, em que Manoel Leal Lima declara que "um helicóptero aterrissou trazendo três prisioneiros – Antônio de Pádua, o Piauí, Luís René da Silva, o Duda, e Maria Célia Corrêa, a Rosinha. Um oficial ordenou que os presos, todos com os olhos vendados, saíssem do avião e andassem cinco passos em direção ao rio, com as mãos na cabeça. Em seguida, centenas de tiros foram disparados contra eles". Em função desse depoimento, os familiares pediram a interdição do local descrito por Manoel Leal Lima para promover a busca dos restos mortais de Maria Célia.

CAP4_tortura.indd 127 13.03.10 17:01:04



"Dois homens entraram em casa e me sequestraram, juntamente com meu marido, o jornalista Paulo Markun. No DOI-Codi de São Paulo, levei choques nas mãos, nos pés e nas orelhas, alguns tapas e socos, sendo inquirida sobre colegas de universidade e suas supostas ligações com o PCB. Durante o tempo em que isso aconteceu, eu usava um capuz preto que sufocava. Num determinado momento, eles extrapolaram e, rindo, puseram fogo nos meus cabelos, que passavam da cintura. Imediatamente retirei o capuz, apaguei o fogo com ele e encarei meu algoz, um senhor com rosto de pai de família e uns 60 anos de idade. Os torturadores auxiliares perguntaram: 'E agora, acabamos de vez com ela?'. Tornei a olhar para o mais velho nos olhos e falei: 'Isso que vocês estão fazendo comigo é um absurdo, sou católica e vou batizar minha filha no domingo'. E perguntei: 'Você acredita em Deus? Você tem filhos?'. Os mais jovens avançaram sobre mim, e o mais velho disse: 'Deixa'. Logo depois, fui jogada numa cela com outras mulheres. Lembro-me de uma camponesa que estava com o rosto desfigurado pela pancadaria. Ela não conhecia ninguém ali, nem sequer sabia o que era comunismo. Foi parar lá porque tinha se relacionado amorosamente com um militante. Ao ver aquilo e ouvir o relato das outras presas, muitas estupradas por vários homens e objetos, como garrafas e pedaços de pau, fiquei ainda mais apavorada. Ninguém se lembrou de mim por um dia inteiro e, na manhã do domingo, o carcereiro me disse: 'Tire o macacão e vista sua roupa'. E saí de lá ao lado do Paulo. Pensei que seria punida pela minha ousadia de encarar o torturador. Mas não foi o que aconteceu. Os homens do Exército nos levaram direto para a igreja onde aconteceria o batizado. No final, meu pai convidou todos para ir à nossa casa 'comemorar'. Lá, os homens deixaram as metralhadoras no chão da sala, almoçaram, beberam (muito) whisky e vinho. Paulo contou ao pai dele o que estava acontecendo e listou todos os nomes que estavam marcados. No final da tarde, retornamos ao DOI-Codi, levando cobertores, sabonetes, chocolates e objetos de uso pessoal. Naquele dia teve festa na cadeia."

DILEA FRATE, ex-militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), era estudante de Jornalismo quando foi presa no dia 17 de outubro de 1975, em São Paulo (SP). Hoje, vive no Rio de Janeiro (RJ), onde é jornalista e escritora.

CAP4_tortura.indd 128 13.03.10 17:01:15

DINAELZA SANTANA COQUEIRO (1949-1974)

Filiação: Junília Soares Santana e Antônio Pereira de Santana

Data e local de nascimento: 22/3/1949, Vitória da Conquista (BA)
Data e local do desaparecimento: 8/4/1974

Baiana de Vitória da Conquista, Dinaelza estudou em Jequié (BA), no Instituto Educacional Régis Pacheco, onde organizou o grêmio dos alunos. Em 1969, foi para Salvador cursar Geografia na Universidade Católica. Participou ativamente do movimento estudantil, sendo eleita para a Comissão Executiva do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Nessa época, casou-se com Vandick, aluno de Economia, também desaparecido no Araguaia. Em 1970, ela e o marido já integravam o comitê estudantil do PCdoB. Trabalhou na empresa aérea Sadia (primeiro nome da Transbrasil) até 1971, quando pediu demissão e foi deslocada para a região do Gameleira, no Araguaia, onde se tornou mais conhecida como Mariadina.

No sul do Pará, integrou o Destacamento B da guerrilha. Dinaelza participou de vários enfrentamentos armados. Sinésio Martins Ribeiro, guia do Exército na época, afirmou, em depoimento prestado em São Geraldo do Araguaia, em 19 de julho de 2001, que "ficou sabendo por Pedro Galego e Iomar Galego que a Mariadina (Dinaelza) foi presa no rumo da OP-1, dentro da mata; que quem prendeu ela foi o mateiro Manoel Gomes e entregou para o Exército; que segundo soube o depoente, ela foi levada para a casa do Arlindo Piauí para contar onde estavam os outros e outras informações; que ela não falou nada; que lhe contaram que ela era muito bruta, porque ela não respondia nenhuma das perguntas e também cuspiu nos doutores; que por isso mataram ela um pouco adiante da casa do Arlindo Piauí, dentro da mata [...]".

No relatório do Ministério do Exército, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, consta que Dinaelza "usava os codinomes Dinorá e Mariadina e que sua carteira de identidade ha-

CAP4_tortura.indd 129 13.03.10 17:01:16

via sido apreendida em um aparelho rural do PCdoB". Já o relatório do Ministério da Marinha, do mesmo ano, registra que "Dinaelza foi morta em 8 de abril de 1974 [...] relacionada entre os que estiveram ligados à tentativa de implantação de guerrilha rural. Levada a efeito pelo Comitê Central do PCdoB, em Xambioá". Segundo depoimento de moradores de Xambioá, Dinaelza foi capturada por forças do Exército.

No relatório apresentado pelos procuradores Marlon Weichert, Guilherme Schelb, Ubiratan Cazetta e Felício Pontes Jr., em 28 de janeiro de 2002, também ficou registrado: "Mariadina: Dinaelza S. Coqueiro, foi presa por um mateiro e entregue ao Exército. Interrogada na casa de um camponês, teria cuspido em um dos oficiais e então executada".

O livro de Elio Gaspari *A ditadura escancarada* traz depoimento de José Veloso de Andrade, encarregado da lanchonete da Bacaba, informando ter visto seis guerrilheiros, vivos, no acampamento militar daquela localidade: Mariadina (Dinaelza), Chica (Suely Yumiko Kanayama), Edinho (Hélio Luiz Navarro de Magalhães), Beto (Lúcio Petit), Valdir (Uirassu de Assis Batista), Pedro Carretel (Pedro Matias de Oliveira) e Rosa (Maria Célia Corrêa).

Segundo o livro de Hugo Studart, *A lei da selva*, Dinaelza "foi presa e executada pelos militares. A arma do militar falhou no momento da execução, de acordo com depoimento a esta pesquisa. Teria sido enterrada perto de São Geraldo, segundo camponeses".

Em *Operação Araguaia*, Taís Morais e Eumano Silva escreveram sobre Dinaelza: "Presa pelo mateiro Manoel Gomes nas proximidades da OP-1, revoltou-se com o tratamento recebido do Exército. Meiga com os familiares, xingou o major Curió de 'chifrudo' e cuspiu na cara de um oficial. Foi morta em 8 de abril de 1974, segundo os registros da Marinha".

O número 208 de *A Classe Operária*, publicação oficial do PCdoB, trouxe trechos do depoimento prestado à Comissão de Direitos Huma-

CAP4_tortura.indd 130 13.03.10 17:01:16

nos da Câmara dos Deputados por Cícero Pereira Gomes, posseiro no Araguaia que colaborou com o Exército no combate à guerrilha. Depois de descrever com detalhes as torturas aplicadas a guerrilheiros e moradores da região, informou o local da cova onde está enterrado o corpo de Dinaelza Santana Coqueiro: na altura do quilômetro 114 da rodovia que liga São Geraldo a Marabá, perto de uma casa de tábua.

Dinaelza era irmã de Diva Santana, que hoje dirige o Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia e integra a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, na Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

LUIZA AUGUSTA GARLIPPE (1941-1974)

Filiação: Durvalina Santomo Garlippe e Armando Garlippe

Data e local de nascimento:
16/10/1941, Araraquara (SP)
Data do desaparecimento:
entre maio e julho de 1974

Luiza nasceu em Araraquara, no interior paulista, onde estudou até completar o ensino médio no Instituto de Educação Bento de Abreu (Ieba). Mudou-se então para São Paulo, onde cursou Enfermagem na USP, formando-se em 1964. Em seguida, passou a trabalhar no Hospital das Clínicas, chegando ao posto de enfermeira-chefe do Departamento de Doenças Tropicais, área em que se especializou.

Realizou viagens de estudo pelo interior do país, percorrendo estados como Amapá e Acre. Também participou da Associação dos Funcionários do Hospital das Clínicas. Atuante na militância política contra o regime militar, Luiza era integrante do PCdoB.

No início dos anos 1970, ela foi deslocada para o Araguaia, indo viver na região do Rio Gameleira, onde passou a ser conhecida como Tuca e desenvolveu trabalho de atendimento em saúde, destacando-se como parteira. Companheira de Pedro Alexandrino de Oliveira, o Peri, integrava o Destacamento B da guerrilha, assumindo a coordenação do

CAP4_tortura.indd 131 13.03.10 17:01:16

setor de saúde após a morte do médico guerrilheiro João Carlos Haas.

Segundo informações de seu irmão, Armando Garlippe Júnior, a última vez que os familiares a viram foi no início dos anos 1970. "Posteriormente, fomos perdendo contato. Não sabíamos onde ela estava. Pensávamos que ela pudesse estar presa. Às vezes, chegavam informações desencontradas sobre o seu paradeiro. Alguns diziam que ela estava no exterior, outros falaram que ela se encontrava no Nordeste. Só muito tempo depois fomos saber sobre o Araguaia. Na verdade, naquela época, a comunicação era difícil. As forças da repressão nos vigiavam". Sabe-se que sobreviveu ao ataque da manhã de Natal de 1973 e existem divergências a respeito da data de sua morte ou desaparecimento.

O relatório do Ministério da Aeronáutica, de 1993, registra apenas que Luiza era "militante do PCdoB e guerrilheira no Araguaia". O relatório do Ministério do Exército, do mesmo ano, agrega: "Militante do PCdoB, integrando o destacamento da guarda do Comando Militar na Guerrilha do Araguaia, considerada desaparecida desde 5/74". O relatório do Ministério da Marinha apresenta a informação de que morreu em junho de 1974: "NOV/74, relacionada entre os que estiveram ligados à tentativa de implantação da guerrilha rural, levada a efeito pelo comitê central do PCdoB, em Xambioá. Morta em junho/74".

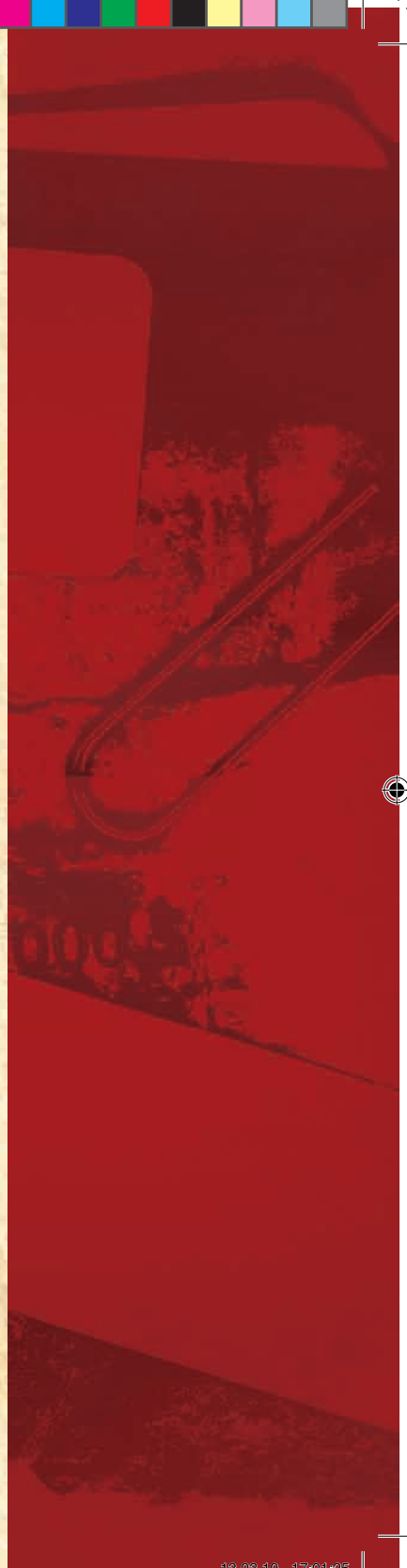
Por fim, o Dossiê Araguaia, produzido por militares que participaram da luta contra os guerrilheiros, apresenta o mês de julho como data de sua morte, segundo escreve Hugo Studart em *A lei da selva*: "Foi presa em julho de 1974, em companhia da guerrilheira Dinalva Oliveira Teixeira, a Dina. Foi executada no mesmo dia de Dina, perto de Xambioá".

Em 17 de janeiro de 2004, em reunião realizada na Câmara Municipal de Araraquara, foi constituída a Comissão de Direitos Humanos Luiza Augusta Garlippe, em sua homenagem.

CAP4_tortura.indd 132 13.03.10 17:01:17

"Fizeram de tudo comigo: cadeira do dragão, pau de arara, telefone, palmatória, choque elétrico na vagina, nos seios, nos braços, nas orelhas. No pau de arara, a gente ficava pendurado pelas pernas, feito um peru no pau, num forno. Na cadeira do dragão, jogavam água fria e depois davam choque. Havia também um tipo de corredor em que andávamos vestindo um capuz. Não sabíamos onde estávamos, e as paredes eram todas úmidas. A sensação era de que a gente estava dentro de um túnel, indo cada vez mais fundo, mas não sabia onde ia parar. A gente não sabia se era dia ou noite. Enquanto isso, eles gritavam para contar logo, 'se não, não vai sair daqui'. Ao mesmo tempo, ouviam-se os gemidos das pessoas, que não sabíamos de onde vinham. Nessas horas, o lado moral pesa mais que o físico. Por conta das torturas nas orelhas, fiquei com problemas no ouvido. Aí, me levaram para o Hospital Militar, mas lá eu não sabia se ia ser atendida direito ou não. Para me torturar, disseram: 'Ela vai ser operada', sendo que eu não tinha do que ser operada. Era uma forma de me agredir. Havia também as ameaças de morte, xingamentos, como 'sua puta, por que esta metida nisso?'. O fato de estarmos sempre com a mesma roupa também era uma violência. Não tínhamos condições de trocar, então a gente ficava se sentindo mal, suja, o que é feito de propósito para ver se a gente entregava alguma coisa para poder ir embora. Como sequela, a gente passa anos sentindo aquela mesma sensação vivenciada. Quando fazia frio, eu sentia a sensação dos fios nos dedos ou a picada do choque no seio, na vagina..."

ELZA LOBO, ex-militante da Ação Popular (AP), trabalhava na Secretaria da Fazenda quando foi presa em 10 de novembro de 1969, em São Paulo (SP). Hoje, vive na mesma cidade, onde é Ouvidora da Secretaria de Estado da Saúde.



CAP4_tortura.indd 133 13.03.10 17:01:25

Data e local de nascimento:
6/4/1950, Monte Belo (MG)
Data do desaparecimento:
13/6/1974

ÁUREA ELIZA PEREIRA (1950-1974)

Filiação: Odila Mendes Pereira e José Pereira

Áurea passou a infância com sua família na fazenda da Lagoa, no município de Monte Belo, no sul de Minas Gerais, da qual seu pai era administrador. Entre os 6 e os 14 anos, estudou no Colégio Nossa Senhora das Graças, em Areado, concluindo ali o curso ginasial. Mudou-se em 1964 para o Rio de Janeiro, onde cursou o segundo grau no Colégio Brasileiro, em São Cristóvão. Aos 17 anos, prestou vestibular para o Instituto de Física da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde pretendia se especializar em física nuclear.

Entre 1967 e 1970, participou ativamente do movimento estudantil nessa faculdade, chegando a ser membro do Diretório Acadêmico, juntamente com Antônio de Pádua Costa e Arildo Valadão, ambos também militantes do PCdoB e desaparecidos no Araguaia. Áurea casou-se com Valadão em 6 de fevereiro de 1970, no Rio de Janeiro. No dia seguinte, realizou a cerimônia religiosa na basílica de Aparecida do Norte, em São Paulo.

No segundo semestre do mesmo ano, mudou-se com Arildo e Antônio de Pádua para o Araguaia. Com o marido, foi viver na região de Caianos. Ali trabalhou como professora, integrando o Destacamento C, comandado por Paulo Mendes Rodrigues.

No início de 1974, após a morte de Arildo, foi vista no 23º Batalhão de Infantaria da Selva pelo preso Amaro Lins, ex-militante do PCdoB, que prestou depoimento sobre isso no 4º Cartório de Notas de Belém (PA). Amaro relata também que ouviu um policial dizer a Áurea que arrumasse suas coisas, pois iria "viajar". Viajar era o termo utilizado por policiais para designar execução.

No relatório do Ministério da Marinha, de 1993, consta que ela foi "morta em 13/6/74". O relatório do Exército não fala em sua morte,

CAP4_tortura.indd 134 13.03.10 17:01:26

mas informa que "durante a guerrilha do Araguaia, chefiou um grupo de terroristas armados de revólveres cal. 38 e espingardas cal. 20, que participou, em 4 AGO 73, de uma festa na fazenda Sapiência". Segundo depoimento de uma moradora de Xambioá, que não quis se identificar, Áurea teria sido vista sem vida na delegacia da cidade e seu corpo estaria enterrado no cemitério local.

Em *Operação Araguaia*, os jornalistas Taís Morais e Eumano Silva descrevem: "Querida por todos, trabalhou como professora no povoado de Boa Vista e esbanjava simpatia. Dois mateiros a prenderam no início de 1974 e a entregaram à repressão. Amarrada, muito magra, faminta e doente, vestia apenas um pedaço de sutiã. As roupas rasgaram em meses seguidos de fuga pela mata úmida e cheia de espinhos. Foi encontrada junto com Batista, morador da região recrutado pela guerrilha, também debilitado pelas dificuldades de sobrevivência na mata. Áurea foi vista viva, depois de presa, na base de Xambioá".

Elio Gaspari, descrevendo o mecanismo de recompensas em dinheiro para quem matasse guerrilheiros, apresenta em *A ditadura escancarada* mais uma importante informação: "Adalberto Virgulino, que capturou a guerrilheira Áurea (Áurea Eliza Valadão), recebeu oitocentos cruzeiros e um maço de cigarros".

Hugo Studart, em *A lei da selva*, aponta outra data para a morte de Áurea, com base no Dossiê Araguaia, mas acrescenta novos dados: "Dossiê registra sua morte a 1 JAN 74. Um militar que a interrogou relata que teria ocorrido debate entre os militares sobre a necessidade de executá-la. Ao final, decidiu-se cumprir a ordem de Brasília de não deixar nenhum guerrilheiro sair da região, mesmo que já não oferecesse perigo para o regime, como alguns militares avaliavam o caso de Áurea".

Em 18 e 19 de março de 2004, o jornalista Adriano Gaieski, da *Agência Brasil*, produziu matéria sobre novos depoimentos tomados de moradores da região pelo Ministério Público Federal, com as seguintes

CAP4_tortura.indd 135 13.03.10 17:01:26

informações: “A terceira testemunha, cujo nome o Ministério Público Federal manteve em sigilo, foi identificada apenas como Ferreira. [...] ele confirmou os maus tratos sofridos pelos soldados, a violência e as execuções sumárias sofridas pelos guerrilheiros. O ex-militar contou ao procurador Adrian Pereira Ziemba ter visto a chegada, na base militar, de Áurea Eliza Pereira Valadão, 24 anos. [...] Conforme Ferreira, Áurea foi torturada durante todo um dia e uma noite. No dia seguinte, os militares a colocaram num helicóptero e ela nunca mais foi vista”.

O relatório apresentado em 28 de janeiro de 2002 pelos procuradores do Ministério Público Federal Marlon Weichert, Guilherme Schelb, Ubiratan Cazetta e Felício Pontes Jr., que visitaram a região, reforça a mesma informação: “Áurea: Áurea Elisa Pereira Valadão, presa, junto com Batista, na casa de uma moradora da região, onde iam comer diariamente. Teria sido levada para a base de Xambioá, onde foi vista”.

Data e local de nascimento:
16/5/1945, Castro Alves (BA)
Data do desaparecimento:
julho de 1974

DINALVA OLIVEIRA TEIXEIRA (1945-1974)

Filiação: Elza Conceição Bastos e Viriato Augusto de Oliveira

Conhecida no Araguaia como Dina, cercada de fama legendária, Dinalva era baiana de Castro Alves. Cursou o primário na Escola Rural de Argoim e mudou-se para Salvador, onde fez o ginasial no Instituto de Educação Isaías Alves, por onde também passaram Anísio Teixeira e Milton Santos. Completou o ensino médio no Colégio Estadual da Bahia e formou-se em Geologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1968.

Durante o curso universitário, morou na Casa do Estudante. Entre 1967 e 1968, participou ativamente do movimento estudantil como representante da Residência Universitária Feminina. Foi presa na época, mas solta logo a seguir.

CAP4_tortura.indd 136 13.03.10 17:01:26

Nesse período, conheceu Antônio Carlos Monteiro Teixeira, seu colega de turma, também do PCdoB, com quem se casou em 1969. Naquele ano, o casal foi morar no Rio de Janeiro. Na cidade, ambos trabalharam no Departamento Nacional de Produção Mineral, do Ministério de Minas e Energia, participando também de atividades na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Em maio de 1970, foram deslocados para a região do Araguaia, onde Dinalva atuou como professora e parteira. Chegou a ser vice-comandante do Destacamento C, única mulher da guerrilha a alcançar um posto de comando. Quando tiveram início os choques armados, em abril de 1972, o casal já estava separado e tinha nascido um novo relacionamento entre ela e Gilberto Olímpio Maria, morto no Natal de 1973. Dina destacou-se por sua habilidade militar para escapar de ataques inimigos e por participar de vários choques armados, sendo ferida em um deles. Era tida como exímia atiradora. Sobreviveu ao ataque do Natal de 1973, mesmo enfrentando grave surto de malária.

Em *A lei da selva*, Hugo Studart descreve o primeiro desses combates, do qual surgiu a lenda de que Dina era capaz de se transformar em borboleta: "A lenda nasceu a partir de episódio ocorrido em 20 de setembro de 1972, quando houve um combate com uma patrulha de oito paraquedistas do Exército, comandada pelo então capitão Álvaro de Souza Pinheiro, mais tarde promovido a general, e filho do general Ênio de Souza Pinheiro, ex-chefe da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), primeiro comandante da Escola Nacional de Informações (ESNI) e um dos líderes da inteligência militar na época. Os soldados metralharam a área em que quatro guerrilheiros se escondiam. Dois morreram na hora e um terceiro, apanhado ferido, morreu mais tarde. Dina disparou um tiro que feriu o capitão Álvaro no ombro. Ela escapou, com um arranhão de bala no pescoço".

O relatório da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça,

CAP4_tortura.indd 137 13.03.10 17:01:26

Maurício Corrêa, assim descreve a atuação de Dina no início de 1973: "entre os dias 30 JAN e 02 FEV/73, acompanhada por outros elementos, percorreu várias casas de caboclos da região de Pau Preto, onde foi comprado arroz e distribuído um manifesto do PCdoB, prometendo aos elementos da região que, após a derrubada do governo, seriam instalados na mata escolas e hospitais. Na ocasião, foi notado que o grupo de Dina portava armas semelhantes às usadas pelo Exército, e que a mesma portava uma atravessada no peito que aparentava ser automática. A Dina comentou que o grupo estava preparado para vingar os companheiros mortos durante as operações militares ocorridas em SET 72". E o relatório conclui informando a data de sua morte: "JUL/74, teria sido morta em Xambioá".

Segundo depoimentos contraditórios de moradores da região, Dina teria sido presa na Serra das Andorinhas em estado adiantado de gravidez, versão que é reforçada, sem certeza, pelo coronel-aviador Pedro Corrêa Cabral no depoimento prestado à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Em diferentes versões, ora se afirma que Dina foi presa juntamente com Lia (Telma Regina Cordeiro Corrêa), ora com Tuca (Luiza Augusta Garlippe).

Sobre sua morte, Hugo Studart apresenta um relato bastante detalhado no livro *A lei da selva*, com destaque para o fato de apontar claramente o nome do autor da execução sumária: "A subcomandante Dina foi presa na selva por uma patrulha de guerra do Exército [...], em junho de 1974, numa localidade chamada Pau Preto, entre o rio Gameleira e o igarapé Saranzal. Estava em companhia da guerrilheira Luiza Augusta Garlippe, codinome Tuca, integrante do Destacamento B".

O relato de Studart sobre a morte de Dina acrescenta: "Levada para interrogatório em Marabá, permaneceu por cerca de duas semanas nas mãos de uma equipe de inteligência militar. Estava fraca, desnutrida, havia quase um ano sem comer sal ou açúcar. Por causa da tensão, fazia seis meses que não menstruava. No início de julho, o capitão Sebastião

CAP4_tortura.indd 138 13.03.10 17:01:26

de Moura, codinome dr. Luchini (dr. Curió), retirou Dina. Levaram-na de helicóptero para algum ponto da mata espessa, perto de Xambioá. Um sargento do Exército, Joaquim Artur Lopes de Souza, codinome Ivan, chefiava a pequena equipe, três homens. [...]

– Vou morrer agora? – perguntou a guerrilheira.

– Vai, agora você vai ter que ir – respondeu Ivan.

– Eu quero morrer de frente – pediu.

– Então vira pra cá.

Ela virou e encarou o executor nos olhos. Transmitia mais orgulho que medo – relataria mais tarde o militar aos colegas de farda. Ele se aproximou da guerrilheira, parou a dois metros de distância e lhe estourou o peito com uma bala de pistola calibre 45. O tiro pegou um pouco acima do coração. O impacto jogou Dina para trás. Levou um segundo tiro na cabeça. Foi enterrada ali mesmo".

Hugo Studart complementa, em novo pé de página: "Seu corpo foi inicialmente enterrado no local da execução. Em 1975 teria sido exumado e levado para a cremação em outro local".

SUELY YUMIKO KANAYAMA (1948-1974)

Filiação: Emi Noguchi e Yutaka Kanayama

Data e local de nascimento:
25/5/1948, Coronel Macedo (SP)
Data do desaparecimento:
entre janeiro e setembro de 1974

Primeira filha de um casal de imigrantes japoneses, Suely nasceu em Coronel Macedo, no interior paulista. Aos 4 anos de idade, mudou-se com sua família para Avaré. Em 1965, foi morar na capital paulista, residindo em Santo Amaro, onde concluiu o curso colegial, em 1967, na escola Alberto Levy.

Em seguida, foi aprovada para a licenciatura em línguas portuguesa e germânica na Universidade de São Paulo (USP) – em 1968 e 1969, além do currículo regular, cursou japonês como matéria

CAP4_tortura.indd 139 13.03.10 17:01:26

opcional –, onde foi liderança estudantil. Matriculou-se pela última vez em 1970. Em fins de 1971, já militante do PCdoB, chegou à região do Araguaia, onde ficou conhecida como Chica.

No início, preocupou seus companheiros porque, apesar de segura de suas convicções políticas, era "muito baixinha e magrinha". Mas aprendeu rapidamente a trabalhar como lavradora, a andar na mata com sua mochila de 20 kg às costas, a caçar e a enfrentar todos os obstáculos.

O relatório do Ministério do Exército, de 1993, registra: "Em 1974, cercada pelas forças de segurança, foi morta ao recusar sua rendição". O relatório do Ministério da Marinha, do mesmo ano, afirma que Suely foi morta em setembro de 1974, acrescentando: "pertencia ao grupo Gameleira/Dest. B. Era auxiliar do setor de saúde e tinha como chefe João Carlos Haas Sobrinho (Juca). Fez parte do grupo de observação, no treinamento de emboscadas. Fez treinamento de tiro, deslocamentos através do campo e sobrevivência. Era péssima nos deslocamentos, onde perdia noção de orientação".

Elio Gaspari menciona, em *A ditadura escancarada*, o depoimento de José Veloso de Andrade, da lanchonete da Bacaba, informando que viu Suely entre os sete presos que encontrou vivos no acampamento da localidade. Hugo Studart registra, em *A lei da selva*, que ela teria sido fuzilada com mais de cem tiros, conforme narrativa de camponeses, indicando, como data da morte, sempre segundo o Dossiê Araguaia, janeiro de 1974.

Segundo a reportagem "Yumiko, a nissei guerrilheira", publicada no *Diário Nippak*, de São Paulo, em 28 de julho de 1979, "Suely foi morta com rajadas de metralhadoras disparadas por diversos militares, que deixaram seu corpo irreconhecível. Foi enterrada em Xambioá e seus restos mortais foram posteriormente exumados por pessoas que não foram identificadas. Morreu aos 25 anos, dos quais 3 dedicados à guerrilha, em defesa da causa que acreditava justa – a liberdade".

CAP4_tortura.indd 140 13.03.10 17:01:26

A matéria informa, também, que, "além desses dados, pouco mais se sabe de sua vida. [...] Tudo o que se referia a Suely Yumiko parece ter sido apagado, nem mesmo seus documentos na faculdade se pode encontrar, além dos pedidos de matrículas e que era portadora de identidade RG 4.134.859, mas o espaço para a fotografia está em branco".

Sobre a ocultação do cadáver de Suely, o coronel da Aeronáutica, Pedro Cabral, afirmou, em entrevista à revista *Veja*, em outubro de 1993: "Suely havia sido morta no final de 1974. Seu corpo estava enterrado num local chamado Bacaba, onde, sob a coordenação do Centro de Informações do Exército (CIE), foram construídas celas e se interrogavam os prisioneiros. Durante a chamada Operação Limpeza, sua cova foi aberta e o corpo de Suely desenterrado. Intacto, sem roupa, a pele muito branca não apresentava nenhum sinal de decomposição, apenas marcas de bala. Desenterrado, o corpo de Suely foi colocado num saco plástico e levado até meu helicóptero, que o transportou para um ponto ao sul da Serra das Andorinhas, a 100 km de distância. Ali fizeram uma pilha de cadáveres também desenterrados de suas covas originais. Cobertos com pneus velhos e gasolina, foram incendiados".

No site www.desaparecidospoliticos.org.br, são apresentados outros depoimentos sobre a vida e a morte de Suely. Napoleão Sabino de Oliveira, ex-mecânico de voo do Douglas prefixo 2502 da Força Aérea Brasileira (FAB), avião de passageiros modificado para facilitar o transporte de tropas, conta que ouviu muitas histórias sobre mortes relatadas por companheiros de farda. "Falavam até em assassinatos de camponeses", assegura, e cremação do corpo de uma mulher, participante da Guerrilha do Araguaia. "Era uma enfermeira japonesa", observa.

CAP4_tortura.indd 141 13.03.10 17:01:26

Data e local de nascimento:
23/7/1947, Rio de Janeiro (RJ)
Data do desaparecimento:
setembro de 1974

TELMA REGINA CORDEIRO CORRÊA (1947-1974)

Filiação: Celeste de Almeida Cordeiro e Luiz Durval Cordeiro

Nascida no Rio de Janeiro, Telma era esposa de Elmo Corrêa e cunhada de Maria Célia Corrêa, igualmente desaparecidos no Araguaia. Foi estudante de Geografia em Niterói, na Universidade Federal Fluminense (UFF), de onde foi expulsa em 1968 pelo Decreto-Lei 477, por suas atividades no movimento estudantil. Militante do PCdoB, Telma foi deslocada para a região do Araguaia em 1971, juntamente com o marido, indo morar nas margens do rio Gameleira. Ali, era conhecida como Lia, e seu marido, como Lourival. Ambos integraram o Destacamento B das forças guerrilheiras do Araguaia. Mais tarde, Telma (Lia) manteve relacionamento com Divino Ferreira de Souza, que morreu em outubro de 1973.

Segundo depoimentos colhidos na caravana de familiares à região – ocorrida em 1981 – pelo advogado paraense e representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Paulo Fontelles (também ex-preso político, dirigente estadual do PCdoB e assassinado em 1987 por sua militância na denúncia dos crimes praticados por latifundiários no sul do Pará), Telma teria sido presa em São Geraldo do Araguaia (PA) e entregue a José Olímpio, engenheiro do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) que trabalhava para o Exército. Ela teria passado a noite amarrada no barco desse funcionário, que a entregou aos militares em Xambioá.

José Ferreira Sobrinho, o Zé Veinho, lavrador de idade avançada, declarou aos familiares da caravana: "Só vi presa a Lia (Telma Regina Corrêa), que se entregou lá no Macário e foi presa. Aí o Macário mandou chamar o Zé Olímpio. Ela dormiu no barraco do Zé Olímpio, que era uma pessoa deles, do Exército. Ela tava sozinha. Disse que tava com um revólver 38 e um facão. Parece que o marido dela era chamado Lourival, esse dizem que tinham matado ele lá no Carrapicho. Isso foi no final. Ela

CAP4_tortura.indd 142 13.03.10 17:01:26

falou que tavam as duas. A Valquíria mais ela. Depois a polícia foi para ela achar a outra. Ela não achou. Depois eu soube que pegaram essa outra... O Amadeu, um negro, morador, ajudou elas. Foi preso e muito espancado. [...] A Lia não sabia que tinham matado o marido dela. Quando ela foi presa, o Zé Olímpio trouxe ela para a base de Xambioá".

O jornalista Hugo Studart registra versão completamente diferente em *A lei da selva*: "Camponeses dizem ter sido presa pelo agente José Olímpio. Segundo militares, teria morrido de sede e fome, em JAN 74. Após escapar do Chafurdo de Natal e dos cercos posteriores, Lia teria rumado para oeste, perdendo-se numa região rochosa, sem água ou comida, algo raro. Seu corpo teria sido encontrado pelos militares meses depois. Junto, haveria um diário. Segundo os militares, Lia registrou que estava passando fome e sede, mas que não poderia morrer, pois ainda tinha muita coisa a passar para os outros guerrilheiros para que pudessem continuar a causa. Escreveu que, quando estava na iminência de se entregar à morte, então cantava, a plenos pulmões, a canção dos guerrilheiros, repetindo sem cessar a estrofe que mais a animava (Guerrilheiro nada teme/ Jamais se abate/ Afronta a bala a servir/ Ama a vida, despreza a morte/ E vai ao encontro do porvir). [...] As últimas anotações de Lia registram palavras como 'estou nas últimas' e 'não aguento mais'. A letra já estava muito fraca, tremida, segundo um militar que leu o diário. Depois disso, nada mais escreveu".

Em 26 de março de 2007, o jornalista Leonel Rocha publicou no *Correio Braziliense* uma versão que, a exemplo da transcrição anterior de Hugo Studart, deve ser registrada com cautela. Trata-se do depoimento de um dos recrutas do Exército que serviram na área durante a repressão à guerrilha e que vêm se articulando nos últimos anos para exigir da União uma indenização pecuniária por sequelas que alegam lhes terem sido provocadas pelos combates.

Raimundo Antônio Pereira de Melo, formado em 1974 no 52º

CAP4_tortura.indd 143 13.03.10 17:01:27

Batalhão de Infantaria de Selva, conta uma história completamente diferente para o desaparecimento de Telma, responsabilizando o capitão Pedro Corrêa Cabral, da Aeronáutica. Esse oficial já escreveu um livro sobre o Araguaia, foi capa da revista *Veja* e prestou depoimento à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, com chocantes revelações sobre a Operação Limpeza, que teria sido determinada pelos altos poderes da República, em Brasília.

Cabral sustenta que participou pessoalmente, como piloto de helicóptero, de uma missão de transporte de cadáveres de guerrilheiros – exumados após muitos meses e, portanto, já em adiantado estado de decomposição – para incineração no topo da Serra das Andorinhas, numa fogueira onde se entremeavam restos mortais de combatentes e pneus.

Na matéria publicada no *Correio Braziliense*, Leonel Rocha apresenta, como data do desaparecimento de Telma, o dia 7 de setembro: "Melo recorda-se da tarde do 7 de setembro de 1974. Ele estava de guarda junto com dois colegas xarás, Raimundo Lopes de Souza e Raimundo Almeida dos Santos, quando chegou à base do Exército, em Xambioá, a guerrilheira Lia. Era o codinome de Telma Regina Cordeiro Corrêa. Eles vigiaram a militante do PCdoB durante toda a noite. Melo relembra que ela só bebeu água antes de dormir. No dia seguinte pela manhã e armados com fuzil FAL, Melo e os colegas levaram Lia algemada e encapuzada para embarcar em um helicóptero. A prisioneira foi entregue viva ao então capitão Cabral.

"O antigo soldado anotou a numeração do fuzil que usava no dia (106361) e a identificação do helicóptero (VH 1H) que transportou a guerrilheira. Ele temia que um dia pudesse ser acusado de alguma irregularidade por ter sido o carcereiro de Lia. O ex-recruta conta que o capitão Cabral recebeu Lia presa, levantou voo e retornou com o helicóptero vazio à base de Xambioá apenas 20 minutos depois. Segundo Melo, o oficial disse, na ocasião, que tinha levado a mulher para Bra-

CAP4_tortura.indd 144 13.03.10 17:01:27

sília, a cerca de mil quilômetros de distância. 'Entregamos a presa viva ao oficial. Ele é quem tem de dar conta do corpo até hoje desaparecido', diz Melo. Segundo informações das Forças Armadas, Lia teria sido morta em combate em janeiro de 1974, oito meses antes de Melo tê-la vigiado e entregue ao oficial Cabral. 'Estamos dispostos a testemunhar que entregamos a guerrilheira viva ao capitão', promete Melo".

Anteriormente, em 1974, a revista *IstoÉ* já tinha publicado matéria de Leandro Loyola que apontou o mês de setembro como a data do desaparecimento de Telma, a partir da mesma fonte: "Quatro meses depois, no final da tarde de 7 de setembro, chegou Lia. Estudante de Geografia, ela estava na luta havia três anos com o marido, Elmo Corrêa, estudante de Medicina. Já viúva, Lia foi presa junto com a guerrilheira Dinalva Oliveira Teixeira, a Dina, em São Geraldo, às margens do rio Araguaia. Lia desceu do helicóptero encapuzada. Foi amarrada em um pau atrás da casa de comando da base. À meia-noite, depois do interrogatório dos oficiais, o soldado Raimundo Pereira foi chamado para montar guarda. 'Ela chorava muito', conta ele. Até às 4 horas da manhã, Lia só conseguiu cochilar um pouco. Pediu água, contou que era estudante e disse ser solteira. Depois suplicou para Raimundo amarrá-la sentada. Dormiu com a cabeça para trás. Na manhã do dia 8 foi encapuzada de novo e escoltada por dois soldados até a pista de pouso, onde entrou em um helicóptero. Meia hora depois o helicóptero voltou. Sem ela".

No relatório apresentado pelo Ministério da Marinha, em 1993, ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, a data registrada para a morte de Telma, no entanto, é janeiro de 1974.

CAP4_tortura.indd 145 13.03.10 17:01:27

Data e local de nascimento:
2/8/1947, Uberaba (MG)
Data do desaparecimento:
entre 30/9 e 25/10/1974

WALQUÍRIA AFONSO COSTA (1947-1974)

Filiação: Odete Afonso Costa e Edwin Costa

Pelas informações reunidas, Walquíria foi a mais duradoura entre todos os guerrilheiros mortos ou desaparecidos no Araguaia. Walk, como era chamada pela família, era mineira de Uberaba. Fez o primário em Patos de Minas (MG) e as duas primeiras séries do curso ginasial no Ginásio Rio Branco, em Bom Jesus de Itabapoana (RJ). Com a transferência da família para Pirapora (MG), terminou o ginasial no Colégio Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento. No período de 1963 a 1965, estudou no Colégio São João Batista, onde terminou o curso normal, passando a lecionar em alguns grupos escolares da cidade.

Em 1966, prestou concurso público para o Estado e foi nomeada professora, transferindo-se, então, para Belo Horizonte. Walquíria prestou vestibular para Pedagogia na Faculdade de Artes e Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), classificando-se em segundo lugar. Frequentou os três primeiros anos do curso. Em 1968, participou, juntamente com outros colegas, da fundação do Diretório Acadêmico (DA) da Faculdade de Educação.

Nesse período, as perseguições políticas começaram a se intensificar. Walquíria, vice-presidente do DA, foi procurada por agentes do Dops/MG e teve sua casa invadida sob a alegação de envolvimento em reuniões estudantis.

Em 1971, já ligada ao PCdoB, decidiu mudar-se para a região do Araguaia, juntamente com seu marido, Idalísio Soares Aranha Filho, também membro do partido. Fez parte do Destacamento B, comandado por Osvaldo Orlando da Costa, na localidade de Gameleira. Em julho de 1973, Walquíria foi julgada à revelia pela Auditoria da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora, sendo absolvida.

O relatório do Ministério da Marinha, de 1993, registra: "Morta em 25/10/74". Pelo que se sabe, Walquíria foi a última guerrilheira

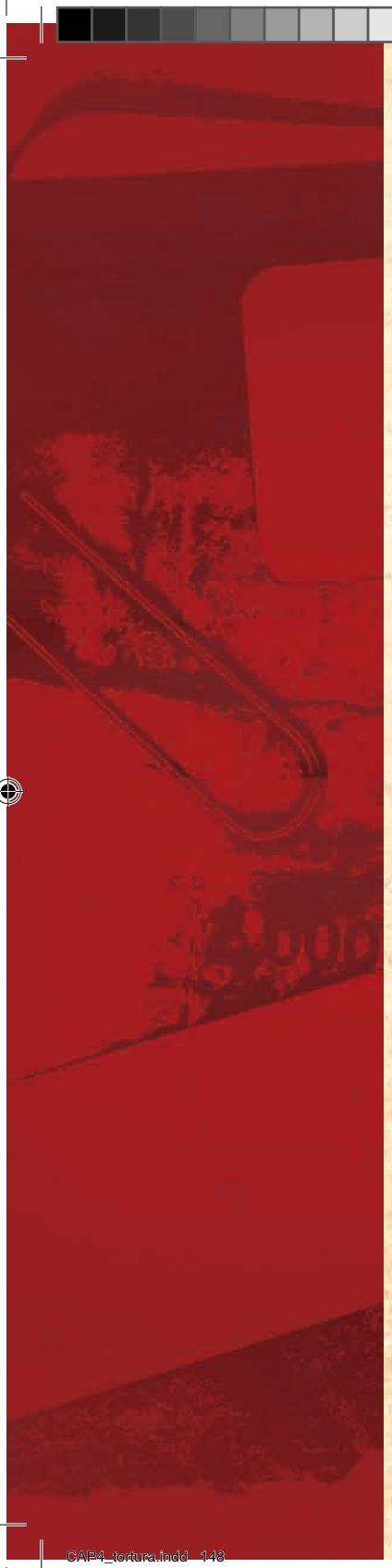
CAP4_tortura.indd 146 13.03.10 17:01:27

a ser morta na região do Araguaia. Moradores da região contam, em depoimentos, que ela estava magra e quase sem ter o que vestir quando foi presa pelo Exército. O ex-colaborador da instituição Sinésio Martins Ribeiro lembrou, em depoimento ao Ministério Público Federal, prestado em São Geraldo do Araguaia, em 19 de julho de 2001, "[...] que viu a Walquíria viva dentro da base de Xambioá; que a Walquíria contou aos militares que estava com o Osvaldão quando este foi morto; que a mesma perdeu a espingarda nesta vez, pois a mesma ficou enganchada num pau; [...] que na base de Xambioá viu ela ser levada por um soldado do Exército para o rumo do jatobá; que o 'carrasco' [sic] levava uma arma curta; que a arma era 'surda' e não se escutava o tiro; que atrás ia outro soldado levando uma lata grande de bolacha com cal virgem; que dias depois ele perguntou ao soldado por ela e teve como resposta 'já era', que esta resposta significava que tinha sido morta [...]".

Depoimento exposto no site www.desaparecidospoliticos.org.br, prestado por Sinvaldo de Souza Gomes, registra "que um ex-soldado do Exército conhecido por Raimundo Nonato, que guarnecia a base do Exército em Xambioá, [...] que Raimundo Nonato assistiu a prisão de Walquíria, guerrilheira, sendo que ele ficou três dias vigiando a prisioneira, que estava amarrada numa árvore conhecida como jacarandá, quando chegaram dois tenentes do Exército que pediram para que Raimundo Nonato cavasse um buraco no chão e após saísse do local por pelo menos uma hora; que quando Raimundo Nonato retornou Walquíria não estava mais no local e o buraco já estava tapado com terra".

Em *A lei da selva*, Hugo Studart escreve: "Em reportagem da revista *Época*, de 1 MAR 04, o ex-soldado Josean Soares contou que também viu Walquíria viva em Xambioá. Contou ainda que foi executada com três tiros e enterrada em um buraco atrás do refeitório da base". O jornalista acrescenta a informação do Dossiê Araguaia, contraditória em relação ao relatório da Marinha, apontando 30 de setembro como data de sua morte.

CAP4_tortura.indd 147 13.03.10 17:01:27



"Acordei no chão da cela com um deles me chutando. Comecei a ser arrastada pelo corredor cheio de policiais e levada escada acima. Eles eram muitos. Um deles começou a falar que era meu noivo, que ia casar comigo. De repente, os outros começaram a passar a mão em mim, no meu corpo, nos meus seios, coxas – aquele monte de homens – e começaram a cantar a marcha nupcial. Quando abriram a porta, tinham montado uma sala de tortura no quartel de Ribeirão Preto, com pau de arara, choque elétrico, e aquele monte de homens gritando, me batendo. O homem que disse que ia casar comigo rasgou a minha roupa. Me jogaram água, o bombeiro me amarrou na cadeira e começou a sessão de choque elétrico praticamente a noite inteira, e eu nua, apanhando. Eram choques nos seios, no ventre, na vagina, dentro do ouvido... Era um pesadelo. Era um monte de homens, de 30 a 40 anos, todo o pessoal da Oban que tinha vindo para Ribeirão. Três dias depois fui levada para São Paulo com meus companheiros de organização. Durante a viagem, o torturador ia me assediando. Ele dizia que queria trepar comigo e que a gente ia virar presunto na estrada. Na Oban nós já chegamos apanhando, os meninos foram para um lado e eu subi para uma cela minúscula com oito mulheres. Depois voltamos para Ribeirão. Quando chegamos no quartel, foi um massacre. Era dia e noite gente caindo; os padres, a irmã Maurina Borges da Silveira... Me lembro de quando ela chegou na cela. Eu estava de bruços porque estava muito estraçalhada e pensei: 'Meu deus, o que essa freira está fazendo aqui?'. Ela foi torturada e assediada. Eu sou testemunha da cena. O capitão Cirilo, do Exército de Pirassununga, tentando agarrá-la, passando a mão nela. A repressão aqui foi tão grande que a Igreja excomungou os dois delegados de Ribeirão, Miguel Lamano e Renato Ribeiro Soares. Não sei nem como eu fiquei viva. Tiveram de tirar a gente do quartel porque qualquer soldado se sentia no direito de ir no banheiro com a gente, assediar. Eles falavam assim: 'Ô boneca terrorista, vamos jogar dados e fazer a fila para ver quem será o primeiro'."

ÁUREA MORETTI, ex-militante das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), era estudante de enfermagem quando foi presa em 18 de outubro de 1969, em Ribeirão Preto (SP). Hoje, vive na mesma cidade, onde é enfermeira da Secretaria Municipal de Saúde.

CAP4_tortura.indd 148 13.03.10 17:01:38

"Um dia, eles me levaram para um lugar que hoje eu localizo como sendo a sede do Exército, no Ibirapuera. Lá estava a minha filha de um ano e dez meses, só de fralda, no frio. Eles a colocaram na minha frente, gritando, chorando, e ameaçavam dar choque nela. O torturador era o Mangabeira [codinome do escrivão de polícia de nome Gaeta] e, junto dele, tinha uma criança de três anos que ele dizia ser sua filha. Só depois, quando fui levada para o presídio Tiradentes, eu vim a saber que eles entregaram minha filha para a minha cunhada, que a levou para a minha mãe, em Belo Horizonte. Até depois de sair da cadeia, quase três anos depois, eu convivi com o medo de que a minha filha fosse pega. Até que eu cumprisse a minha pena, eu não tinha segurança de que a Maria estava salva. Hoje, na minha compreensão feminista, eu entendo que eles torturavam as crianças na frente das mulheres achando que nos desmontaríamos por causa da maternidade. Fui presa e levada para a Oban. Sofri torturas no pau de arara, na cadeira do dragão, levei muito soco inglês, fui pisoteada por botas, tive três dentes quebrados. Éramos torturadas completamente nuas. Com o choque, você evacua, urina, menstrua. Todos os seus excrementos saem. A tortura era feita sob xingamentos como 'vaca', 'puta', 'galinha', 'mãe puta', 'você dá para todo mundo'... Algumas mulheres sofreram violência sexual, foram estupradas. Mas apertar o peito, passar a mão também é tortura sexual. E isso eles fizeram comigo. Eles também colocaram na minha vagina um cabo de vassoura com um fio aberto enrolado. E deram choque. O objetivo deles era destruir a sexualidade, o desejo, a autoestima, o corpo."

ELEONORA MENICUCCI DE OLIVEIRA, ex-militante do Partido Operário Comunista (POC), era estudante de Sociologia e professora do ensino fundamental quando foi presa, em 11 de julho de 1971, em São Paulo (SP). Hoje, vive na mesma cidade, onde é pró-reitora de extensão e cultura e professora titular de saúde coletiva da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

CAP4_tortura.indd 149 13.03.10 17:01:48

FORÇAS ARMADAS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (FALN)

No fim de 1966, dissidentes do PCB em Ribeirão Preto, interior de São Paulo, juntamente com outros militantes, começaram a se constituir como organização independente, adotando o mesmo nome de um grupo guerrilheiro liderado por Douglas Bravo na Venezuela. De início, suas atividades se limitaram ao meio estudantil, com a produção e distribuição do jornal *O Berro*. Nos anos seguintes, assumiu claramente a teoria do foco guerrilheiro de Régis Debray e buscou recrutar assalariados rurais da região, geralmente vinculados ao corte da cana-de-açúcar. Entre seus quadros, o grupo contou com estudantes, intelectuais, operários, camponeses e religiosos, espalhando-se por dezenas de cidades na região. A FALN chegou a praticar algumas ações armadas em Ribeirão Preto. Em outubro de 1969, o torturador Sérgio Paranhos Fleury dirigiu-se à área para desmantelar o grupo. Mais de quinhentas pessoas foram presas e torturadas, entre elas, a madre Maurina Borges, submetida a torturas amplamente denunciadas em vários países.

PARTIDO OPERÁRIO COMUNISTA (POC)

O POC nasceu em 1968 como fusão entre a Polop e a Dissidência Leninista do PCB no Rio Grande do Sul, adotando como linha estratégica a base do programa da primeira. Com presença expressiva no movimento estudantil, inicialmente o POC não se envolveu na luta armada. Em 1970, entretanto, a organização passou a cooperar com organizações guerrilheiras. Em fevereiro do mesmo ano, uma parcela dos militantes se desligou do POC para reconstruir a Polop sob a sigla OCMLPO (Organização de Combate Marxista-Leninista Política Operária). A repressão do governo Médici terminou por atingir o grupo de maneira quase letal entre 1970 e 1971. Os setores remanescentes se dirigiram quase todos para o exílio, onde se constituíram, de início, dois agrupamentos distintos. Um deles, de nome POC-Combate, persistiu na defesa da luta armada. O outro formulou um programa tático em que as lutas de conteúdo democrático ocupavam lugar central. No entanto, as duas tendências convergiram ao se aproximarem da IV Internacional, seguindo a vertente internacional do trotskismo ligada ao marxista judeu-alemão radicado na Bélgica Ernest Mandel.

CAP4_tortura.indd 150 13.03.10 17:01:50

CAP5_tortura.indd 152 13.03.10 16:47:47

DA DISTENSÃO AO FIM DA DITADURA (1974-1985)

Ernesto Geisel assumiu a Presidência da República em março de 1974, anunciando um projeto de distensão lenta, gradual e segura da ditadura militar. Cinco anos depois, ao transmitir o posto ao general João Baptista Figueiredo, o AI-5 já estaria abolido, a censura à imprensa vinha acabando aos poucos, propostas de anistia eram debatidas abertamente e preparava-se uma reforma partidária para extinguir o bipartidarismo.

No entanto, nos três primeiros anos do governo Geisel, as torturas e os assassinatos de opositores continuaram sendo rotina. O desaparecimento de presos políticos, antes mais esparsos, tornaram-se regra predominante. Além disso, permanecia o viés autocrático, por exemplo, em medidas políticas para conter o crescimento do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que havia se fortalecido nas eleições de 1974.

Após os assassinatos do jornalista Vladimir Herzog, em 25 de outubro de 1975, e do operário Manuel Fiel Filho, três meses depois, um forte repúdio da opinião pública às falsas versões oficiais de "suicídio" fez com que o presidente decidisse agir contra os porões do regime. Abriu-se, então, um confronto entre Geisel e militares mais à direita, que só terminaria com a queda de Sylvio Frota do comando do Exército, em outubro de 1977.

No ano seguinte, novo crescimento do MDB nas eleições gerais resultou em maior enfraquecimento do regime, o que se materializou,

CAP5_tortura.indd 153 13.03.10 16:47:48

entre outras coisas, na aprovação em 1979 da Lei de Anistia. Mesmo incorporando o conceito de "crimes conexos" como tentativa de proteger os agentes do Estado envolvidos em torturas e assassinatos, ela possibilitou o retorno de lideranças políticas que estavam exiladas e a libertação imediata de uma parte dos presos políticos.

Desde 1978, no entanto, vinham se repetindo atentados a bomba e invasões ou depredações de entidades e jornais de caráter oposicionista, cuja autoria foi interpretada como só podendo ser de algum tipo de braço clandestino da repressão, descontente com o processo de abertura. Em 30 de abril de 1981, o famoso atentado frustrado no Rio Centro parece ter confirmado de forma inequívoca tal tese.

Nas eleições de 1982, que marcaram a estreia das novas siglas partidárias (PMDB, PDS, PTB, PDT e PT), os partidos de oposição conquistaram o governo em vários estados, destacando-se, dentre eles, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Entre novembro de 1983 e abril de 1984, uma grande pressão popular exigiu eleições diretas para presidente, mobilizando milhões de pessoas em passeatas e comícios. Essa campanha, conhecida como "Diretas Já", não foi vitoriosa, mas apressou o fim do regime militar.

No Colégio Eleitoral reunido em janeiro de 1985, o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, foi eleito presidente, mas uma grave enfermidade impediu sua posse e causou seu falecimento, em 21 de abril. Foi empossado então o vice-presidente, José Sarney, senador do Maranhão que havia pertencido à Aliança Renovadora Nacional (Arena), o partido da ditadura. Mas esta já havia chegado ao fim e preparava-se a convocação de uma Assembleia Constituinte, eleita em 1986, que, ao promulgar a Constituição Cidadã em 5 de outubro de 1988, consolidou o reencontro pleno do Brasil com a democracia.

CAP5_tortura.indd 154 13.03.10 16:47:49

IEDA SANTOS DELGADO (1945-1974)

Filiação: Eunice Santos Delgado e Odorico Arthur Delgado

Data e local de nascimento: 9/7/1945, Rio de Janeiro (RJ)
Data e local do desaparecimento: 11/4/1974, São Paulo (SP)

Carioca e afrodescendente, Ieda era advogada e, embora militante da ALN, conseguiu manter a vida em completa legalidade até ser presa em São Paulo, em 11 de abril de 1974, quando desapareceu. Sua atuação política teve início entre 1967 e 1968, em Brasília, quando estudava direito na Universidade de Brasília (UnB) e participava discretamente das mobilizações estudantis que marcaram o período. Ao mesmo tempo, entre 1967 e 1970, trabalhou no Plano Nacional de Educação como assistente da assessoria jurídica do Ministério da Educação e Cultura. Formou-se advogada em 1969 e falava francês, italiano, inglês e espanhol.

Em seguida, Ieda foi estagiária e, depois, assistente jurídica do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia. Em 1973, passou a trabalhar como secretária jurídica do Centro de Pesquisas Experimentais. Ao ser presa, aguardava sua transferência para Brasília. Como funcionária do Ministério, fez curso de especialização na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, de setembro de 1971 a março de 1972. No mesmo ano, fez também outros cursos na Faculdade Cândido Mendes. Durante algum tempo, trabalhou também no suplemento literário do jornal *Tribuna da Imprensa*.

Ieda viajou para São Paulo durante os feriados da Semana Santa de 1974, no dia 11 de abril, para buscar passaportes para um casal de militantes da ALN que precisava deixar o país. Não retornou ao Rio de Janeiro. Por telefonema anônimo, sua família soube que ela tinha sido presa na capital paulista.

Sua mãe, Eunice, viajou imediatamente para a cidade e iniciou uma busca desesperada pelo paradeiro da filha. Chegou a obter a informação, através de um general, seu amigo, de que Ieda estivera presa em

CAP5_tortura.indd 155 13.03.10 16:47:49

Campinas (SP), onde chegou a ser hospitalizada em função das torturas, e também em Piquete (SP), onde permaneceu por pouco tempo. Tais informações, oficiosas, nunca foram confirmadas.

Os diversos *habeas corpus* impetrados foram negados. Um mês depois da prisão da filha, Eunice passou a receber cartas de Ieda, o que a deixou ainda mais aflita. Inicialmente, em cinco linhas, em correspondência postada em Belo Horizonte, Ieda dizia para a família não se preocupar, pois estava bem.

Um mês depois, chegou outra carta, nos mesmos termos, postada no Uruguai. A letra, no entanto, estava muito tremida. Eunice fez exames grafológicos e constatou que a caligrafia era de Ieda.

Nesse período do regime militar, em que o desaparecimento se tornou regra sistemática nos órgãos de segurança, repetiram-se várias vezes episódios como esse em que, além do violento trauma trazido pelo desaparecimento, os familiares passaram a ser submetidos a verdadeiras operações de contrainformação e, muitas vezes, foram alvo de chantagem para obtenção de dinheiro em troca de informações que, em nenhum dos casos, se comprovaram verdadeiras.

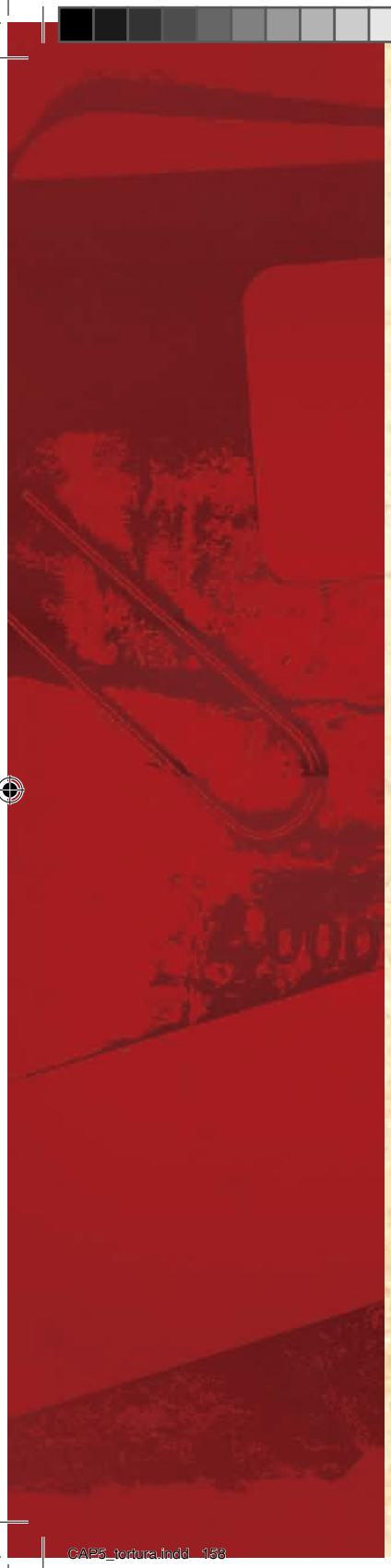
Ieda Santos Delgado foi homenageada, tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, com a denominação de ruas em bairros da periferia.

CAP5_tortura.indd 156 13.03.10 16:47:49

"Logo que fui levada ao DOI-Codi/RJ – depois de três dias no Dops – recebi na cela onde estava, um pouco antes de a tortura começar, uma estranha 'visita': Amílcar Lobo, que se disse médico. Ele tirou minha pressão e perguntou se eu era cardíaca. Ou seja, preparou-me para a tortura para que esta fosse mais eficaz. Os guardas que me levavam, frequentemente encapuzada, percebiam minha fragilidade e constantemente praticavam vários abusos sexuais contra mim. Os choques elétricos no meu corpo nu e molhado eram cada vez mais intensos. Me senti desintegrar: a bexiga e os esfíncteres sem nenhum controle. 'Isso não pode estar acontecendo: é um pesadelo... Eu não estou aqui...', pensei eu. O filhote de jacaré com sua pele gelada e pegajosa percorria meu corpo... 'E se me colocam a cobra, como estão gritando que farão?'. Perdi os sentidos, desmaiei. Em outros momentos, era levada para junto de meu companheiro quando ele estava sendo torturado. Inicialmente, fizeram-me acreditar que nosso filho, de três anos e meio, havia sido entregue ao Juizado de Menores, pois minha mãe e meus irmãos estariam também presos. Foi fácil cair nessa armadilha, pois vi meus três irmãos no DOI-Codi/RJ. Sem nenhuma militância política, foram sequestrados em suas casas, presos e torturados. O barulho das chaves nas mãos de algum soldado que vinha abrir alguma cela era aterrorizante. 'Quem será dessa vez?'. Quando passavam por minha cela e seguiam adiante, ficava aliviada. Alívio parcial, pois pensava: 'Quem estará indo para a sala roxa dessa vez?'. Esse farfalhar de chaves me acompanha desde então. Numa madrugada, fui retirada da cela, levada para o pátio, amarrada, algemada e encapuzada. Aos gritos, diziam que eu seria executada e levada para ser 'desovada' como num 'trabalho' do Esquadrão da Morte. Acreditei. Naquele momento, morri um pouco. Em silêncio, aterrorizada, urinei-me. Aos berros, eles riram e me levaram de volta à cela. Parece que nessa noite não havia muito 'trabalho' a fazer."

CECÍLIA COIMBRA, ex-militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), era estudante de Psicologia quando foi presa em 28 de agosto de 1970, no Rio de Janeiro (RJ). Hoje, vive na mesma cidade, onde foi fundadora do Grupo Tortura Nunca Mais, do qual é presidente. É também professora de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

CAP5_tortura.indd 157 13.03.10 16:47:58



"Cheguei na Oban e a violência começou no interrogatório, com choque elétrico. Quando eu vi o pau de arara, não reconheci o que era porque estava em choque. Vi um copo cheio de uma substância branca e achei que era açúcar, para tomar com água na hora do nervoso. Mas era sal, para pôr nas feridas. Eles faziam piadas sobre o corpo das mulheres, se era feio, jovem, velho, gozavam dos defeitos. Era uma mesquinharia muito grande. Eles abusam, violentam, de uma maneira ou outra, humilham, tornam objeto. Eles faziam a gente se sentir uma porcaria. Também faziam uma certa gozação, como se eu tivesse me metido nisso sem saber o que era. Eles tinham muito prazer na tortura. Não me pareceu que eles faziam por obrigação. Havia o Ustra [coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra], que era o mais terrível, porque vinha com uma conversinha, com uma diplomacia: 'Minha filha, como você vai se meter numa coisa dessas, você é de uma família boa, vai prejudicar os seus filhos por essa coisa de comunismo'. E, de repente, inesperadamente, ele lançava uma bofetada. Lá da minha cela, eu conseguia ver que eles tinham uma cachorrada no pátio. Eles masturbavam as cadelas, as excitavam, e elas uivavam, acho que de prazer e medo. Era brutal. Eu tinha vontade de vomitar. Uma vez, o torturador "Jesus Cristo" [codinome do delegado de polícia Dirceu Gravina] saiu de um interrogatório e foi para o meu. Ele estava muito nervoso e falou: 'Você é psicóloga, né, acho que vou precisar do seu auxílio. Eu estou descontrolado, chego em casa e arrebento tudo, bato na minha mulher'. Depois da Oban, fui para o Dops e para o Tiradentes, onde a coisa foi ficando mais de tortura psicológica e não física. Mas sempre com aquele horror de saber que a qualquer momento a gente poderia voltar para a Oban."

LÚCIA COELHO, ex-militante do Partido Operário Comunista (POC), era professora da Faculdade de Medicina da USP quando foi presa em 15 de julho de 1971, em São Paulo (SP), juntamente com seu marido Ruy Coelho, vice-diretor da Faculdade de Filosofia da USP. Hoje, vive na mesma cidade, é psicóloga e presidente da Sociedade Rorschach de São Paulo.

CAP5_tortura.indd 158 13.03.10 16:48:07

ANA ROSA KUCINSKI SILVA (1942-1974)

Filiação: Ester Kucinski e Majer Kucinski

Data e local de nascimento: 12/1/1942, São Paulo (SP)
Data e local do desaparecimento: 22/4/1974, São Paulo (SP)

Ana Rosa Kucinski Silva era professora universitária, formada em Química, com doutorado em Filosofia. Casada com o físico Wilson Silva, trabalhava no Instituto de Química da USP. Os dois conciliavam trabalho e estudos com a militância política na ALN. Ana Rosa estudou Química na Universidade de São Paulo (USP) durante a efervescência estudantil que marcou o início da resistência ao regime militar nessa área. Avançou em seu engajamento político a partir do namoro e do casamento com Wilson. Em 1966, este tinha organizado com Bernardo Kucinski, seu colega na Faculdade de Física da USP e irmão de Ana Rosa, uma exposição sobre os trinta anos da Guerra Civil Espanhola, na rua Maria Antônia.

Em 22 de abril de 1974, Ana Rosa saiu do trabalho, na Cidade Universitária, e foi ao centro da capital paulista para almoçar com Wilson num dos restaurantes próximos à praça da República. O casal desapareceu nas proximidades. Os colegas de Ana Rosa na USP estranharam sua ausência e avisaram a família Kucinski, que imediatamente começou a tomar providências para a sua localização. Ao procurarem Wilson, souberam que ele também havia desaparecido. As duas famílias passaram a viver o tormento da busca por informações.

Habeas corpus impetrado pelo advogado Aldo Lins e Silva foi negado, pois nenhuma unidade militar ou policial reconhecia a prisão do casal. As famílias dos dois foram a todos os locais de prisão política em busca de notícias e informações. A Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) foi acionada, como recurso extremo, em 10 de dezembro de 1974, data em que a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas completava 26 anos.

CAP5_tortura.indd 159 13.03.10 16:48:08

O pedido de investigação daquela instância interamericana foi respondido, meses depois, pelo governo brasileiro, afirmando não ter responsabilidade alguma sobre o destino do casal e não possuir informações sobre o caso.

Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa descrevem, em *Desaparecidos políticos*, a busca através do governo dos Estados Unidos: "O Departamento de Estado norte-americano, solicitado a dar uma informação, comunicou à American Jewish Communitee, entidade dedicada, entre outras coisas, a procurar pessoas desaparecidas na guerra e famílias separadas, e também à American Jewish Congress, espécie de federação das organizações judaicas religiosas culturais, que Ana Rosa estava viva, mas não sabia onde. A última informação do Departamento de Estado foi transmitida à família Kucinski em 7 de novembro de 1974".

Esse mesmo livro traz um depoimento de Bernardo Kucinski, que se formou em Física, mas optou pelo jornalismo, tendo trabalhado na BBC de Londres e colaborado nos semanários *Opinião e Movimento*, antes de publicar vários livros e tornar-se professor de jornalismo na USP: "Certeza da morte já é um sofrimento suficiente, por assim dizer. Um sofrimento brutal. Agora, a incerteza de uma morte, que no fundo é certeza, mas formalmente não é, é muito pior. Passam-se anos até que as pessoas comecem a pensar que houve morte mesmo. E os pais principalmente, já mais idosos, nunca conseguem enfrentar essa situação com realismo".

Bernardo Kucinski também contou, numa entrevista à revista *Veja*, que a família foi extorquida em 25 mil dólares em troca de informações, que, ao final, mostraram-se inteiramente falsas.

O cardeal arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, conseguiu uma audiência em Brasília com o chefe da Casa Civil do governo federal, general Golbery do Couto e Silva, e obteve, como resposta, promessas de investigação. Pouco tempo depois, o ministro da Justiça, Armando Falcão, publicou uma insólita nota oficial informando o des-

CAP5_tortura.indd 160 13.03.10 16:48:08

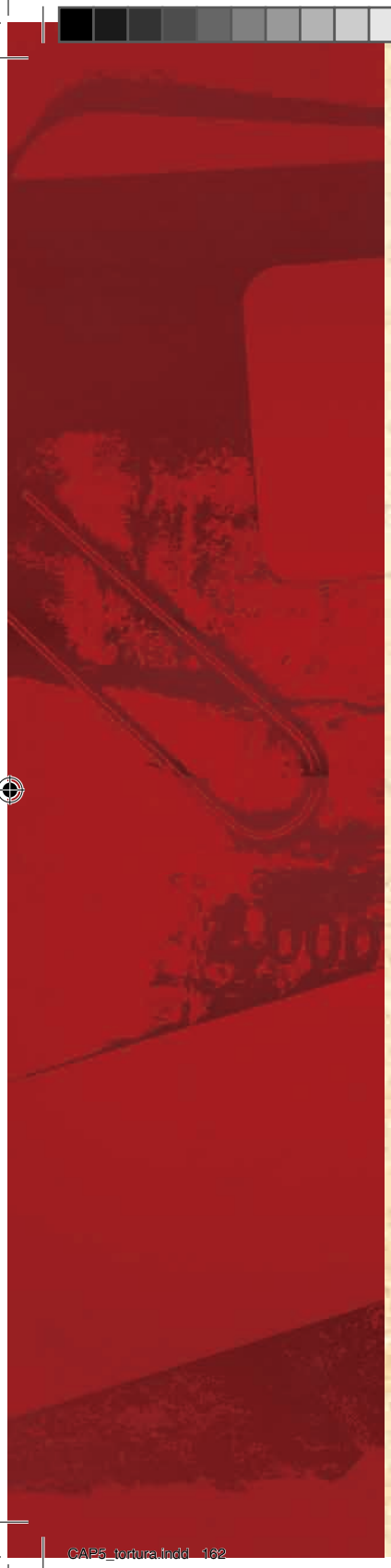
tino dos desaparecidos políticos, na qual Ana Rosa e Wilson Silva foram citados como "terroristas foragidos".

Anos depois, o tenente-médico Amílcar Lobo, que serviu no DOI-Codi/RJ e na "Casa da Morte", em Petrópolis (RJ), concedeu entrevista denunciando os assassinatos políticos que presenciara naquelas unidades militares. Procurado por Bernardo Kucinski, o médico reconheceu Wilson Silva como sendo uma das vítimas de torturas atendidas por ele. Ao ver a foto de Ana Rosa, o militar identificou-a como uma das presas, mas sem demonstrar convicção ou certeza.

O ex-agente do DOI-Codi/SP e ex-sargento Marival Dias Chaves do Canto, também em entrevista à *Veja*, em 18/11/1992, informou: "Foi o caso também de Ana Rosa Kucinski e de seu marido, Wilson Silva. Foram delatados por um cachorro, presos em São Paulo e levados para a casa de Petrópolis. Acredito que seus corpos também foram despedaçados".

O relatório do Ministério da Marinha, enviado em 1993 ao Ministro da Justiça, Maurício Corrêa, confirmou que Wilson Silva "foi preso em São Paulo em 22/4/1974, e dado como desaparecido desde então". Na ficha de Wilson Silva, no arquivo do Deops, consta que ele foi "preso em 22/4/1974, junto com sua esposa Rosa Kucinski".

CAP5_tortura.indd 161 13.03.10 16:48:08



"Fomos levados diretamente para a Oban. Tiraram o César e o [Carlos Nicolau] Danielli do carro dando coronhadas, batendo. Eu vi que quem comandava a operação do alto da escada era o Ustra [coronel reformado do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra]. Subi dois degraus e disse: 'Isso que vocês estão fazendo é um absurdo'. Ele disse: 'Foda-se, sua terrorista', e bateu no meu rosto. Eu rolei no pátio. Aí, fui agarrada e arrastada para dentro. A primeira forma de torturar foi me arrancar a roupa. Lembro-me que ainda tentava impedir que tirassem a minha calcinha, que acabou sendo rasgada. Começaram com choque elétrico e dando socos na minha cara. Com tanto choque e soco, teve uma hora que eu apaguei. Quando recobrei a consciência, estava deitada, nua, numa cama de lona com um cara em cima de mim, esfregando o meu seio. Era o Mangabeira [codinome do escrivão de polícia de nome Gaeta], um torturador de lá. A impressão que eu tinha é de que estava sendo estuprada. Aí começaram novas torturas. Me amarraram na cadeira do dragão, nua, e me deram choque no ânus, na vagina, no umbigo, no seio, na boca, no ouvido. Fiquei nessa cadeira, nua, e os caras se esfregavam em mim, se masturbavam em cima de mim. A gente sentia muita sede e, quando eles davam água, estava com sal. Eles punham sal para você sentir mais sede ainda. Depois fui para o pau de arara. Eles jogavam coca-cola no nariz. Você ficava nua como frango no açougue, e eles espetando seu pé, suas nádegas, falando que era o soro da verdade. Mas com certeza a pior tortura foi ver meus filhos entrando na sala quando eu estava na cadeira do dragão. Eu estava nua, toda urinada por conta dos choques. Quando me viu, a Janaína perguntou: 'Mãe, por que você está azul e o pai verde?'. O Edson disse: 'Ah, mãe, aqui a gente fica azul, né?'. Eles também me diziam que iam matar as crianças. Chegaram a falar que a Janaína já estava morta dentro de um caixão."

MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES, ex-militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), era professora de educação artística quando foi presa em 28 de dezembro de 1972, em São Paulo (SP). Hoje, vive na mesma cidade, é diretora da União de Mulheres de São Paulo e integra a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos 2008, na categoria Defensores de Direitos Humanos.

CAP5_tortura.indd 162 13.03.10 16:48:18

JANE VANINI (1945-1974)

Filiação: Antônia Maciel Vanini e José Vanini Filho

Data e local de nascimento: 8/9/1945, Cáceres (MT)
Data e local do desaparecimento: 6/12/1974, Concepción (Chile)

Nascida em Cáceres, no Mato Grosso, Jane estudou no Colégio Imaculada Conceição, em sua terra natal, até se mudar para São Paulo, em 1966, onde cursou Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP). Além de estudar, também trabalhava no Mappin e na Editora Abril, onde conheceu Sérgio Capozzi, com quem se casou.

Em agosto de 1969, o casal passou a integrar a ALN, fazendo de sua residência um abrigo para Joaquim Câmara Ferreira, o Toledo, principal dirigente da ALN após a morte de Carlos Marighella. Os vizinhos e os amigos o conheciam como tio Nico, pensando que fosse algum parente.

Após uma série de prisões de membros da ALN em abril de 1970, o casal foi identificado pelos órgãos de segurança do regime militar. Colegas da Editora Abril ajudaram Capozzi a fugir, quando a Oban tentou prendê-lo no trabalho. O casal passou a viver na clandestinidade e seguiu de navio para Montevidéu, capital do Uruguai. Daquele país vizinho, os dois militantes seguiram para Cuba, onde participaram de treinamento militar. No país caribenho, Jane trabalhou na Rádio Havana.

Com a cisão ocorrida na ALN, ela passou a integrar o Molipo e regressou ao Brasil em setembro de 1971. Do chamado Grupo dos 28, que fundou essa nova organização, Jane ficou entre os que conseguiram sobreviver após a sequência de prisões e mortes imposta pelo aparelho de repressão entre novembro de 1971 e maio de 1973.

Durante sua permanência clandestina no Brasil, documentos dos órgãos de segurança informam que Jane teria se estabelecido, com Sérgio Capozzi e Otávio Ângelo (reconhecido por fotografia), num aparelho rural do Molipo na região do rio Lajes, entre Araguaína e Wanderlândia, no atual estado do Tocantins.

Conseguiu sair do Brasil e refugiou-se no Chile durante o governo

CAP5_tortura.indd 163 13.03.10 16:48:18

de Salvador Allende (1970-1973), passando a militar no Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR). Trabalhou na revista *Punto Final* até 1973, quando já tinha se separado de Capozzi e casado com o jornalista chileno José Carrasco Tapia, conhecido como Pepe Carrasco, dirigente do MIR. Seu novo nome era Gabriela Hernández. Com o golpe militar que derrubou Salvador Allende, liderado pelo general Augusto Pinochet (1973-1990), Jane recusou-se a deixar o Chile e novamente passou à clandestinidade. Foi morar com Pepe em Concepción, agora sob a identidade de Carmen Carrasco Tapia.

Em 6 de dezembro de 1974, ao meio-dia, Pepe foi preso pela polícia fascista de Pinochet. A clandestinidade impunha regras que tinham de ser seguidas com rigidez. Jane e Pepe tinham um horário certo para estar em casa. Aquele que não voltasse, tinha sido preso. O combinado

DITADURA CHILENA

O regime comandado pelo general Augusto Pinochet instituiu a violência de Estado como norma de conduta desde o primeiro momento do golpe contra o governo do presidente Salvador Allende, provocando sua morte no palácio presidencial de La Moneda, em 11 de setembro de 1973. O período em que a Unidade Popular governou o Chile, entre fins de 1970 e setembro de 1973, foi marcado por mobilizações de conteúdo socialista, aproximação diplomática com Cuba e União Soviética e crescimento do setor nacional-estatal da economia. A ditadura de Pinochet durou até a oposição vencer um plebiscito nacional em 1988 – que disse não à manutenção do general na Presidência por mais oito anos – e as eleições presidenciais do ano seguinte. Estima-se que, durante o regime, mais de 3 mil opositores foram assassinados. Pinochet morreu em dezembro de 2006, quando respondia a inúmeras ações criminais.

CAP5_tortura.indd 164 13.03.10 16:48:19

é que tentariam sobreviver às torturas informando onde moravam e sabendo que o outro já havia fugido.

Nesse dia, como Pepe não havia voltado, Jane procurou outros militantes do MIR para saber se tinham alguma informação. Se ele estivesse vivo, queria tentar resgatá-lo das mãos da Direção de Inteligência Nacional (Dina), a implacável polícia política de Pinochet. A ação proposta por ela foi descartada, mas, sentindo a determinação de Jane, seus companheiros do MIR chegaram a trancá-la num banheiro para tentar preservar sua vida.

Por volta de 22 horas, Pepe tinha certeza de que Jane já não estaria em casa. Aguentou a tortura por muitas horas além do prazo combinado. Ela, porém, tinha conseguido fugir pela janela do banheiro onde havia sido trancada e voltou para casa, esperando resgatar seu companheiro.

Quando a polícia chegou, Jane resistiu sozinha durante quatro horas. Os agentes policiais, que não esperavam reação, chegaram a pensar que ali estivessem muitos guerrilheiros. Pediram reforços, até que Jane foi ferida e presa. Na casa, ela deixou um bilhete para Pepe com os dizeres: "Perdóname mi amor, fue un último intento por salvarte".

Jane foi morta em 6 de dezembro de 1974, mas seu nome somente passou a constar da lista de desaparecidos brasileiros no Chile em 1980, pois seus companheiros no Brasil acreditavam que ela tinha conseguido sobreviver. Da prisão, Pepe só conseguiu escrever para a família de Jane em março de 1975. Tinha o endereço de uma de suas irmãs, Dulce, a quem Jane sempre tratou por Madrinha. Aos pais, já idosos, as irmãs de Jane preferiram contar que ela tinha morrido do coração.

Com o retorno ao Brasil de seu companheiro e ex-marido Sérgio Capozzi, a história da morte de Jane foi relatada à Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Pepe cumpriu sua pena e, libertado, seguiu para o exílio. Retornou ao Chile em 1984, mas em 8 de setembro de 1986, cinco horas depois

CAP5_tortura.indd 165 13.03.10 16:48:19

de um grave atentado contra a vida do ditador Augusto Pinochet, foi retirado de sua casa por agentes da Dina e assassinado a tiros.

Ao conhecer a história de Jane, o deputado Nilmário Miranda, presidente da Comissão de Representação Externa da Câmara dos Deputados sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, realizou diversas gestões junto ao governo chileno. Em dezembro de 1993, este reconheceu sua responsabilidade na morte de Jane Vanini e determinou o pagamento de uma pensão à sua mãe.

Dentre outras homenagens no Brasil e no Chile, a Universidade do Estado de Mato Grosso deu o nome de Jane Vanini ao seu campus universitário em Cáceres. Seus restos mortais nunca foram localizados, embora em maio de 2005 um erro de comunicação entre autoridades brasileiras e chilenas tenha gerado a divulgação pela imprensa de que eles tinham sido encontrados num cemitério clandestino de Concepción.

No Chile redemocratizado, ela passou a ser homenageada como heroína da luta contra o fascismo, só então sendo conhecida por sua verdadeira identidade.

NEIDE ALVES DOS SANTOS (1944-1976)

Filiação: Nair Alves dos Santos e Alexandre Alves dos Santos

Data e local de nascimento: 12/9/1944, Rio de Janeiro (RJ)
Data e local da morte: 7/1/76, São Paulo (SP)

Nascida no Rio de Janeiro, Neide Alves dos Santos era ligada a Hiran de Lima Pereira, membro do Comitê Central do PCB. Seu nome não constava de nenhuma lista de mortos e desaparecidos políticos. Foi o trabalho da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) que possibilitou elucidar mais uma morte decorrente de torturas aplicadas pelos órgãos de segurança do regime militar.

No início de 1975, quando estava em curso a Operação Radar, cujo objetivo era aniquilar o PCB, Neide viajou de São Paulo para a casa

CAP5_tortura.indd 166 13.03.10 16:48:20

de sua irmã, no Rio, e contou que estava sendo seguida. Poucos dias depois, desapareceu por cinco dias e, quando retornou, tinha marcas de tortura por todo o corpo. Estava muito abalada emocionalmente, motivo pelo qual ficou internada por algum tempo na Colônia Juliano Moreira para tratamento psiquiátrico. Algum tempo depois, retornou a São Paulo e novamente foi presa.

Documentos policiais registram que ela teria sido detida em 6 de fevereiro de 1975, em São Paulo, e encaminhada ao DOI-Codi/RJ oito dias depois. Em 21 de fevereiro, no Dops/RJ, foi fotografada e identificada. A CEMDP colheu também informações de que ela atuava no setor de propaganda do PCB, que residiu algum tempo em Pernambuco e chegou a morar, com sua filha, na mesma casa de Hiran, em São Paulo. Depoimentos de presos políticos ligados ao PCB não deixam dúvidas quanto à existência de vínculo entre Neide e o partido, especialmente com Hiran, ficando implícito que Neide voltou a ser interrogada inúmeras vezes no decorrer de 1975, seja no Dops/SP, seja no DOI-Codi/RJ.

Em 10 de dezembro daquele ano, ela começou a trabalhar como caixa num supermercado de Perdizes, bairro da capital paulista. Sua irmã informou à CEMDP que ela teria desaparecido em janeiro de 1976, depois de sair de casa levando alguns discos para ouvir na casa de uma amiga.

Documentos do Dops/SP registram, no entanto, que Neide teria sido internada na noite de Réveillon. Conforme telex da 28ª Delegacia de Polícia, de 31 de dezembro de 1975, Neide Alves dos Santos, cognome Lúcia, foi atendida no Hospital Municipal do Tatuapé e apresentava queimaduras. Estranhamente, a mensagem relata que, com ela, foi apreendido um caderno de anotações informando que pertencia ao PCB. Outro documento do Dops/SP registra a comunicação de seu falecimento, às 20h40 do dia 7 de janeiro de 1976.

Num primeiro exame, o relator do processo na Comissão Especial, Paulo Gustavo Gonet Branco, propôs indeferimento, por considerar

CAP5_tortura.indd 167 13.03.10 16:48:20

que as condições da morte "não preenchiam os requisitos da Lei". Luís Francisco Carvalho Filho pediu vistas e conseguiu determinar que a morte ocorreu por responsabilidade dos agentes do Estado brasileiro.

Em seu voto pelo deferimento, Luís Francisco enfatizou dois aspectos importantes. O primeiro era que os registros da Medicina Legal apontam como muito raro o "suicídio de mulher mediante fogo posto às vestes".

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB)

Fundado em março de 1922, o PCB esteve, em seus primeiros passos, vinculado às concepções da Terceira Internacional, convocada por Lenin em 1919. Em 1935, promoveu um levante insurrecional em vários quartéis do país, mobilizando as fortes bases que adquiriu entre os militares após o ingresso no partido de Luís Carlos Prestes, lendário líder tenentista que comandou uma espécie de coluna guerrilheira que se deslocou por milhares de quilômetros no interior brasileiro entre 1925 e 1927. Nos anos que antecederam o golpe militar, a linha seguida pelo partido (em 1962, um setor dissidente formou o PCdoB) propugnava uma estratégia de transição pacífica para o socialismo que envolvia alianças com setores da burguesia nacional. Apesar disso, com o golpe, muitos de seus dirigentes foram presos e torturados e seu aparelho sindical foi desmantelado. O debate que se seguiu sobre as razões da derrota polarizou-se agudamente, causando novas e importantes dissidências, como a ALN. O PCB passou então a defender a necessidade de manter uma atividade defensiva. Assim, o partido ficou relativamente resguardado da repressão; mas o regime decidiu aniquilá-lo quando constatou que havia esmagado as organizações guerrilheiras. No triênio 1974-76, o partido foi vítima de feroz repressão em todo o país. Entre os assassinatos de seus dirigentes e apoiadores, provocaram forte impacto os do jornalista Vladimir Herzog, em outubro de 1975, e do operário Manoel Fiel Filho, em janeiro de 1976. Também causaram comoção os desaparecimentos de Davi Capistrano da Costa, Luis Inácio Maranhão Filho e outros menbros de seu Comitê Central, durante o governo Geisel.

CAP5_tortura.indd 168 13.03.10 16:48:21

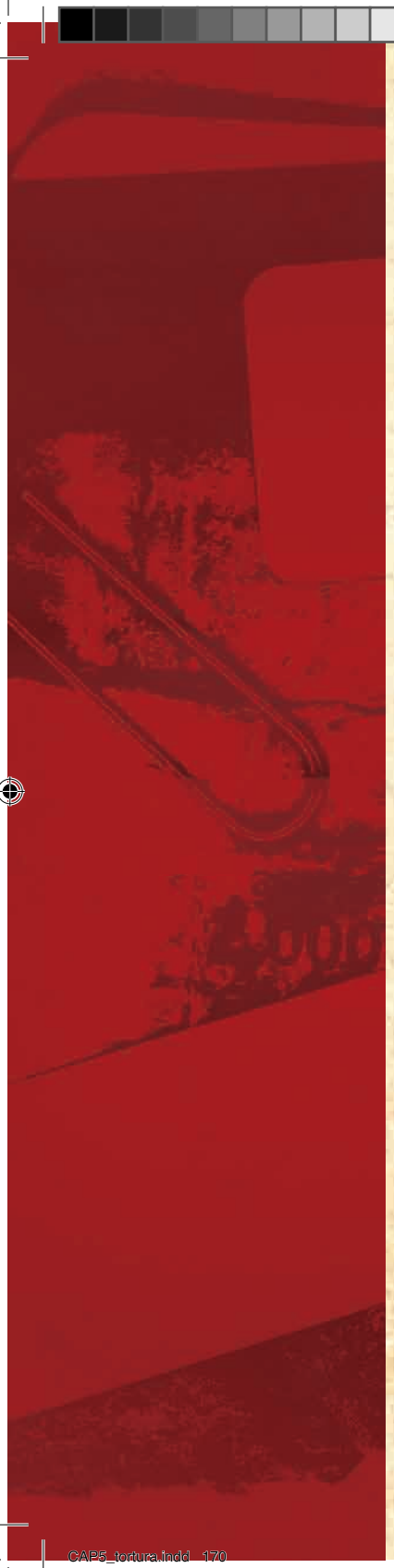
O segundo dizia respeito ao delicado momento vivido pelo regime. Neide morreu em 7 de janeiro de 1976, entre dois acontecimentos políticos que marcaram a história do Brasil e abalaram o anunciado processo de abertura política: a morte de Vladimir Herzog, em 25 de outubro de 1975, e a de Manuel Fiel Filho, em 17 de janeiro de 1976, eventos que provocaram a demissão do comandante do II Exército e expuseram uma grave crise interna no regime militar. Aparentemente, o poder central estava perdendo o controle sobre o que ocorria nos porões da tortura.

Luís Francisco argumentou que a conjuntura política e a crescente mobilização da sociedade civil não aconselhavam mais o puro e simples desaparecimento do preso político. Era preciso uma roupagem formal para a morte. As autoridades militares sabiam que uma repetição do caso Herzog seria intolerável. "Não estaríamos diante de uma espécie de 'incidente' ou de 'acidente' ocorrido no interior dos órgãos de repressão de São Paulo, dissimulado com sucesso para, por exemplo, evitar uma provável e severa reação presidencial?", indagou em seu parecer.

Após um ano de insistência, a CEMDP recebeu da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo cópia do exame necroscópico e duas requisições de exame ao Instituto Médico Legal (IML). O laudo, assinado por Pérsio José Ribeiro Carneiro, é sucinto o suficiente para despertar suspeitas, já que Neide morreu por queimaduras em cerca de 70% do corpo.

Uma das requisições de exame é genérica e pede a remoção do corpo do Hospital do Tatuapé. A outra define o destino a ser dado ao corpo: contém o sinal que identificava os militantes políticos – a letra T, de terrorista. Luís Francisco concluiu: "ainda que permaneçam desconhecidas todas as circunstâncias do caso, a sua natureza política é cristalina, assim como as evidências de que ela se encontrava sob a vigilância de agentes da repressão. A morte não foi natural. A prova indiciária é suficiente para incluir o nome de Neide Alves dos Santos no rol das vítimas fatais da violência do regime militar". O processo de Neide foi então aprovado por unanimidade.

CAP5_tortura.indd 169 13.03.10 16:48:21



"De tudo que eu passei, o pior foi ter assistido à tortura de Odijas [Carvalho de Souza]. Eles abriram a porta da sala de tortura e me fizeram sentar ali do lado para ver. Eram muitos homens. Teve muita porrada: socos, pontapés, palmatória... enfiaram coisas no ânus dele. Isso durou o dia todo, a madrugada inteira, e ele começou a urinar e a vomitar sangue. Quando chegou no hospital, oito dias depois, estava com todos os órgãos destruídos e morreu ali. Durante o dia, eles me deixavam sentada numa cadeira dura, numa sala de expediente do Dops, no caminho para a sala de tortura e para as celas. Eles passavam por ali o tempo todo, tinha muito assédio, puxavam meu cabelo, falavam coisas. Na primeira semana, eu não fui torturada porque estava tudo concentrado no Odijas e nos demais presos, que eram da direção do PCBR. Eu era uma desconhecida da repressão e muito menina, tinha pouco mais de 18 anos. Mas quando passavam por mim, diziam: 'Amanhã vai ser você, mas aí vai ser diferente'. E diziam coisas nojentas sugerindo que haveria violência sexual. Teve um dia que eu fui interrogada pelo Miranda, que era o chefão dos torturadores. Eu apanhei de palmatória nas nádegas, mãos, pés... Numa das ameaças de violência sexual, o delegado me chamou, disse que eu estava muito magra e perguntou se eu estava trepando muito, pois essa era a melhor maneira de emagrecer. E disse que ele poderia me alimentar bem, me engordar e depois me faria emagrecer com a dieta do sexo. Isso tudo aconteceu no Dops do Recife. Depois eu fui levada para o quartel do Derby, onde também foi muito pesado, porque não tinha instalação para presas. Então, ficamos três mulheres numa cela exposta, sem cortina, com soldados passando e fazendo gracejos. Em 1974, quando eu já estava solta, fui sequestrada pelo Cenimar, onde fiquei 24 horas encapuzada numa cela."

LYLIA GUEDES, ex-militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), era estudante secundarista quando foi presa em 31 de janeiro de 1971 na cidade de Paulista (PE). Hoje, é professora da Universidade Federal do Mato Grosso e vive em Brasília (DF), onde coordena a gerência indígena do Ministério do Meio Ambiente.

CAP5_tortura.indd 170 13.03.10 16:48:31

ZULEIKA ANGEL JONES (1923-1976)

Filiação: Francisca Gomes Netto e Pedro Netto

Data e local de nascimento:
5/6/1923, Curvelo (MG)
Data e local da morte:
14/4/1976, Rio de Janeiro (RJ)

"Se algo vier a acontecer comigo, se eu aparecer morta, por acidente, assalto ou qualquer outro meio, terá sido obra dos mesmos assassinos do meu amado filho." O trecho da carta escrita em 23 de abril de 1975 pela estilista Zuleika Angel Jones, conhecida como Zuzu Angel, e entregue ao compositor Chico Buarque e outros amigos, representou uma verdadeira premonição a respeito de sua morte um ano depois.

Zuzu Angel morreu em 14 de abril de 1976 num acidente automobilístico na saída do túnel Dois Irmãos, no Rio de Janeiro. A suspeita de que o acidente tivesse sido provocado surgiu imediatamente em todas as pessoas bem informadas sobre o que era o aparelho de repressão política do regime militar. Mas foi somente através da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) que se tornou possível elucidar os fatos. Ficou provado que sua morte foi desdobramento e consequência da morte do filho, Stuart Edgard Angel Jones, em 1971.

Profissional de sucesso – vestia atrizes como Liza Minnelli e Joan Crawford –, Zuzu transformou o desaparecimento de Stuart num acontecimento que provocou desgaste internacional para o regime militar, despertando a ira dos porões da ditadura, que passaram a vê-la como ameaça.

Buscando incansavelmente o paradeiro do filho, Zuzu Angel esteve nos Estados Unidos com o senador Edward Kennedy; furou o cerco da segurança norte-americana e conversou com o então secretário de Estado Henry Kissinger, em visita ao Brasil; prestou detalhado depoimento ao historiador Hélio Silva; e escreveu ao presidente Ernesto Geisel, ao ministro do Exército, Sylvio Frota, ao cardeal de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, e à Anistia Internacional. Em um de seus desfiles, estampou os figurinos com tanques de guerra e anjos. Em português, a palavra inglesa *angel* quer dizer anjo. Quando começou a receber ameaças de morte, alertou os amigos.

CAP5_tortura.indd 171 13.03.10 16:48:32

Zuzu estava absolutamente sóbria na noite do acidente e, uma semana antes, tinha feito uma revisão completa em seu carro, que, sem aparente motivo, desviou-se da estrada e capotou diversas vezes em um barranco. A análise das fotos e dos laudos periciais, as inúmeras contradições e omissões encontradas no inquérito e os depoimentos de testemunhas oculares compuseram uma base robusta para a decisão da CEMDP reconhecendo a responsabilidade do regime militar por mais essa morte de opositor político.

Houve um indeferimento inicial, mas a família de Zuzu decidiu exumar seu corpo e entrou com recurso, levando a CEMDP a mergulhar na investigação dos novos dados. A exumação foi realizada por Luis Fondebrider, da Equipe Argentina de Antropologia Forense.

Foram também apresentadas novas testemunhas, entre elas o advogado Carlos Machado Medeiros, filho de um ex-ministro da Justiça de Castello Branco. Ele trafegava pela estrada Lagoa-Barra da Tijuca e forneceu uma declaração escrita, afirmando que "[...] dois veículos abalroaram o Karmann Ghia azul de uma pessoa que, logo depois, na manhã seguinte, constatei ser Zuzu Angel".

Com medo de represálias, contou o que viu apenas aos amigos. Três deles confirmaram essa declaração perante o relator. Este, no entanto, não conseguiu falar pessoalmente com Medeiros, que também sofreu um acidente automobilístico, causador de sequelas e problemas de memória.

Outros depoimentos, recolhidos na segunda fase do processo, foram o da psiquiatra Germana Lamare – a quem Zuzu contou estar sendo ameaçada de morte – e o de Marcos Pires, estudante residente na Barra da Tijuca. Ele ouviu o acidente e, ao chegar ao local, já encontrou uma dúzia de carros oficiais, a maioria da polícia, ao redor do automóvel destruído da estilista.

As informações foram relatadas em uma carta enviada a Hildegard, filha de Zuzu e então colunista do jornal *O Globo*. Mais tarde, em depoimento prestado a Nilmário Miranda em 12 de fevereiro de 1996, Pires admitiu ter presenciado o acidente: "Eu só vi um carro saindo [do

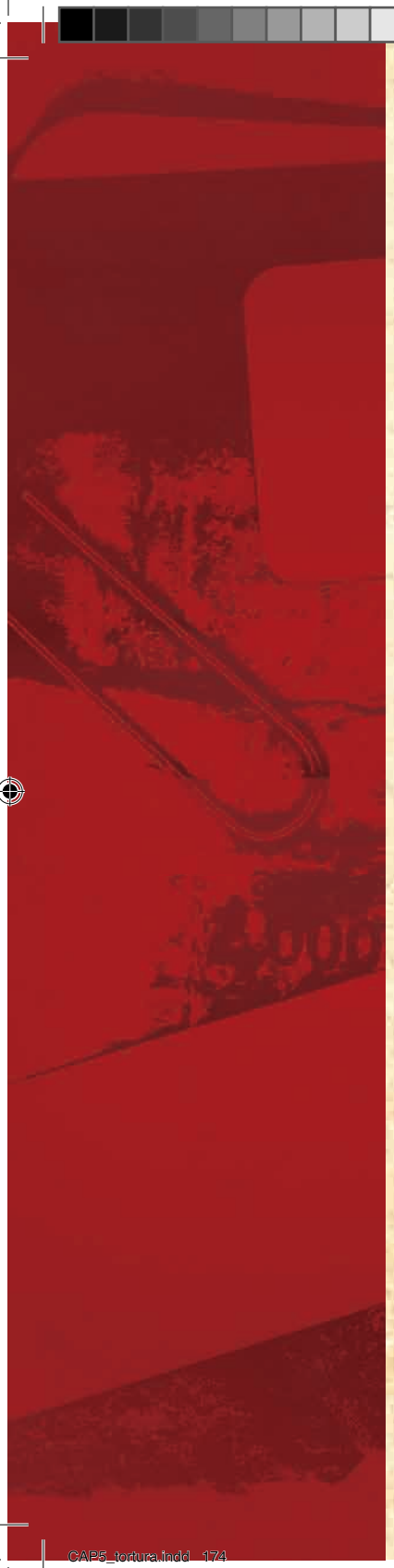
CAP5_tortura.indd 172 13.03.10 16:48:32

túnel] e logo em seguida um outro carro que emparelha com esse carro. [...] Eu vi quando o carro que ultrapassa o carro da direita [...] abalroa este carro [...] e faz com que ele caia a uma distância que estimei na hora em cinco metros [...]". Tal versão contrariava frontalmente o laudo oficial do acidente e praticamente dirimiu todas as dúvidas.

Em 1987, Virgínia Valli publicou o livro *Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho – a verdadeira história de um assassinato político*. Em 2006, o diretor Sérgio Rezende levou às telas a cinebiografia da estilista, interpretada pela atriz Patrícia Pilar. A música *Angélica*, que Chico Buarque e Miltinho compuseram em sua homenagem, em 1977, evoca a sua dor e uma das versões existentes para o desaparecimento do corpo de Stuart – jogado de helicóptero no Atlântico –, além dos figurinos com motivo de anjos e tanques que ela apresentou num desfile:

Quem é essa mulher
Que canta sempre esse estribilho
Só queria embalar meu filho
Que mora na escuridão do mar
Quem é essa mulher
Que canta sempre esse lamento
Só queria lembrar o tormento
Que fez o meu filho suspirar
Quem é essa mulher
Que canta sempre o mesmo arranjo
Só queria agasalhar meu anjo
E deixar seu corpo descansar
Quem é essa mulher
Que canta como dobra um sino
Queria cantar por meu menino
Que ele já não pode mais cantar

CAP5_tortura.indd 173 13.03.10 16:48:32



"Minha segunda prisão foi quando eu estava a caminho do Araguaia. Saí de São Paulo, de ônibus, junto com a Elza Monnerat, que era dirigente do PCdoB. Quando chegamos a Marabá, ela me levou para um hotel. Quando vimos que o Exército estava na cidade, ela me deu a instrução para voltar para São Paulo, mas foi tarde demais. O hotel já estava cercado e eu fui presa lá, onde passei a noite. Depois me levaram para o quartel e, de lá, para Belém, Brasília e São Paulo. Comecei a ser mais torturada em Brasília, no PIC [Pelotão de Investigações Criminais], porque antes eles não tinham muitas informações a meu respeito. Lá estava lotado de gente, a cela era imunda, cheia de baratas. Para o interrogatório, eu ia encapuzada, e eles gritando. E tinha pancadaria, ameaças, choque. Eles também me humilhavam muito por eu ser japonesa. O meu maior medo era voltar para São Paulo, porque aqui eu sabia que a barra ia pesar. Quando eu voltei, dois meses depois de ser presa, fui direto para a Oban. Eles me torturaram mais pelo ódio que sentiam do que para obter informações. Eles sabiam que eu não tinha mais informação 'quente' para oferecer. Passei por muita pancadaria, choque, xingamento. Diziam que eu era uma traidora, que o Brasil tinha sido generoso com a minha família, que eu devia estar ajoelhada beijando a bandeira."

RIOKO KAYANO, ex-militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), era estudante de Letras quando foi presa em 14 de abril de 1972, em Marabá (PA). Hoje, vive em São Paulo (SP) e é funcionária aposentada da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP).

CAP5_tortura.indd 174 13.03.10 16:48:41

MARIA AUXILIADORA LARA BARCELLOS (1945-1976)

Filiação: Clélia Lara Barcellos e Waldemar de Lima Barcellos

Data e local de nascimento:
25/3/1945, Antônio Dias (MG)
Data e local da morte:
1/6/1976, Berlim Ocidental (Alemanha)

Em 1º de junho de 1976, Maria Auxiliadora atirou-se nos trilhos de trem da estação de metrô Charlottenburg, em Berlim Ocidental, na Alemanha, e teve morte instantânea. Conhecida pelos amigos como Dora ou Dorinha, ela havia sido presa sete anos antes, no dia 21 de novembro de 1969, juntamente com seus companheiros da VAR-Palmares Antônio Roberto Espinoza e Chael Charles Schreier, na casa em que moravam no bairro do Méier, no Rio de Janeiro. Os três foram torturados no quartel da Polícia do Exército, na Vila Militar. Chael foi morto em menos de 24 horas.

Vítima de cruéis torturas, Dora passou pelos presídios de Bangu, no Rio de Janeiro, e Linhares, em Juiz de Fora (MG). Foi banida e enviada para o Chile com outros 69 presos políticos em 13 de janeiro de 1971, no episódio do sequestro do embaixador suíço no Brasil. Nunca mais conseguiu se recuperar plenamente das profundas marcas psíquicas deixadas pelas sevícias e violências de todo tipo a que foi submetida.

Durante o exílio, registrou, num texto com tons literários, suas difíceis memórias: "Foram intermináveis dias de Sodoma. Me pisaram, cuspiram, me despedaçaram em mil cacos. Me violentaram nos meus cantos mais íntimos. Foi um tempo sem sorrisos. Um tempo de esgares, de gritos sufocados, um grito no escuro".

Mineira de Antônio Dias, Maria Auxiliadora era filha de um agrimensor e, por isso, passou a infância em várias cidades do interior de Minas Gerais. Estudou no Colégio Estadual Nossa Senhora de Fátima, em Belo Horizonte e, quando criança, pensou em ser freira. Despertou muito cedo para as questões sociais e lecionou durante dois anos na escola de uma favela. Em 1965, começou a cursar Medicina na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e, ainda estudante, deu plantões na

CAP5_tortura.indd 175 13.03.10 16:48:42

área de Psiquiatria e no pronto-socorro do hospital Galba Veloso.

Participante das mobilizações estudantis de 1968 e já militante do Colina, que se transformaria logo depois em VAR-Palmares, Dora deixou o quinto ano de Medicina após o AI-5, e mudou-se para o Rio de Janeiro, em março de 1969, passando a atuar na clandestinidade.

Durante a permanência no Chile, tentou tratar-se das sequelas das torturas. Após setembro de 1973, com a deposição de Salvador Allende, ela conseguiu asilo na embaixada do México, onde trabalhou como intérprete até seguir para a Europa, através da Cruz Vermelha. Passou pelo México, pela Bélgica e pela França, chegando à Alemanha

COMANDO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (COLINA)

Praticamente restrito a Minas Gerais, o Colina resultou da cisão ocorrida no 4º Congresso da Polop, em 1967. Os dissidentes criticavam o doutrinarismo da linha oficial e propunham a defesa de bandeiras democráticas como a Constituinte. Em maio de 1968, foi realizada uma conferência que aprovou algumas definições de ordem programática e estratégica, como, por exemplo, a defesa da "Libertação Nacional" como conteúdo fundamental da revolução brasileira, em contraposição ao "Programa Socialista". No plano estratégico, sua proposta cotinha nítidas influências guevaristas. A base de seus militantes era constituída de estudantes ou ex militantes do movimento estudantil. No início de 1969, a organização enfrentou uma série de prisões, que acarretaria numa grave desarticulação de sua capacidade operacional e na orientação da maioria dos remanescentes para uma aproximação com a VPR, que resultaria na fundação da VAR-Palmares. Nessa série de prisões, o aparelho de repressão inaugurou a montagem de farsas que seriam repetidas muitas vezes nos anos seguintes, forjando suicídios de presos políticos para tentar encobrir seus assassinatos sob torturas. Militantes do Colina, o sargento da Aeronáutica João Lucas Alves foi morto em Belo Horizonte, em março de 1969, e o sargento da PM da Guanabara Severino Viana Callôr, no Rio de Janeiro, em maio.

CAP5_tortura.indd 176 13.03.10 16:48:43

em 10 de fevereiro de 1974. Nesse país, conseguiu uma bolsa para completar o curso de Medicina. Pouco antes de concluir os estudos, foi internada para tratamento psiquiátrico.

Quando depôs na Justiça Militar do Rio de Janeiro, em 27 de maio de 1970, Maria Auxiliadora denunciou detalhadamente as brutalidades que ela e seus dois companheiros sofreram na Polícia do Exército. Consta de seu depoimento na 2ª Auditoria da Marinha que:

> foi presa no dia 21/11; estavam junto da declarante Antônio Roberto e Chael [...], presos em casa, por uma turma mista, composta por elementos do Dops e da PE; foram conduzidos ao Dops, onde se procedeu às providências de rotina; encontravam-se os três numa sala, de onde Chael foi chamado para dirigir-se a uma sala ao lado, onde ele foi espancado, ouvindo a declarante seus gritos [...] na sala foram tirando aos poucos sua roupa; que um policial, entre palavras de baixo calão proferidas por outros, ficou à sua frente como se mantivesse relações sexuais com a declarante, ao tempo que tocava seu corpo, que esta prática perdurou por duas horas; o policial profanava os seus seios e, usando uma tesoura, fazia como se fosse seccioná-los; entre semelhante prática, sofreu bofetadas; [...] pelas quatro horas da madrugada, Chael e Roberto saíram da sala onde se encontravam, visivelmente ensanguentados, inclusive no pênis, na orelha, e ostentando corte na cabeça; nessa mesma madrugada foram transferidos para a PE [...]; nesta unidade do Exército, os três foram colocados numa sala, sem roupas; primeiro chamaram Chael e fizeram-no beijar a declarante toda, e em seguida chamaram Antônio Roberto para repetir esta prática [...]; depois um indivíduo lhe segurou os seios, apertando-os, enquanto outros torturadores a machucavam; em seguida prosseguiram as torturas, através de choques; [...] foi levada para a 1ª Companhia de Intendência, de onde saía para prestar depoimentos

CAP5_tortura.indd 177 13.03.10 16:48:43

perante muita gente; continuou apanhando, embora com um cunho psicológico, torturas físicas suportáveis; o capitão Guimarães apertou o seu pescoço, dizendo que iria enforcá-la [...].

Maria Auxiliadora denunciou as torturas sofridas e o assassinato de Chael. Respondendo a outro processo em São Paulo, declarou em 17 de novembro de 1970, diante do Conselho Especial de Justiça do Exército, reunido na 1ª Auditoria:

[...] perguntada se tem outras declarações a fazer, respondeu afirmativamente e declarou [...] que não cometeu crime algum [...] nem eu nem qualquer indiciado em outra organização, pois os verdadeiros criminosos são outros; se há alguém que tenha de comparecer em juízo, esse alguém são os representantes desta ditadura implantada no Brasil, para defender interesses de grupos estrangeiros que espoliam as nossas riquezas e exploram o trabalho do nosso povo; [...] além desses crimes, o crime de haver torturado até a morte brasileiros valorosos como João Lucas, Mário Alves, Olavo Hansen e Chael Charles [...].

Em São Paulo, encontra-se, hoje, em pleno funcionamento, na periferia leste da capital, Cidade Tiradentes, o Centro de Atenção à Saúde Sexual e Reprodutiva Maria Auxiliadora Lara Barcellos. Durante o exílio, seu companheiro de banimento, Luiz Alberto Barreto Leite Sanz, hoje professor no Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), realizou um filme sobre o drama de Dorinha.

CAP5_tortura.indd 178 13.03.10 16:48:44

"Eu e meu marido, Dermi Azevedo, militávamos com os padres dominicanos, em São Paulo. Em 15 de janeiro de 1974, um dia após a prisão do Dermi, fui pega. Eu tinha saído atrás de ajuda para ele e acabei sendo presa no meu local de trabalho. Foi um terror. Quando abri a porta, vi cinco homens armados com metralhadora me esperando. Depois de rodar horas pela cidade com os policiais, fui levada para a sede do Dops. Quando cheguei lá, por volta da meia-noite, encontrei meu filho, Carlos Alexandre, que na época tinha dois anos de idade, e a moça que cuidava dele. Me levaram imediatamente para a sala de tortura, e era o delegado Fleury que estava me esperando. Já era tarde da noite e o Fleury ficou irritado de saber que meu filho estava ali. Então, ele saiu para resolver o que fazer com o menino. Eu acabei não sendo torturada e, depois, soube que meu filho foi levado para a casa da minha sogra. Apesar de não ter sofrido tortura física, sofri muita violência psicológica. Fui colocada numa solitária, revistavam a cela com cachorros e faziam chacota de mim. Como eu era muito magra e tinha pouco seio, eles perguntavam como eu tinha conseguido amamentar com tão pouco peito. Mas isso de uma maneira muito escrachada. Eles também falavam que a gente tinha doutrinado nosso filho. Tempos depois eu fiquei sabendo que quando foram me prender em casa, encontraram meu filho e a babá. Os homens passaram o dia lá. Mandaram que os dois ficassem quietos no sofá, mas como meu menino começou a chorar, o cara ficou nervoso e deu um tapa tão forte na boca do meu filho que os lábios dele se cortaram. Eu fiquei 43 dias presa, e o Dermi ficou quatro meses, sendo muito torturado. Quando saiu de lá, estava muito deprimido. Nossa família ficou desestruturada. Isso afetou muito a vida do meu filho, que se fechou nele mesmo e ficou com sequelas. Ele passou a ser uma criança superfechada e hoje tem fobia social."

DARCY ANDOZIA trabalhava como secretária quando foi presa em 15 de janeiro de 1974, em São Paulo (SP). Hoje, vive na mesma cidade e é aposentada.

CAP5_tortura.indd 179 13.03.10 16:48:53

Data e local de nascimento:
22/7/1941, em Aracaju (SE)
Data e local da morte:
3/2/1978, Amsterdã (Holanda)

THEREZINHA VIANA DE ASSIS (1941-1978)

Filiação: Edith Viana de Assis e Antônio Veriano de Assis

Therezinha estudou em Aracaju, sua cidade natal, e concluiu o curso de Economia na Universidade Federal de Sergipe. Mudou-se então para Belo Horizonte, onde trabalhou na Caixa Econômica Federal. Foi presa e torturada em 1972 e, ao ser libertada um ano depois, exilou-se no Chile, onde fez curso de especialização na Universidade de Santiago.

Lá, tornou-se militante do Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR). Ao sair do Brasil, teria utilizado o nome Therezinha Viana de Jesus, que consta de algumas das listas de mortos e desaparecidos políticos.

As referências acerca de seu engajamento político no Brasil são imprecisas, mas foi anexado ao processo na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) um depoimento em que Gilberto Fernandes Gomes de Faria afirma taxativamente que Therezinha pertencia à AP em 1969, enquanto ele atuava na Corrente, organização que mais tarde se incorporaria à ALN.

Assim como aconteceu com inúmeros outros militantes das organizações clandestinas, é possível que ela tenha tido mais de um engajamento partidário, conforme atesta um documento anexado por seu irmão ao processo.

Em setembro de 1973, após o golpe militar no Chile comandado por Augusto Pinochet, Therezinha viajou para a Holanda. Morou inicialmente em Roterdã e depois em Amsterdã, onde prosseguiu seus estudos, doutorando-se em Economia. Até 15 de setembro de 1977, Therezinha trabalhou na prefeitura local, mas seu contrato não foi renovado. O desemprego agravou os problemas psicológicos que vinha apresentando.

CAP5_tortura.indd 180 13.03.10 16:48:53

Em carta enviada em 7 de fevereiro de 1978 ao bispo de Lins (SP), dom Pedro Paulo Koop, um exilado brasileiro na Holanda informa a sua morte com as seguintes palavras:

> Prezado dom Pedro Paulo,
> Com muito pesar comunico a todos que lerem [esta carta] e ao senhor que Therezinha de Jesus, nascida aos 22/2/1941 e exilada na Holanda desde princípios de janeiro de 1974, dia 3 de fevereiro p.p., às 12 horas, jogou-se da janela de seu quarto, do 3º andar de um edifício em Amsterdã.
> Em consequência desse acidente, ela sofreu fraturas das costelas e uma grande hemorragia no baço. Foi atendida na Academisch Ziekenhuis da Vrije Universiteit naquela cidade e, sendo operada, veio a falecer às 21h05 do mesmo dia de distúrbios do coração. [...] Sofreu no exílio longamente todos os problemas psicológicos referentes ao isolamento que marca esta vida.

Sua irmã, Selma Viana de Assis Pamplona, escreveu sobre ela:

> Em meados de 1977, Therezinha começou a me escrever, dizendo estar se sentindo seguida, pois, onde estava, via as mesmas duas ou quatro pessoas; em julho de 1977, saiu de férias da Prefeitura e fez curso de línguas; viajou pela Rússia e países da Europa Oriental e, onde chegava, encontrava as mesmas pessoas. Quando voltou da viagem, encontrou seu apartamento todo remexido, desarrumado. Observou que seu telefone estava "grampeado" e pedia que eu não lhe telefonasse. Às vezes, quando voltava do serviço, encontrava seu apartamento remexido, demonstrando ter entrado gente; começou a receber telefonemas anônimos com ameaças. Foi ficando nervosa e preocupada [...]. Por fim, apareceu morta, caída da janela. Ocorre que ela era

CAP5_tortura.indd 181 13.03.10 16:48:53

muito católica, tinha medo da morte. E, antes de se sentir seguida, estava gostando muito de Amsterdã. De repente, ela ficou sabendo que se tratava da polícia secreta do Chile. Quanto aos outros, não chegou a saber. Morreu em fevereiro de 1978, com 36 anos de idade.

Documentos juntados ao processo da CEMDP, como a certidão com informações da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e cópias de páginas do Dossiê dos Mortos e Desaparecidos, comprovam sua militância política.

AÇÃO POPULAR (AP)

A criação da organização, em meados de 1962, coroou a evolução em direção à esquerda que setores da Ação Católica já vinham vivendo há algum tempo. Mas foi somente em 1965 que a AP buscou definições políticas mais consistentes, culminando numa resolução que apontava claramente a utilização do pensamento marxista como método de análise e, em seguida, da luta armada como caminho necessário para a revolução. Entre 1966 e 1967, lideranças maoístas conquistaram hegemonia na organização e introduziram mudanças bruscas, causando afastamentos, especialmente dos militantes cristãos. Em 1968, a AP se aliou ao PCdoB e passou a defender o mesmo caminho estratégico do "cerco das cidades pelo campo". Em 1972, um debate sobre a incorporação da organização ao partido provocou mais uma cisão em que a maioria dos quadros ingressou no PCdoB. Os que permaneceram na AP passaram à formação de uma aliança com a Polop e o MR-8, constituindo uma Tendência Proletária, que, no entanto, se romperia algum tempo depois. Entre 1973 e 1974, a AP foi duramente atingida pela ação dos DOI-Codi, que aprisionaram e executaram, sob torturas, importantes dirigentes como Paulo Stuart Wright e Honestino Guimarães, ex-presidente da UNE.

CAP5_tortura.indd 182 13.03.10 16:48:54

MÓNICA SUSANA PINUS DE BINSTOCK (1953-1980)

Filiação: Jacinta Tolchinsky e Leon Pinus

Data e local de nascimento: 30/1/1953, Buenos Aires (Argentina)
Data e local de desaparecimento: 12/3/1980, Rio de Janeiro (RJ)

Mónica Susana integrava o Movimiento Peronista Montoneros, organização de resistência armada à ditadura militar argentina (1976-1983). Em 12 de março de 1980, ela e Horacio Domingo Campiglia, também montonero, voltavam do exílio para a Argentina. Usando passaportes falsos, haviam saído da Cidade do México na véspera, num voo da empresa aérea venezuelana Viasa, que fazia conexão em Caracas com um voo da Varig rumo ao Rio de Janeiro. Na capital fluminense, no aeroporto do Galeão, foram sequestrados.

Mónica era casada com Edgardo Ignacio Binstock, com quem teve dois filhos. Edgardo aguardava a mulher no Rio de Janeiro. Desde 2005, ele é o secretário de Direitos Humanos da Província de Buenos Aires.

As denúncias do sequestro, registradas nos requerimentos apresentados à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e amplamente divulgadas pela imprensa nacional e argentina a partir de então, foram comprovadas em 2002, quando o Ministério de Justiça e Direitos Humanos argentino recebeu, do Departamento de Estado dos EUA, farta documentação sobre violações dos direitos humanos cometidas pelo Estado argentino entre 1975 e 1984.

A referida documentação, tornada pública sob os auspícios do Freedom of Information Act e disponível no endereço eletrônico www.foia.state.gov, contém provas do envolvimento de autoridades brasileiras no sequestro de Mónica e Horacio. Entre os documentos tornados públicos, destaca-se um memorando datado de 7 de abril de 1980, dirigido ao embaixador dos Estados Unidos em Buenos Aires por James J. Blystone, Oficial de Segurança Regional da Embaixada, a respeito de um diálogo mantido com um agente da inteligência argentina. Tal documento não cita órgãos ou pessoas, mas implica diretamente os serviços de inteligência brasileiros na operação que

CAP5_tortura.indd 183 13.03.10 16:48:54

resultou no sequestro dos dois cidadãos argentinos no Rio de Janeiro.

A reunião em que ocorreu o diálogo citado serviu para se discutir diversos assuntos. No início, Blystone perguntou – "brincando" – o que tinha acontecido com os dois montoneros desaparecidos entre o México e o Rio de Janeiro. A fonte respondeu que diria confidencialmente, já que era informação ultrassecreta. Contou então que o Batalhão 601 havia prendido um montonero e que, durante o interrogatório, souberam da reunião que ele teria no Rio com membros da organização vindos do México. Eram Mónica Susana de Binstock e Horacio Campiglia, o quarto ou quinto na estrutura montonera e responsável pela totalidade

DITADURA NA ARGENTINA

O regime teve início com o golpe de Estado de 24 de março de 1976, que derrubou a presidenta María Estela Martínez de Perón e instalou uma junta militar. O novo governo, contando com o apoio dos meios de comunicação privados, de importantes setores civis e dos EUA, empreendeu uma ação repressiva que ficou conhecida como Guerra Suja. A ditadura sequestrou, torturou e executou milhares de suspeitos de serem guerrilheiros ou até ativistas sem qualquer relação com a luta armada. Muitos dos assassinados foram sepultados em fossas comuns ou jogados ao mar de aviões militares. Estima-se em até 30 mil o total de mortos e desaparecidos no período. No campo econômico, o regime se caracterizou pela adoção da doutrina neoliberal, causando crescimento da pobreza no país. Em 1982, já enfraquecida, a ditadura decidiu lançar-se numa aventura irresponsável de ataque às forças militares inglesas sediadas nas ilhas Malvinas. A humilhante e fulminante derrota sofrida provocou a queda da terceira junta militar. Meses depois, a quarta junta convocou eleições para outubro de 1983, vencidas pelo candidato da Unión Cívica Radical, Raúl Alfonsín, que iniciou o restabelecimento da normalidade democrática.

CAP5_tortura.indd 184 13.03.10 16:48:55

das operações das chamadas TEI (Tropas Especiais de Infantaria), unidade especial dos Montoneros organizada a partir da base no México.

Integrantes do Batalhão 601 fizeram então contato com seu colega da inteligência militar brasileira, solicitando permissão para realizar uma operação no Rio de Janeiro. O Brasil a concedeu, e uma equipe especial de agentes argentinos, sob o comando operacional do tenente-coronel Román, viajou para a cidade em um C-130 da Força Aérea Argentina.

Os dois militantes foram capturados com vida e levados para a Argentina. Tentando não alertar os Montoneros sobre a operação realizada no Brasil, os argentinos responsáveis pela prisão clandestina ainda cuidaram de hospedar um casal de argentinos num hotel, registrando-os com os documentos falsos de Mónica e Horacio, o que terminou deixando rastros de seu desembarque no Brasil. O memorando conclui afirmando que os dois estavam presos no Campo de Mayo, centro clandestino da repressão argentina.

Esse documento representou a prova substancial utilizada pelo juiz argentino Claudio Bonadío para proferir sentença que versa sobre o desaparecimento de 20 montoneros e ordenar a prisão preventiva do ex-presidente Leopoldo Galtieri e de outros 26 integrantes dos órgãos de segurança argentinos. Os documentos apontam como responsável pelas operações secretas justamente o Batalhão de Inteligência 601, comandado pessoalmente por Galtieri.

LILIANA INÉS GOLDEMBERG (1953-1980)

Filiação: Isabel Alicia Fernández e Mauricio Goldemberg

Data e local de nascimento:
17/9/1953, Buenos Aires (Argentina)
Data e local da morte:
2/8/1980, Puerto Iguazú (Argentina)

Filha de profissionais bem estabelecidos, cursava o segundo ano de Psicologia na Universidade de Buenos Aires e trabalhava como secretária no Hospital da Criança da capital argentina quando abandonou a vida legal em função da militância política.

CAP5_tortura.indd 185 13.03.10 16:48:56

Em 1970, militou nas Fuerzas Armadas Revolucionarias (FAR) e atuou em Mar del Plata. Em outubro de 1973, com a fusão das FAR com a organização Montoneros, Liliana foi enviada para Neuquén, no sul do país. De 1974 a 1976, voltou a viver em Buenos Aires, mas passou para a clandestinidade depois que seu irmão, Carlos Andrés Goldemberg, foi baleado dentro de um táxi. De 1977 a 1980, viveu na Espanha, cumprindo tarefas para os Montoneros.

Em 1980, Liliana e seu companheiro, Eduardo Gonzalo Escabosa, codinome "Andrés", regressavam à Argentina (a exemplo de muitos montoneros no exílio que foram engajados numa contraofensiva programada pela organização para enfrentar a ditadura argentina) quando foram encontrados pelas forças de repressão brasileira e argentina.

OPERAÇÃO CONDOR

Em meados da década de 1970, as ditaduras do Brasil, Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai articularam uma integração operacional de seus órgãos de repressão para intercâmbio de inteligência, prisões, sequestros e atentados, ou mesmo execução de militantes opositores aos regimes de seus respectivos países. Idealizada pelo coronel Manuel Contreras, chefe da Dirección de Inteligencia Nacional (Dina), a temida polícia política do ditador chileno Augusto Pinochet, a chamada Operação Condor terminaria abrangendo também a Bolívia, após a derrubada do governo nacionalista de Juan José Torres, e o Equador. Tal articulação repressiva foi responsável pelo assassinato no exílio, entre outros, do senador uruguaio Zelmar Michelini (morto na Argentina em maio de 1976) e de dois ministros de Salvador Allende, general Carlos Prats (assassinado em setembro de 1974, também na Argentina) e Orlando Letelier (morto nos EUA, em setembro de 1976). Além disso, há vários relatos de exilados brasileiros que informaram terem sido interrogados por agentes da ditadura do Brasil quando presos no Chile ou na Argentina.

CAP5_tortura.indd 186 13.03.10 16:48:57

Aluízio Palmar, no livro *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos*?, relata a morte do casal, ocorrida durante a travessia entre Porto Meira, em Foz do Iguaçu, e Puerto Iguazú, na margem argentina do rio Paraná: "Foi num sábado, 2 de agosto de 1980. Lílian, de 27 anos, loura e franzina, e seu companheiro Eduardo, de 30 anos, embarcaram na lancha Caju IV, pilotada por Antônio Alves Feitosa, conhecido na região como 'Tatu'. Antes de atracar no lado argentino, dois policiais brasileiros que estavam a bordo mandaram o piloto parar a lancha e apontaram suas armas para o casal. Cercados, Lílian e Eduardo ainda puderam ver que mais policiais desciam ao atracadouro, vindos da aduana Argentina. Assim que perceberam ter caído numa cilada, Lílian e Eduardo se ajoelharam diante de um grupo de religiosos que estava a bordo e gritaram que eram perseguidos políticos e preferiam morrer ali a serem torturados. Em seguida abriram um saco plástico, tiraram os comprimidos e os engoliram bebendo a água barrenta do rio Paraná. Morreram em trinta segundos, envenenados por uma dose fortíssima de cianureto".

LYDA MONTEIRO DA SILVA (1920-1980)

Filiação: Ludovina Monteiro da Silva e Luiz Monteiro da Silva

Data e local de nascimento:
5/12/1920, Niterói (RJ)
Data e local da morte:
27/8/1980, Rio de Janeiro (RJ)

Às 13h40 do dia 27 de agosto de 1980, no Rio de Janeiro, Lyda Monteiro da Silva morreu ao abrir uma carta-bomba. Ela era diretora da Secretaria do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e ocupava a função de secretária da Comissão de Direitos Humanos da entidade.

A correspondência era endereçada ao presidente do Conselho Federal da OAB, Eduardo Seabra Fagundes. Lyda faleceu no mesmo dia, não resistindo aos ferimentos causados pelo atentado. Seu enter-

CAP5_tortura.indd 187 13.03.10 16:48:57

ro, no cemitério São João Batista, foi presenciado por uma multidão de 4 mil pessoas, consternadas com a brutalidade do atentado.

Na época, ficou absolutamente nítido o desinteresse do governo militar pela apuração dos fatos, o que fez crescer a certeza da motivação política do crime. A interpretação mais plausível do caso foi que o atentado teria sido praticado por militares insatisfeitos com a abertura política e com a Lei de Anistia aprovada no ano anterior, e que, ao mesmo tempo estavam interessados em intimidar o posicionamento combativo da OAB contra o regime.

Numa manobra típica de despiste, a Polícia Federal fez vazar informações para a imprensa de que o principal suspeito era um cidadão de nome Ronald James Watters, que já estivera envolvido na tentativa de atentado a bomba contra uma exposição soviética realizada no Brasil em 1962, quase vinte anos antes. Essas notícias informavam que um telefonema anônimo o havia denunciado como autor do assassinato de Lyda, o que não ficou provado. Watters foi absolvido num processo judicial, formado sem bases consistentes.

No mesmo dia do atentado à OAB, mais duas cartas-bombas foram entregues no Rio de Janeiro: uma no gabinete do vereador Antônio Carlos de Carvalho, do PMDB, e outra na sede da *Tribuna da Imprensa*. Os inquéritos, na época, nada apuraram além do fato de que as cartas haviam sido enviadas pelo correio.

A morte de Lyda aconteceu no exato momento em que a seccional da OAB em São Paulo e o presidente nacional da entidade, Eduardo Seabra Fagundes, insistiam na identificação dos agentes e ex-agentes dos serviços de segurança suspeitos do atentado ao jurista Dalmo Dallari, sequestrado e agredido em 2 de julho do mesmo ano, em São Paulo, durante visita do papa João Paulo II ao Brasil.

Em maio de 1994, o programa *Fantástico*, da Rede Globo, divulgou entrevista com o mencionado Ronald Watters, que se de-

CAP5_tortura.indd 188 13.03.10 16:48:57

clarou inocente, levando a OAB a pedir a reabertura do inquérito sobre a autoria do atentado contra Lyda. Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, em 23 de maio de 1999, Watters declarou que houve, na época, uma estratégia para que não recaísse nenhuma suspeita sobre a participação de militares no ato terrorista. O governo teria acionado a Polícia Federal na montagem de uma operação em que ele era usado como bode expiatório, em troca de dinheiro e de uma fuga tranquila para o exterior.

A carta que vitimou Lyda não veio pelo correio: foi entregue em mãos. Em setembro de 1980, o perito Antônio Carlos Vilanova, contratado para identificar o tipo de bomba que havia explodido na OAB, entregou um laudo em que afirmava que havia encontrado dois explosivos: um de dinamite gelatinosa e outro de nitropenta. Ele concluiu que a bomba não foi produzida industrialmente, mas por alguém com conhecimentos de eletricidade.

SOLANGE LOURENÇO GOMES (1947-1982)

Filiação: Helena Martins de Camargo Lourenço Gomes e Alcides Lourenço Gomes

Data e local de nascimento:
13/5/1947, Campinas (SP)
Data e local da morte:
1/8/1982, Rio de Janeiro (RJ)

Paulista de Campinas, Solange Lourenço Gomes vivia no Rio de Janeiro, onde fez o curso clássico no Colégio Andrews e começou a estudar Psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1966. Participou de grupos de estudo sobre marxismo naquela faculdade e manteve, por algum tempo, ligações com o PCBR.

Em 1968, vinculou-se à Dissidência da Guanabara, que posteriormente adotaria o nome MR-8, e passou para a clandestinidade por volta de setembro ou outubro de 1969. Morava com Daniel Aarão Reis Filho, dirigente daquela organização.

Documentos policiais informam que Solange participou de várias

CAP5_tortura.indd 189 13.03.10 16:48:57

ações armadas entre 1969 e 1970. No final de 1970, foi deslocada para a Bahia. Nos primeiros dias de março de 1971, depois de participar de uma panfletagem num jogo de reinauguração do estádio da Fonte Nova, em Salvador, quando ocorreu uma perigosa correria entre a multidão, Solange teria sofrido um grave surto psicótico e se apresentado a uma dependência policial, afirmando ser subversiva e fornecendo informações sobre o MR-8.

Há documentos policiais comprovando que ela foi interrogada pelo DOI-Codi no Rio e também em Salvador. No mesmo ano, a grande imprensa divulgou matérias preparadas pelo aparelho de repressão do regime nas quais Solange era apresentada como arrependida. Adotando a postura de cumplicidade com a ditadura que pautou boa parte da mídia naquele período, um grande diário carioca estampou com estardalhaço, em 28 de julho, a manchete: "Sexo é arma para atrair jovens à subversão".

No ano seguinte, em 6 de julho, Solange foi julgada pela Justiça Militar, na 2ª Auditoria do Exército, no Rio, quando foi determinada sua internação no manicômio judiciário pelo prazo mínimo de dois anos. Depois de solta, em 1973, cursou Medicina e casou-se, em 1980, com Celso Pohlmann Livi. No requerimento que apresentou à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), o marido de Solange informou que ela se manteve em tratamento psiquiátrico desde que saiu da prisão. Anexou ao processo uma declaração do psiquiatra, dr. Alberto Quielli Ambrósio, atestando: "Durante estes anos, pude testemunhar seu enorme esforço para recuperar-se do grave quadro psiquiátrico, psicótico, consequência de sua prisão em 1971. As torturas físicas e mentais a que foi submetida enquanto presa fizeram-na revelar nomes de companheiros de movimentos políticos, bem como esse 'depoimento' no qual se dizia arrependida e renegava sua militância foi amplamente divulgado em jornais, denegrindo sua

CAP5_tortura.indd 190 13.03.10 16:48:57

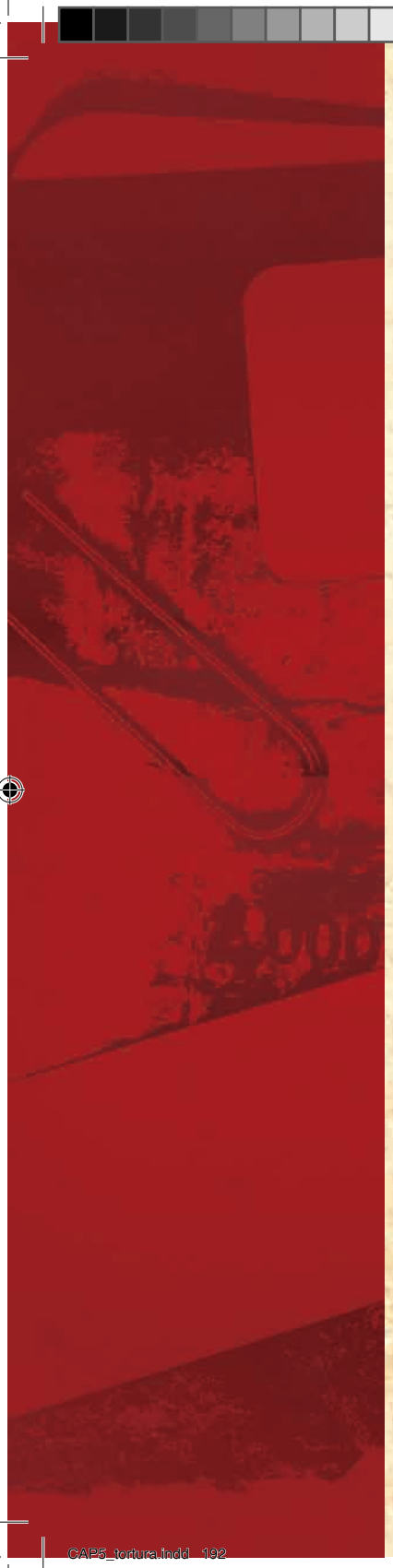
moral enquanto mulher. Estes fatos fizeram-na sentir-se sempre culpada pela desgraça e morte das pessoas. Ajudada por nossos esforços, de sua família e do marido, Solange obteve muitas e significativas melhoras, mas não conseguiu conviver com tantas marcas – insuperáveis – e continuar viva".

Em 1º de agosto de 1982, Solange atirou-se da janela de seu apartamento, no terceiro andar da rua Barão da Torre, no Rio, vindo a falecer no hospital Miguel Couto. Embora a data de sua morte seja muito posterior ao episódio da prisão e dos maus-tratos sofridos nos órgãos de segurança do regime militar, a CEMDP considerou comprovado que o suicídio decorreu dos traumas irreversíveis sofridos em 1971.

O relator do processo, Belisário dos Santos Júnior, argumentou em seu voto que "não se podem furtar as informações da literatura especializada sobre o assunto, que dão plena conta que a tortura e as demais sistemáticas e maciças violações dos direitos humanos na época da ditadura militar, praticadas pela cooperação de organismos e servidores do Estado e da União, eram regra na prisão".

Assim, o relator considerou "perfeitamente coerente e razoável entender verificada a clara vinculação entre o evento morte por suicídio e a prisão anterior por motivos políticos, com os constrangimentos inerentes, entre eles as publicações do suposto arrependimento".

CAP5_tortura.indd 191 13.03.10 16:48:57



"Fomos colocadas na solitária, onde ficamos por três meses, sendo tiradas apenas para sermos interrogadas sob tortura. Era choque elétrico, pau de arara, espancamento, telefone, tortura sexual. Eles usavam e abusavam. Só nos interrogavam totalmente nuas, juntando a dor da tortura física à humilhação da tortura sexual. Eles aproveitavam para manusear o corpo da gente, apagar ponta de cigarro nos seios. No meu caso, quando perceberam que nem a tortura física nem a tortura sexual me faziam falar, me entregaram para uns policiais que me levaram, à noite, de olhos vendados, para um posto policial afastado, no meio de uma estrada. Lá, eu fui torturada das sete da noite até o amanhecer, sem parar. Pau de arara até não conseguir respirar, choque elétrico, espancamento, manuseio sexual. Eles tinham um cassetete cheio de pontinhos que usavam para espancar os pés e as nádegas enquanto a gente estava naquela posição, de cabeça para baixo. Quando eu já estava muito arrebentada, um torturador me tirou do pau de arara. Eu não me aguentava em pé e caí no chão. Nesse momento, nessa situação, eu fui estuprada. Eu estava um trapo. Não parava em pé, e fui estuprada assim pelo sargento Leo, da Polícia Militar. De madrugada, eu percebi que o sol estava nascendo e pensei: se eu aguentar até o sol nascer, vão começar a passar carros e vai ser a minha salvação. E realmente aconteceu isso. Voltei para a solitária muito machucada. A carcereira viu que eu estava muito mal e chamou a médica da penitenciária. Eu nunca mais vou esquecer que, na hora que a médica me viu jogada lá, ela disse: 'Poxa, menina, não podia ter inventado isso outro dia, não? Hoje é domingo e eu estava de saída com meus filhos para o sítio'. Depois disso, eles passavam noites inteiras me descrevendo o que iam fazer com a minha menina de quatro meses. 'Você é muito marruda, mas vamos ver se vai continuar assim quando ela chegar.

CAP5_tortura.indd 192 13.03.10 16:49:05

Estamos cansados de trabalhar com adulto, já estudamos todas as reações, mas nunca trabalhamos com uma criança de quatro meses. Vamos colocá-la numa banheirinha de gelo e você vai ficar algemada marcando num relógio quanto tempo ela leva para virar um picolé. Mas não pense que vamos matá-la assim fácil, não. Vocês vão contribuir para o progresso da ciência: vamos estudar as reações, ver qual vai ser a reação dela no pau de arara, com quatro meses. E quanto ao choque elétrico, vamos experimentar colocando os eletrodos no ouvido: será que os miolos dela vão derreter ou vão torrar? Não vamos matá-la, vamos quebrar todos os ossinhos, acabar com o cérebro dela, transformá-la num monstrinho. Não vamos matar você também não. Vamos entregar o monstrinho para você para saber que foi você a culpada por ela ter se transformado nisso'. Depois disso, me jogavam na solitária. Eu quase enlouqueci. Um dia, eles me levaram para uma sala, me algemaram numa cadeira e, na mesa que estava na minha frente, tinha uma banheirinha de plástico de dar banho em criança, cheia de pedras de gelo. Havia o cavalete de pau de arara, a máquina do choque, e tinha uma mamadeira com leite em cima da mesa e um relógio na frente. Eles disseram: 'Pegamos sua menina, ela já vai chegar e vamos ver se você é comunista marruda mesmo'. Me deixaram lá, olhando para os instrumentos de tortura, e, de vez em quando, passava um torturador falando: 'Ela já está chegando'. E repetia algumas das coisas que iam fazer com ela. O tempo foi passando e eles repetindo que a menina estava chegando. Isso durou horas e horas. Depois de um tempo, eu percebi que tinham passado muitas horas e que era blefe."

GILSE COSENZA, ex-militante da Ação Popular (AP), era recém formada em Serviço Social quando foi presa em 17 de junho de 1969, em Belo Horizonte (MG). Hoje, vive na mesma cidade, onde é assistente social aposentada.

CAP5_tortura.indd 193 13.03.10 16:49:15

BIBLIOGRAFIA

ARANTES, M. A. A. C. "Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo (CBA/SP), memória e fragmentos". In: *A luta pela anistia.* São Paulo, Unesp/ Imprensa Oficial/ Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2009.

CABRAL, Reinaldo e LAPA, Ronaldo. *Desaparecidos políticos*. Rio de Janeiro, Opções/ CBA, 1979.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso (Orgs.). *Os anos de chumbo*: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo, Companhia das Letras, v. 2, 2002.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*: a esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo. Ática, 1987.

JOSÉ, Emiliano e MIRANDA, Oldack de. *Lamarca, o capitão da guerrilha*. São Paulo, Global, 2000.

MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo*. São Paulo, Boitempo, 2008.

MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia*. São Paulo, Geração Editorial, 2005.

CAP5_tortura.indd 194 13.03.10 16:49:15

PALMAR, Aluízio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba, Travessa dos Editores, 2005.

PATARRA, Judith Lieblich. *Iara:* reportagem biográfica. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1993.

ROBLES, Martha. *Mulheres, mitos e deusas:* o feminino através dos tempos. Trad. William Lagos e Débora D. Vieira. São Paulo, Aleph, 2006.

STUDART, Hugo. *A lei da selva*. São Paulo, Geração Editorial, 2006.

VALLI, Virgínia. *Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho*. Rio de Janeiro, Villa Rica, 1986.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos*. São Paulo, Imprensa Oficial, 1996.

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à memória e à verdade*. Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2007.

CAP5_tortura.indd 195 13.03.10 16:49:15

EXPEDIENTE

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Nilcéa Freire

Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Paulo Vannuchi

Secretário adjunto da Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Rogério Sottili

Coordenador do projeto "Direito à Memória e à Verdade"
da Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Maurice Politi

Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos
Marco Antônio Rodrigues Barbosa – Presidente
Pedro Wilson – Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados
Belisário dos Santos Júnior – Representante da sociedade civil
Diva Soares Santana – Representante dos familiares
Maria Eliana Menezes de Farias – Representante do Ministério Público Federal
Coronel João Batista Fagundes – Representante das Forças Armadas
Augustino Veit

Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Presidência da República
Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Edifício Sede, Sala 424
70.064-900 Brasília-DF
direitoshumanos@sedh.gov.br
www.direitoshumanos.gov.br

CAP5_tortura.indd 196 13.03.10 16:49:15

Caros Amigos Editora
Revistas/coleções/livros/serviços editoriais

Diretor-geral e editor
Wagner Nabuco de Araújo

Diretor editorial
Hamilton Octavio de Souza

Organização e edição do projeto
Igor Ojeda e Tatiana Merlino

Entrevistas para depoimentos
Tatiana Merlino

Projeto gráfico e edição de arte
Lucia Tavares

Arte da capa
Gershon Knispel

Fotos
Jesus Carlos
Projeto Brasil Nunca Mais/Arquivo Edgard Leuenrouth/UNICAMP/Acervo Armazém Memória
Acervo Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Acervo Memorial da Resistência de São Paulo/Pinacoteca do Estado de São Paulo

Tratamento de imagem
Henrique Koblitz Essinger

Revisão
Mariana Echalar

Redação e administração
Rua Paris, 865, CEP: 01257-040, São Paulo, SP
www.carosamigos.com.br

Impressão
Gráfica Vida e Consciência

CAP5_tortura.indd 197 13.03.10 16:49:15

CRÉDITOS

Gershon Knispel
Arte da capa e págs. 34, 106 e 152

Jesus Carlos/Imagem Latina
Fotos págs. 18 e 26

Acervo Armazém Memória
Fotos págs. 19, 27, 35 e 153

Acervo Memorial da Resistência de São Paulo
Foto pág. 107

Acervo Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Fotos das mulheres

CAP5_tortura.indd 199 13.03.10 16:49:15

Este livro foi composto na tipografia Adobe Garamond Pro
e Trade Gothic para Caros Amigos Editora, miolo impresso
em papel couché mate 90/m2 e capa em couché brilho 230/m2
Vida e Consciência, São Paulo, Brasil, março de 2010.

CAP5_tortura.indd 200 13.03.10 16:49:15